

Impactos do Pronaf

ANÁLISE *de* INDICADORES

LAURO MATTEI

Impactos do Pronaf

ANÁLISE *de* INDICADORES

LAURO MATTEI

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

GUILHERME CASSEL
Secretário-Executivo do Ministério
do Desenvolvimento Agrário

ROLF HACKBART
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

VALTER BIANCHINI
Secretário de Agricultura Familiar

EUGÊNIO PEIXOTO
Secretário de Reordenamento Agrário

JOSÉ HUMBERTO OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Territorial

CAIO GALVÃO DE FRANÇA
Coordenador-Geral do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

NEAD ESTUDOS 11

Copyright © 2005 by MDA

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Márcio Duarte – M10 Design Gráfico

REVISÃO

Rita de Cássia Avelino Martins

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural (NEAD)

SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Trade Center,

5º andar, sala 501

CEP 70711-902 Brasília/DF

Telefone: (61) 3328 8661

www.nead.org.br

PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação
Social no Desenvolvimento Rural Sustentável

M435i Mattei, Lauro.

Impactos do Pronaf: análise de indicadores / Lauro Mattei. – Brasília
: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural, 2005.

136 p.; 21 x 28 cm. -- (Nead Estudos ; 11).

1. Programa Nacional de Agricultura Familiar – avaliação – Brasil. 2.
Emprego agrícola. 3. Produção agropecuária. 4. Crédito rural. I. Título II.
Série. IV Ministério do Desenvolvimento Agrário.

CDD 332.71

PREFÁCIO

O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) TEVE, DESDE SUA CRIAÇÃO, O INTUITO DE CRIAR E FORTALECER 'AS CONDIÇÕES OBJETIVAS PARA O AUMENTO DA CAPACIDADE PRODUTIVA, A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E O PLENO EXERCÍCIO DA CIDADANIA NO CAMPO POR PARTE DAQUELES QUE INTEGRAM O REGIME DA AGRICULTURA FAMILIAR'. PASADOS QUASE DEZ ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRONAF, É CLARAMENTE PERCEPTÍVEL PARA TODOS AQUELES QUE TÊM ENVOLVIMENTO PROFISSIONAL COM A AGRICULTURA FAMILIAR QUE ESSES OBJETIVOS ESTÃO SENDO ALCANÇADOS. AS DIVERSAS AÇÕES DO PRONAF ESTÃO PRESENTES EM 5.300 DOS 5.563 MUNICÍPIOS BRASILEIROS. O VOLUME DE RECURSOS ULTRAPASSOU R\$ 6 BILHÕES NA SAFRA 2004/05 ATENDENDO 1,6 MILHÃO DE FAMÍLIAS E O DISPONIBILIZADO NA SAFRA 2005/06 CHEGA 9 BILHÕES PARA ATENDER R\$ 2 MILHÕES DE FAMÍLIAS. ESSE ESTUDO MOSTRA QUE A AGRICULTURA FAMILIAR TEM RESPONDIDO POSITIVAMENTE AOS ESTÍMULOS PARA UMA INSERÇÃO PRODUTIVA QUE GERE NOVAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO E PROMOVA A INCLUSÃO SOCIAL.

O programa tem se transformado a cada ano, procurando responder às demandas colocadas pelos movimentos sociais organizados e pelos diversos agentes que participam ativamente da sua implementação. Mudanças importantes promovidas na safra 2003/2004 permitiram que o programa ultrapassasse o patamar de 900 mil contratos/ano, no qual estava estacionado, atendendo 1,4 milhão de famílias. A partir daquela safra, o Pronaf ganhou abrangência nacional crescendo significativamente no Norte e no Nordeste. Com a simplificação do acesso ao crédito, a diversificação de linhas e uma nova política de assistência técnica e extensão rural, agricultores das regiões mais pobres e com menor infra-estrutura e acesso a serviços puderam aumentar a sua participação no programa. Por exemplo, na Safra 2004/2005, o crescimento de aplicação na região Nordeste foi de 180% em relação a 2002.

Dada a sua importância e abrangência do Pronaf, o programa tem sido objeto de estudo em diferentes áreas. Muitos desses trabalhos abordam o seu

desenho institucional e a participação da sociedade civil, havendo também alguns estudos de caso sobre seus efeitos do programa em nível local/municipal. No entanto, ainda dispomos de poucas informações sobre os impactos do Pronaf para as economias locais. O documento apresentado aqui, resultado de pesquisa conduzida pelo prof. dr. Lauro Mattei, do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, é resultado de um esforço significativo no sentido de identificar quais as conseqüências do Pronaf para a economia dos municípios.

Realizado a pedido da Secretaria de Agricultura Familiar, o estudo analisa alguns indicadores de peso para avaliação das economias municipais, como a evolução do Produto Interno Bruto Municipal, o comportamento da produção agrícola e pecuária, a evolução da arrecadação de alguns impostos e a geração de emprego formal. Esse trabalho inicial foi realizado para os cem municípios que tiveram maior volume de contratação do Pronaf no período 1999-2004.

As conclusões da pesquisa não são uma surpresa para nós, mas são causa de muita alegria. Confirmam nossas expectativas de que a aplicação consistente de recursos na agricultura familiar tem uma indubitável contribuição positiva na produção de alimentos, na geração de renda e, até mesmo, na geração de emprego formal.

Esse esforço de mensurar o comportamento de alguns indicadores frente à aplicação do Pronaf ganha relevância quando consideramos que os dados produzidos sobre trabalho e renda gerados pela agricultura, principalmente para a agricultura familiar, ainda são pouco disponíveis. A agricultura é um setor em que o nível de informalidade ainda é muito alto, tanto no que diz respeito à formalização do emprego quanto no que se refere ao modo como impostos são recolhidos e arrecadados. Dessa forma, sabemos que o retrato traçado para os cem municípios analisados é um quadro parcial e que, provavelmente, a contribuição da agricultura familiar para a economia tem uma dimensão maior do que é apresentada. Os dados analisados demonstram a existência de encaamentos entre a produção familiar e outros setores da economia. Esperamos que esses resultados sejam observados com atenção pelos gestores municipais, que podem buscar mecanismos para ampliar a participação dos agricultores de seu município no programa.

Por outro lado, é importante ressaltar que, enquanto a dimensão econômica é essencial, o desenvolvimento rural não se restringe a esse aspecto. O fortalecimento da agricultura familiar que é buscado pelo Pronaf visa contribuir com as múltiplas funções da agricultura nos campos econômico, ambiental e

social, para o aumento do capital social, para a valorização das culturas locais associadas a esse modo de produzir e viver, para a valorização do território e para a conservação ambiental. Essas dimensões não são tratadas no âmbito da pesquisa apresentada aqui, mas acreditamos que, com a participação e controle social atualmente existentes no programa, os efeitos econômicos positivos da política estejam também, de alguma forma se refletindo de maneira positiva sobre estes aspectos.

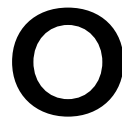
Como a metodologia utilizada no trabalho mostrou-se, a nosso ver, adequada para inferir o impacto da aplicação das linhas de crédito do Pronaf nos indicadores econômicos selecionados, a SAF/MDA pretende dar continuidade a esse estudo. Em função da participação mais consistente da amostra nas regiões Sul e Sudeste, os dados sobre as demais regiões não puderam ser plenamente percebidos. A análise desses mesmos indicadores para todas as regiões do país deve cobrir essa lacuna e permitir traçar, com mais detalhe, as áreas em que o programa tem dado sua contribuição e assim compreendendo melhor a diversidade da agricultura familiar de nosso país. ✧

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2005.

Valter Bianchini

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR

APRESENTAÇÃO



PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), CRIADO EM 1996, COM O OBJETIVO DE ESTIMULAR A EXPANSÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAÍS, SE DISSEMINOU RAPIDAMENTE PARA AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO. ATUALMENTE ENCONTRA-SE PRESENTE PRATICAMENTE EM TODOS OS MUNICÍPIOS.

Nos primeiros anos da atual década, ocorreu um movimento de consolidação do programa em duas direções: por um lado, o volume de recursos disponibilizados anualmente cresceu de forma consistente, principalmente a partir da safra agrícola de 2002/2003 e, por outro, o número de agricultores beneficiados por essa política pública atingiu patamares nunca vistos anteriormente.

Recentemente foram realizadas algumas alterações nas regras de funcionamento do Pronaf, especialmente a ampliação do limite de área para seis módulos fiscais nos sistemas de produção, com predomínio da atividade pecuária, e a mudança na forma de cálculo da renda bruta dos estabelecimentos com atividades agroindustriais. Essas modificações visam aumentar ainda mais o número de agricultores familiares que poderão usufruir os diferentes benefícios do programa, particularmente quando se facilitam as condições de acesso ao crédito para agricultores familiares, que, historicamente, foram alijados da política de crédito rural.

Nas duas últimas safras agrícolas também foi ampliado o desenho dessa política pública, no sentido de atender às demandas específicas de segmentos de trabalhadores rurais e/ou de regiões do país. Espera-se, então, que os diferentes mecanismos do programa tornem mais eficiente a cobertura do atendimento dos agricultores familiares em todo o país, especialmente os grupos mais vulneráveis e que, tradicionalmente, não tinham acesso aos benefícios de políticas específicas.

Passados mais de dez anos da criação do Pronaf, não existem dados oficiais sistematizados capazes de analisar o comportamento e a dimensão da agricultura familiar no país, uma vez que o último Censo Agropecuário (CA) foi realizado em 1995-1996, exatamente no mesmo período em que o Pronaf estava sendo implementado em todas as unidades da Federação.

Em função disso, surge a necessidade de se fazer estudos periódicos que procurem captar possíveis efeitos do programa sobre a agricultura familiar e sobre as economias locais. Para tanto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o comportamento de indicadores de impactos do programa nos cem municípios que contrataram o maior volume de recursos do crédito rural disponibilizado no período 2001-2004. Nesse sentido, este documento está organizado por blocos temáticos.

A parte introdutória mostra a trajetória de construção do Pronaf, destacando-se os eventos ocorridos durante a década de 90, considerados fundamentais para a definição dessa política pública; as principais linhas de ação do programa; e a mudança fundamental efetuada em 1999, quando foram introduzidas as diferentes categorias de beneficiários.

É discutida, na segunda parte, a importância da agricultura familiar no âmbito da produção agropecuária brasileira, evidenciando o papel decisivo dos estabelecimentos agropecuários de caráter familiar, tanto em termos numéricos como produtivos. É feita ainda uma breve análise do desempenho do programa de crédito rural em dois momentos distintos: a primeira fase (1996-1999), quando os recursos se concentraram no sul do país, e a segunda fase (2000 em diante), quando o programa ganhou capilaridade nacional.

Na terceira parte são apresentadas as justificativas da pesquisa e seus objetivos, ressaltando-se que a questão da dualidade da agropecuária brasileira é retomada com força no debate nacional nos últimos períodos, inclusive com a definição de parâmetros de quais os segmentos que deveriam ou não ser contemplados pela política de crédito rural. Nesse cenário, o trabalho procura analisar o comportamento de indicadores de impactos do programa sobre as economias locais em cem municípios que mais receberam o crédito rural entre 2001 e 2004.

São descritos, no quarto item, os procedimentos metodológicos utilizados pelo estudo, especialmente em relação ao tratamento dado às informações. De um modo geral, foram selecionadas diversas variáveis capazes de identificar impactos da política pública sobre a dinâmica das economias locais.

A quinta parte apresenta os principais resultados do trabalho, que tem como referência o comportamento de indicadores relativos aos agregados macroeconômicos municipais, como o PIB global, setorial e *per capita*; indicadores da produção agrícola municipal e da produção pecuária dos municípios selecionados; dados sobre o comportamento do mercado formal de trabalho municipal e setorial; e informações do desempenho das arrecadações municipais. Foi realizada, ainda, uma breve discussão a respeito da distribuição do montante

agregado dos recursos entre os municípios do *ranking* dos cem maiores tomadores de crédito rural.

A sexta parte contém considerações finais da pesquisa, destacando-se os pontos que já são consensuais entre os diversos estudos sobre o Pronaf, ao mesmo tempo em que são ressaltados alguns impasses que ainda fazem parte do programa. Também são assinalados impactos dessa política pública sobre as economias locais, especialmente em relação aos avanços observados nas esferas da produção animal e vegetal, que tiveram efeitos positivos sobre o comportamento do PIB agropecuário da grande maioria dos municípios considerados. O comportamento desses indicadores reforça a hipótese do estudo de que o Pronaf é uma política pública e está sendo bastante útil no sentido de dinamizar as economias locais, processo esse que traz reflexos positivos em outras áreas, particularmente para as comunidades rurais que se organizam a partir da agricultura familiar.

Devo registrar que a primeira versão deste trabalho foi apresentada à equipe técnica da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 22 de agosto de 2005, a qual fez críticas e sugestões que, na medida do possível, foram incorporadas a essa nova versão, melhorando, qualitativamente, os resultados da pesquisa. Dessa forma, sou grato a todos aqueles que contribuíram positivamente para a realização deste trabalho, em especial a Márcia Muchagata, que coordenou o trabalho na SAF, e ao estudante de economia Sidnei Niederle, que tem sido meu auxiliar de pesquisa na UFSC. ✨

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. BREVE CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CENÁRIO DO PRONAF CRÉDITO RURAL	15
2.1. A força da agricultura familiar	15
2.2. Alguns indicadores de desempenho da modalidade financiamento da produção	17
2.2.1. <i>Primeira fase: concentração excessiva dos recursos na região Sul do país</i>	17
2.2.2. <i>Segunda fase: maior abrangência nacional do programa</i>	21
3. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO ESTUDO	28
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
a) <i>O período 2001-2004</i>	30
b) <i>Os cem maiores municípios contratantes de crédito</i>	31
c) <i>As variáveis consideradas</i>	31
d) <i>Fundamentação teórico-metodológica das análises</i>	32
e) <i>Disparidade temporal das informações</i>	33
5. PRINCIPAIS RESULTADOS OBSERVADOS	34
5.1. Distribuição regional do montante de crédito dos cem municípios do <i>ranking</i> com maior volume de recursos no período de 2001 e 2004	34
5.2. O comportamento do Produto Interno Bruto (PIB)	37
5.3. A evolução da produção agropecuária nos municípios do <i>ranking</i>	40

5.3.1. <i>Evolução da produção vegetal</i>	40
5.3.2. <i>Evolução da Produção Pecuária</i>	48
5.4. O comportamento dos preços agrícolas	51
5.5. O comportamento do mercado de trabalho local	54
5.5.1. <i>O emprego agrícola</i>	54
5.5.2. <i>O comportamento do mercado formal de trabalho nos municípios e no setor agropecuário entre 2001 e 2004</i>	56
5.6. Comportamento da arrecadação tributária própria	59
5.7. Algumas correlações entre variáveis	60
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6.1. Avanços e limitações do Pronaf	62
6.2. Sobre indicadores de impactos do programa	65
a) <i>Os cem municípios maiores tomadores de crédito entre 2001 e 2004</i>	65
b) <i>O comportamento do PIB local e setorial</i>	65
c) <i>O comportamento de indicadores de produção</i>	66
d) <i>O comportamento de indicadores do mercado de trabalho local</i>	68
e) <i>O comportamento da arrecadação municipal</i>	68
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	72

1. INTRODUÇÃO

DURANTE O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA, AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA RURAL, COMO A POLÍTICA AGRÍCOLA, PRIVILEGIARAM OS SETORES MAIS CAPITALIZADOS E A ESFERA PRODUTIVA DAS *COMMODITIES*, VOLTADAS AO MERCADO INTERNACIONAL, COM O OBJETIVO DE FAZER FRENTE AOS DESEQUILÍBRIOS DA BALANÇA COMERCIAL DO PAÍS. PARA O SETOR DA PRODUÇÃO FAMILIAR, O RESULTADO DISSO FOI ALTAMENTE NEGATIVO, UMA VEZ QUE GRANDE PARTE DESSE SEGMENTO FICOU À MARGEM DOS BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA POLÍTICA AGRÍCOLA, SOBRETUDO NOS ITENS RELATIVOS AO CRÉDITO RURAL, AOS PREÇOS MÍNIMOS E AO SEGURO DA PRODUÇÃO.

De um modo geral, pode se dizer que, até o início da década de 90, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares, o qual era, inclusive, caracterizado de modo meramente instrumental e bastante impreciso no âmbito da burocracia estatal brasileira.

Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu um reordenamento do Estado brasileiro. Ao se primar mais pela descentralização das ações estatais, introduziram-se novos mecanismos de gestão social das políticas públicas, visando democratizar o acesso dos beneficiários aos recursos públicos. Em grande medida, esse movimento conduziu a um aumento crescente dos conselhos gestores, tanto de políticas setoriais como das políticas gerais de desenvolvimento nas esferas federal, estadual e municipal.

Nesse cenário foi criado, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para atender a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, as quais demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para o maior segmento da agricultura brasileira, porém, o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que nesse processo os atores sociais rurais, por meio de organizações e de lutas, desempenharam papel decisivo na implantação do programa, considerado uma bandeira histórica dos trabalhadores rurais, pois permitiria a esses o acesso aos

diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional, até então negligenciados aos agricultores familiares.

Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Em outra passagem (Mattei, 2001), destacam-se os fatores que, durante a década de 90, foram decisivos para mudar os rumos das políticas de desenvolvimento rural. Por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) passou a direcionar suas reivindicações e lutas para a chamada “reconversão e reestruturação produtiva” dos agricultores familiares, que seriam afetados pelo processo de abertura da economia. Com isso, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas Jornadas Nacionais de Luta da primeira metade da década de 90 e que, a partir de 1995, passaram a ser denominadas de Grito da Terra Brasil¹.

Os estudos realizados pela FAO/Incr² definem com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabelecem um conjunto de diretrizes que deveria nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares. Esses estudos serviram de base para as primeiras formulações do Pronaf.

Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provap), que operava basicamente com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Provap seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o Provap tenha tido

- 1 Essas jornadas eram organizadas, no início, pela Contag, CUT Rural e o Movimento dos Sem Terra (MST) e contavam com a participação de todos os demais movimentos sociais rurais.
- 2 FAO/Incr, 1994a. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. Brasília, FAO/Incr, 98 p. FAO/Incr, 1994b. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento. Brasília, FAO/Incr, Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036, 24 p.

resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores³, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar que até essa data os pequenos agricultores eram enquadrados pelas normas do *Manual de Crédito Rural* como “mini e pequenos produtores”, levando-os a disputar recursos com os grandes proprietários, que, historicamente, foram os principais tomadores do crédito destinado à agricultura.

A partir de 1995, já no governo Fernando Henrique Cardoso, o Provap foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao Pronaf, em 1996, cuja institucionalização ocorreu por meio do Decreto Presidencial 1.946, de 28 de julho. Desse ano em diante, o programa tem-se firmado como a principal política pública do governo federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, em 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que, a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, somente ocorreu a partir de 1997, quando o programa ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o território nacional.

Do ponto de vista operacional, o Pronaf concentra-se em quatro grandes linhas de atuação:

- a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país;
- b) financiamento de infra-estrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infra-estrutura e serviços básicos;
- c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos para os agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural;
- d) financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares. Obviamente que esse quadro inicial da política está sendo modificado e aprimorado constantemente, visando dar maior consistência e amplitude ao programa.

3 Na verdade, o sistema financeiro não está habituado a lidar com esse tipo de cliente, limitando o acesso dos produtores familiares aos recursos disponibilizados para o crédito rural.

A modalidade denominada financiamento da produção, que comporta os recursos para custeio e investimentos, está voltada ao apoio financeiro dos agricultores familiares, segundo cinco categorias de beneficiários⁴. Isso decorreu da publicação de estudo realizado no âmbito do convênio FAO/Incras⁵, em 1999, que identificou distintos grupos de agricultores familiares, de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Essa classificação diferenciada dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visam auxiliar melhor aquelas parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

Em menos de dez anos, o Pronaf se transformou em alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. A evolução do programa nas últimas safras agrícolas esteve fortemente atrelada à disponibilidade de crédito em suas diferentes modalidades, que passaram a ser o carro-chefe dessa política agrícola. Nessa curta trajetória do programa, foram promovidas diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade dessa política pública, tanto nacional como regional, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos utilizados e das principais categorias de agricultores beneficiadas. Esse processo certamente teve efeitos bastante positivos sobre o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, particularmente no que diz respeito à participação do setor na geração de indicadores socioeconômicos do meio rural do país, conforme será analisado a seguir.

4 Essas categorias de beneficiários foram definidas pela Resolução 2.629, de 10 de agosto de 1999, que passou a integrar as normas gerais do Manual de Crédito Rural, definidas no capítulo 10.

5 Um primeiro estudo da FAO/Incras (1994) já havido sido realizado em 1994, constituindo-se em importante referencial para classificação quantitativa dos estabelecimentos considerados familiares. Foi a partir desses trabalhos que nasceu a separação entre agricultores patronais e familiares.

2. BREVE CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CENÁRIO DO PRONAF CRÉDITO RURAL

A QUI SE FAZ UM ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAÍS, DESTACANDO SUA IMPORTÂNCIA REGIONAL, BEM COMO O EXPRESSIVO PAPEL NO CONJUNTO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS. TAMBÉM SÃO ANALISADOS OS PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DO PRONAF, COM RELAÇÃO ÀS MODALIDADES DE CRÉDITO DESTINADAS AO FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO FAMILIAR.

2.1. A força da agricultura familiar

O público de agricultores familiares, em função da enorme diversidade da própria agricultura familiar no país, encontra-se hoje classificado em diferentes categorias sociais, conforme estudo da FAO/Incra, a partir do Censo Agropecuário (CA), de 1995-1996.

Os resultados da compilação dos dados mostram que, do total de 4.859.864 estabelecimentos agropecuários existentes no último CA, 4.139.369 pertenciam ao sistema de produção comandado pela agricultura familiar, o que representa 85% dos estabelecimentos do país. Em termos de área total, ocupavam apenas 30,5% da área, ao passo que a agricultura patronal detinha 68% da área, com 11% do total de estabelecimentos.

A Tabela 1 mostra a participação dos estabelecimentos agropecuários familiares em cada uma das regiões do país. Em primeiro lugar, observa-se que nas regiões Sul, Nordeste e Norte há um predomínio absoluto desses tipos de estabelecimentos em relação aos patronais.

Na região Sul, a agricultura familiar detém a maioria dos estabelecimentos agropecuários, ou seja, mais de 907 mil, porém ocupando 44% da área.

Já a região Centro-Oeste detém o menor percentual de agricultores familiares entre todas as regiões do país, ou seja, 67% dos estabelecimentos de base familiar. Porém, o contraste é bastante forte porque esse total de estabelecimentos ocupa apenas 13% da área total da região, o que indica a existência de elevado grau de concentração da terra.

Tabela 1: AGRICULTORES FAMILIARES, ESTABELECIMENTOS, ÁREA, VBP E FINANCIAMENTO TOTAL (FT), SEGUNDO AS REGIÕES

REGIÃO	ESTAB. TOTAL	% ESTAB. S/TOTAL	ÁREA TOTAL (EM HA)	% ÁREA S/TOTAL	VBP (MIL R\$)	% VBP S/TOTAL	FT (MIL R\$)	% FT S/TOTAL
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43	133.973	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	94.058	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	50.123	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	143.812	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	515.862	43,3
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	937.828	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996. IBGE. Elaboração: Projeto de Cooperação-Técnica Incra/FAO.

A Tabela 2 apresenta a participação percentual dos estabelecimentos familiares de cada região no total do país. Destaca-se a região Nordeste, que responde por quase 50% de todos os estabelecimentos familiares. No entanto, os mais de 2 milhões desses estabelecimentos ocupam menos de 32% da área total da região.

Tabela 2: AGRICULTORES FAMILIARES. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS REGIÕES NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREA, VBP, E FINANCIAMENTO TOTAL (FT)

REGIÃO	ESTAB. S/TOTAL	% ÁREA S/TOTAL	% VBP S/TOTAL	% FT S/TOTAL
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18	47,3	55
Brasil	100	100	100	100

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996. IBGE. Elaboração: Projeto de Cooperação-Técnica Incra/FAO.

Já a região Sul, embora internamente contando com o predomínio absoluto dos estabelecimentos familiares, responde por aproximadamente 22% do total dessas unidades.

Deve-se registrar que na região Centro-Oeste localiza-se o menor número de agricultores familiares do país, tendo em vista que essa área responde por apenas 4% do total desse tipo de estabelecimento.

Em síntese, as informações anteriores revelam, por um lado, o enorme peso da agricultura familiar no âmbito do processo produtivo agropecuário do país e, por outro, a própria diversidade de agricultores familiares nas diferentes regiões, fato esse que coloca desafios cada vez maiores às políticas públicas destinadas ao atendimento desse segmento de produtor rural.

2.2. Alguns indicadores de desempenho da modalidade financiamento da produção

Essa linha de financiamento é composta pelo crédito de custeio da safra agrícola e pelo crédito de investimento produtivo. Em função das mudanças ocorridas no público beneficiário do programa a partir de 1999, os indicadores de desempenho serão discutidos separadamente, considerando-se dois períodos: o que engloba o início do programa até 1999, quando não havia distinção dos tomadores de crédito; e após 1999, quando se introduziu a diferenciação dos agricultores familiares beneficiários do Pronaf.

2.2.1. Primeira fase: concentração excessiva dos recursos na região Sul do país

Inicialmente, deve-se destacar que a modalidade de crédito para custeio participou, na primeira fase, no volume total de recursos efetivamente aplicados, enquanto que a modalidade de crédito para investimentos começou a operar mais significativamente somente após 1997. Esse fato pode ser comprovado pelos dados de 1999, que, dos 826 mil contratos celebrados naquele ano, somente cerca de 100 mil foram para a modalidade de investimentos. Já em termos dos recursos, dos R\$ 1.896 bilhão efetivamente liberados, apenas R\$ 312.977.714,07 foram aplicados em investimentos nas unidades de produção. Isso significa que o crédito agrícola, no primeiro momento, teve um forte direcionamento para a área de manutenção das safras anuais e uma baixa intervenção sobre os problemas estruturais do sistema de produção dos agricultores familiares.

A evolução do programa, em relação ao número de contratos efetuados e ao volume de recursos aplicado, é apresentada na Tabela 3. Observa-se que em 1995 houve um pequeno número de financiamento, além do baixo uso de recursos, sendo que o total disponibilizado foi destinado para o crédito de custeio da safra agrícola. Na realidade, a explicação para o comportamento pouco expressivo do Pronaf naquele ano diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos agricultores diante das condições de financiamento impostas pelos agentes financeiros.

A partir de 1996, nota-se um forte incremento do total de recursos aplicados no programa e da própria procura pelo crédito rural, a qual se expressa pela elevação do número de contratos. Essa alteração deve-se a um somatório de fatores que atuaram positivamente, como a adoção, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de uma série de medidas para estimular os agentes financeiros a operar o Pronaf e a redução dos encargos financeiros que incidiam sobre o crédito de custeio (os juros praticados na safra de 1995 foram de 16% ao ano; na safra seguinte caíram para 12% ao ano). Deve-se destacar que essa mudança foi efetivada devido à forte pressão exercida pelos trabalhadores rurais, que exigiram melhores condições de financiamento.

Tabela 3: NÚMERO DE CONTRATOS E VOLUME
DE RECURSOS DO PRONAF CRÉDITO

ANO	NÚMERO DE CONTRATOS	RECURSOS (R\$)	VALOR MÉDIO (R\$)
1995	32.000	93.000.000,00	2.906,25
1996	332.828	649.795.910,00	1.952,30
1997	496.550	1.637.440.160,00	3.297,60
1998	709.906	1.814.972.000,00	2.556,60
1999	802.849	1.829.731.597,98	2.279,05
Total	2.374.133	6.024.939.668,00	2.537,74

Fonte: SAF/MDA.

Nos anos seguintes, o programa foi bastante aperfeiçoado, tanto em termos dos mecanismos como das condições de financiamento. Assim, em 1999, a taxa de juros foi reduzida para 5,75% ao ano, o que possibilitou a ampliação do número de agricultores familiares beneficiados.

Convém ressaltar que os valores médios dos contratos variam muito entre as grandes regiões e mais ainda entre as unidades da Federação. De alguma forma,

essas variações refletem os diferentes sistemas de produção e os distintos tipos de produtos incentivados pelo Pronaf em cada um dos estados da Federação.

Quanto às fontes de financiamento da modalidade crédito rural (tanto custeio como investimento), nota-se uma concentração da maior parte dos recursos em apenas uma única fonte. Para o conjunto do período analisado, em 1996, o FAT respondeu por 67% dos recursos aplicados, enquanto que a exigibilidade bancária (MCR 6.2) respondeu pelo restante. Já em 1999, esse quadro foi bastante modificado, apresentando os seguintes resultados: a participação do FAT cresceu 82% do total disponibilizado e a exigibilidade bancária reduziu sua participação para 10% do total. O restante dos recursos teve origem em outras fontes, sobretudo os fundos constitucionais.

A Tabela 4 apresenta a distribuição espacial dos contratos e dos recursos pelas grandes regiões do país. Tomando-se como base o ano de 1996, percebe-se que nesse período houve uma forte concentração, tanto dos contratos (78% do total) como dos recursos (65%), na região Sul do país. As demais regiões tiveram o seguinte desempenho: Norte, com 3% dos contratos e 10% dos recursos; Nordeste, com 13% dos contratos e 13% dos recursos; Sudeste, com 5% dos contratos e 10% dos recursos; e Centro-Oeste, com 1% dos contratos e 2% dos recursos.

Tabela 4: DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS E DOS RECURSOS POR GRANDES REGIÕES DO PAÍS

REGIÃO	1996	1997	1998	1999
NORTE				
Contratos	8.872	6.337	11.489	18.853
Valor (R\$ 1000)	65.974,81	23.722,15	27.385,00	51.248,50
Valor Médio (R\$)	7.436,20	3.743,41	2.383,58	2.718,30
NORDESTE				
Contratos	44.536	81.871	174.642	178.481
Valor (R\$ 1000)	84.443,80	166.025,57	677.070,00	470.867,10
Valor Médio (R\$)	1.896,10	2.027,89	3.876,90	2.638,20
SUDESTE				
Contratos	16.364	61.338	80.693	105.594
Valor (R\$ 1000)	67.842,56	290.386,63	255.204,00	345.730,20
Valor Médio (R\$)	4.145,80	4.734,20	3.162,65	3.274,14
SUL				
Contratos	259.134	332.307	429.707	499.300
Valor (R\$ 1000)	420.282,46	1.048.839,22	787.778,00	929.147,40
Valor Médio (R\$)	1.621,87	3.156,24	1.833,30	1.860,90
CENTRO-OESTE				
Contratos	3.922	14.697	13.375	24.354
Valor (R\$ 1000)	11.252,28	108.466,59	67.535,00	99.610,90
Valor Médio (R\$)	2.868,90	7.380,15	5.037,38	4.090,10

Fonte: SAF/MDA. Nota: as informações referentes ao ano de 1995 não estão disponíveis regionalmente.

Isso significa que na primeira fase do programa ocorreu um desequilíbrio espacial muito forte. Entre as diversas explicações possíveis, destacam-se:

- a) o peso econômico e as pressões das agroindústrias na região Sul do país sobre os agricultores a elas vinculados. No ano de 1996, por exemplo, 32% do total dos contratos de crédito para custeio foram para a cultura do fumo; 14% para a cultura do milho; e 8% para a cultura da soja, indicando um alto grau de concentração dos recursos do Pronaf em produtos típicos das cadeias agroindustriais do país que são bastante competitivas no mercado internacional e controladas por empresas agroindustriais ligadas aos setores de carnes e de fumo;

b) um nível maior de organização dos agricultores familiares, além de uma tradição de luta pelo crédito rural mais fortemente incorporada à pauta de reivindicação dos agricultores familiares da região Sul;

c) uma organização mais limitada dos agricultores familiares da região Nordeste, o que se traduz em um baixo poder reivindicatório;

d) um processo de integração produtiva maior na região Sul do país, cuja integração agroindustrial submete mais fortemente os agricultores à lógica operacional das agroindústrias.

2.2.2. Segunda fase: maior abrangência nacional do programa

Essa fase diz respeito ao período pós 1999, quando os recursos passaram a ser destinados por grupos de agricultores familiares, conforme já citado. A Tabela 5 mostra a expansão do número de contratos e volume total de recursos disponibilizados nas últimas safras agrícolas. Do ponto de vista dos contratos, há um crescimento progressivo, principalmente nos dois últimos anos, ou seja, um número muito maior de agricultores familiares vem tendo acesso ao crédito rural. Com isso, houve crescimento do número de acordos de aproximadamente 100% entre 1999 e 2004.

Tabela 5: NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF, POR ANO FISCAL

ANO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
1999	802.849	1.829.731.597,98
2000	969.727	2.188.635.003,31
2001	910.466	2.153.351.258,79
2002	953.247	2.404.850.769,99
2003	1.138.112	3.806.899.245,48
2004	1.611.105	5.747.362.823,14
Total:	6.385.506	18.130.830.698,69

Fonte: SAF/MDA.

Quanto ao montante de recursos do crédito rural destinado aos agricultores familiares, observam-se dois movimentos distintos. O volume total de recursos disponibilizados nas safras agrícolas de 1999 a 2002 ficou praticamente estável, situando-se na faixa de R\$ 2 bilhões. Já a partir de 2003 houve um aumento progressivo, sendo que na safra de 2004 o montante de recursos disponíveis

para os agricultores familiares mais do que triplicou em relação à safra de 1999. Isso significa que esse segmento de produtores rurais está efetivamente sendo priorizado pela política agrícola e de desenvolvimento rural. O plano para a safra de 2005 reforça essa argumentação, uma vez que neste ano estão orçados R\$ 7 bilhões para a agricultura familiar.

A Tabela 6 apresenta a distribuição regional do programa ao longo do período considerado. Em termos do número de contratos, nessa segunda fase está havendo uma maior capilaridade do programa em todas as regiões do país. Tomando-se como ponto de partida a safra de 1999, a região Sul detinha 60,5% do total dos contratos, ao passo que a região Nordeste ficava com apenas com 22%. Como essa área concentra quase 50% dos estabelecimentos agropecuários familiares do país, havia uma distorção do programa, pois parte dessa categoria de agricultores continuava à margem dos benefícios do crédito rural. A participação das demais foi de: 12% para a região Sudeste; 2,5% para região Norte; e 3% para a região Centro-Oeste.

Na safra de 2004, a distribuição percentual entre as regiões mudou bastante, uma vez que a região Sul reduziu sua participação para 38,5%, ao mesmo tempo em que a região Nordeste passou a deter 36% do total dos contratos. Além disso, a região Norte respondeu por 7,5%; a Sudeste, por 14%; e a Centro-Oeste, cerca de 4%. Esse baixo percentual de contratos desta última região se explica pelo fato de que a dinâmica produtiva nesse espaço geográfico do país é comandada, fundamentalmente, pela agricultura patronal ligada aos segmentos do *agrobusiness*.

Em termos do montante de recursos disponível para cada região geográfica do país, nota-se que, na safra de 1999, quase 50% dos recursos do programa se concentravam na região Sul, enquanto que a região Nordeste respondia por 26%; a Sudeste, por 16%; a Centro-Oeste, 5%; e a região Norte, por apenas 3% do total.

Ocorreram algumas alterações, na safra de 2004, porém sem as mudanças necessárias na rota do programa para que efetivamente se transforme em uma política de apoio ao desenvolvimento rural em todas as regiões do país. Assim, percebe-se que, mesmo havendo uma redução dos contratos na região Sul, ela continua concentrando 47% do total dos recursos do programa, enquanto que a região Nordeste diminuiu sua participação de 26%, em 1999, para 18% na última safra agrícola, mesmo que um maior número de agricultores tenha tido acesso ao crédito rural. As regiões Sudeste e Centro-Oeste aumentaram a participação em um ponto percentual e a região Norte aumentou sua participação no volume total dos recursos para 12%.

Tabela 6: NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF POR GRANDES REGIÕES E ANO FISCAL. BRASIL, 1999-2004

ANO	REGIÃO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
1999	Norte	20.177	57.057.418,71
	Nordeste	178.434	469.743.881,74
	Centro-Oeste	24.131	102.183.324,22
	Sudeste	93.542	304.280.748,16
	Sul	486.565	896.466.225,15
Subtotal		802.849	1.829.731.597,98
2000	Norte	40.439	137.221.638,35
	Nordeste	242.633	501.640.109,50
	Centro-Oeste	34.033	172.139.219,08
	Sudeste	111.315	373.702.024,80
	Sul	541.170	1.003.394.407,95
	NI	137	537.603,64
Subtotal		969.727	2.188.635.003,32
2001	Norte	20.328	77.311.200,30
	Nordeste	218.851	317.829.073,92
	Centro-Oeste	31.205	197.191.602,96
	Sudeste	116.208	340.340.616,83
	Sul	523.872	1.220.675.740,79
	NI	2	3.024,00
Subtotal		910.466	2.153.351.258,80
2002	Norte	31.320	155.131.104,45
	Nordeste	299.349	369.572.660,40
	Centro-Oeste	28.970	188.685.944,85
	Sudeste	113.850	354.731.383,83
	Sul	479.757	1.336.724.676,48
	NI	1	5.000,00
Subtotal		953.247	2.404.850.770,01

TABELA 6: CONTINUAÇÃO

ANO	REGIÃO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
2003	Norte	67.404	450.592.045,33
	Nordeste	352.630	591.962.124,91
	Centro-Oeste	53.493	296.853.047,73
	Sudeste	167.899	682.142.141,78
	Sul	496.682	1.785.313.390,72
	NI	4	36.495,00
Subtotal		1.138.112	3.806.899.245,47
2004	Norte	120.479	673.278.683,57
	Nordeste	582.209	1.048.135.990,00
	Centro-Oeste	55.915	358.989.108,60
	Sudeste	230.264	979.413.808,75
	Sul	622.227	2.687.367.700,43
	NI	11	177.531,81
Subtotal		1.611.105	5.747.362.823,16
Total:		6.385.506	18.130.830.698,69

Fonte: SAF/MDA.

O Anexo 1 apresenta a expansão dos contratos e do montante dos recursos, segundo os diferentes segmentos sociais que fazem parte do setor da agricultura familiar. Na safra agrícola de 2000, quando todos os segmentos estão presentes, a categoria C detinha 41% dos contratos; a categoria D, 36%; a categoria A, 10%; a categoria B, 5%; e o restante não possuía enquadramento definido. Já na safra de 2004 ocorreram algumas alterações importantes. Paralelamente à redução dos contratos para a categoria D, ocorreu forte aumento do número de contratos do grupo B. A categoria C reduziu sua participação para 39%, enquanto que a categoria A teve queda expressiva no total de contratos efetuados na última safra agrícola, ficando com 2%. Já 3% dos contratos foram destinados à categoria E (nova) e o restante aos contratos do grupo A/C e aos que não têm um enquadramento definido.

Do ponto de vista do montante de recursos destinado às diversas categorias, não se observam grandes alterações, em termos da concentração dos recursos em determinadas categorias. Assim, na safra de 1999, os agricultores enquadrados no grupo D respondiam por 48% do total e os do grupo C, por 22%,

revelando que essas duas categorias detinham cerca de 70% do total do crédito disponibilizado pelo programa. O grupo A respondia por 21%; o grupo B, por apenas 1% (primeiro ano de operação dessa modalidade); e o restante dizia respeito aos contratos sem enquadramento definido. Na safra agrícola de 2004, essa trajetória mudou um pouco, sobretudo pela maior participação do grupo B, que passou a responder por 7% do total, ao mesmo tempo em que o grupo D reduzia sua participação em 11% e o grupo A em 13%. O grupo C aumentou sua participação para 25%. Deve-se registrar que nessa safra começaram a ser disponibilizados recursos para o grupo E, que, mesmo tendo apenas 3% dos contratos, respondeu por 12% dos recursos. O fato mais relevante é que o processo de concentração dos recursos nos grupos C, D e E continua expressivo, que passaram a responder por 74% do total dos recursos disponibilizados na última safra.

A Tabela 7 apresenta o número total de contratos e o montante de recursos segundo as modalidades do crédito rural. Em termos dos contratos, na safra de 1999, o crédito de custeio respondia por 84%, enquanto o crédito de investimento participava com apenas 16%. Esses percentuais sofreram alterações, sobretudo na última safra, quando os contratos do crédito de investimento aumentaram bastante. Assim, em 2004 o custeio reduziu sua participação para 65% dos contratos, enquanto o investimento passou para 35%. Inversão essa que, certamente, está relacionada à melhoria das condições de oferta do crédito de investimento, principalmente em relação aos custos e prazos de pagamento.

Quanto à distribuição do montante de recursos por modalidade de crédito, a proporção entre as duas modalidades permanece praticamente estável, ou seja, o montante total do crédito de custeio ao longo do período considerado corresponde a duas vezes o total do crédito de investimento, embora este último venha melhorando sua participação no volume total. Esse comportamento pode estar indicando que o programa tem uma maior procura nas atividades anuais de rotina (safras agrícolas) do que na intervenção direta sobre os sistemas de produção, no sentido de melhorar sua produtividade, por meio de investimentos de médio e longo prazos. Isso é mais patente naquelas atividades produtivas (animal ou vegetal) que requerem investimentos constantes, o que nem sempre é seguido pelos agricultores familiares, devido às suas fragilidades financeiras.

Tabela 7: NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF POR MODALIDADE E ANO FISCAL. BRASIL, 1999- 2004

ANO	MODALIDADE	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
1999	Custeio	671.239	1.243.508.530,09
	Investimento	131.610	586.223.067,89
2000	Custeio	757.536	1.392.128.098,16
	Investimento	212.191	796.506.905,16
2001	Custeio	723.754	1.444.733.759,65
	Investimento	186.712	708.617.499,13
2002	Custeio	677.730	1.419.748.414,51
	Investimento	275.517	985.102.355,47
2003	Custeio	860.730	2.364.895.617,35
	Investimento	277.382	1.442.003.628,12
2004	Custeio	1.049.796	3.566.198.014,72
	Investimento	561.309	2.181.164.808,42
Total:		6.385.506	18.130.830.698,69

Fonte: SAF/MDA.

O Anexo 2 apresenta a distribuição dessas modalidades de crédito por grupos de agricultores, de acordo com as normas do programa. Em termos de enquadramento dos beneficiários, percebe-se um comportamento distinto entre as duas modalidades de crédito. No caso do crédito de custeio, observa-se que na safra de 1999 o grupo D respondeu por 53% dos contratos, enquanto o grupo C por 34%. Isso corresponde a 68% e 18% do volume total dos recursos, respectivamente. O restante são créditos sem enquadramento. Já na safra de 2004, o grupo C passou a responder por 55% dos contratos, enquanto o grupo D reduziu sua participação para 28%. No entanto, em termos do volume total dos recursos, esse grupo continuou respondendo por 39%, ao passo que o grupo C subiu sua participação para 30%. Com isso, esses dois grupos de agricultores familiares abocanharam 69% do total de crédito para custeio na última safra, a qual ainda teve a participação expressiva dos segmentos enquadrados como grupo E, que detiveram 15% dos recursos de custeio. Isso significa dizer que a participação de outros segmentos sociais da agricultura familiar no crédito de custeio, como é o caso dos agricultores assentados, é bastante insignificante comparativamente ao conjunto de agricultores mais bem posicionados na agricultura familiar brasileira.

Na modalidade de crédito de investimento, na safra de 1999, os agricultores enquadrados no grupo A responderam por 65% dos contratos, enquanto que os do grupo D realizaram outros 28% dos contratos. Em termos percentuais do montante dos recursos, a participação de cada grupo foi de 46% e 50%, respectivamente. Chama a atenção, nesse caso, a expressiva participação do grupo D na divisão dos recursos, sugerindo que essa modalidade de crédito estava bastante concentrada no grupo de agricultores familiares já consolidados.

Já na safra de 2004, o grupo B respondeu por 70% dos contratos; o grupo D, por 11%; o grupo C, por 10%; e o grupo A, por 6%. Na participação de cada grupo no montante dos recursos, os percentuais foram de 18%, 35%, 18%, 20%, respectivamente. Embora tenha ocorrido um decréscimo na participação do grupo D, juntando-se sua participação à dos agricultores dos grupos C e E chega-se a quase 60% do montante dos recursos de investimento, o que vem reforçar a argumentação anterior de que o programa, com relação ao crédito de investimento, caminha em direção aos segmentos consolidados da agricultura familiar.

3. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DO ESTUDO

COMO FOI VISTO NO ITEM ANTERIOR, OS FINANCIAMENTOS PARA DIFERENTES CATEGORIAS SOCIOECONÔMICAS DE AGRICULTORES FAMILIARES COMEÇARAM A OPERAR SOMENTE APÓS A SAFRA AGRÍCOLA DE 1999. PERCEBE-SE ENTÃO QUE OS RECURSOS PARA CUSTEIO DAS SAFRAS AGRÍCOLAS CONTINUARAM RESPONDENDO POR MAIS DE 60% DO TOTAL DE RECURSOS PREVISTOS EM CADA SAFRA, MOSTRANDO QUE O PROGRAMA TEM UMA INFLUÊNCIA DECISIVA NO FINANCIAMENTO ANUAL DAS SAFRAS AGRÍCOLAS.

Após a adoção da classificação diferenciada dos agricultores, o valor médio dos contratos aumentou de R\$ 1.849,56, em 1999, para R\$ 2.115,69, em 2003, enquanto que as ações do programa se expandiram para todas as regiões do país, transformando o Pronaf, efetivamente, em uma política nacional de fortalecimento da agricultura familiar. Um dos resultados mais aparentes dessa expansão foi o acesso ao crédito, pela primeira vez, a uma imensa quantidade de agricultores familiares que, tradicionalmente, estavam à margem do sistema bancário.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Pronaf é um marco na política agrícola brasileira, uma vez que possibilitou a construção de instituições, normas e procedimentos que, de forma regular e em condições favoráveis, disponibilizaram crédito rural para todos os municípios do país e, particularmente, para um número crescente de agricultores familiares.

Apesar disso, estudo recente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) denominado “Quem produz o que no campo: quanto e onde”, procura amenizar os efeitos positivos dessa política, tentando mostrar à opinião pública que a agricultura familiar não deveria merecer atenção especial por parte dos órgãos governamentais porque, mesmo sendo o segmento com maior participação percentual na produção rural brasileira (representa 68% dos estabelecimentos agropecuários do país), esse tipo de agricultura gera apenas 23,6% do valor bruto da produção total.

Nessa análise também é questionado o papel dos agricultores familiares enquadrados no grupo B, os quais geram um valor bruto da produção muito baixo

que não justificaria uma política destinada a estimular esse segmento a produzir, tendo em vista que só produzem para o autoconsumo, não gerando receita no estabelecimento. A título de esclarecimento, convém registrar que o grupo B representa cerca de 2 milhões de estabelecimentos rurais, que estão tendo acesso, muitos pela primeira vez, ao crédito rural, mesmo que em valores limitados.

Por fim, o trabalho da CNA sugere que os médios agricultores, que não fazem parte dos critérios do Pronaf (os produtores não-enquadráveis) e geram 20,3% do valor bruto da produção total, deveriam ser o público amparado pela política de crédito rural, pelo fato de serem mais viáveis economicamente e representarem um modelo de política pública a ser seguido, mesmo representando apenas 5% dos estabelecimentos agropecuários do país.

Na verdade, essas afirmações retomam o debate sobre a dualidade reinante na agropecuária brasileira, o qual não será aprofundado neste trabalho. Entretanto, nesse cenário, justifica-se um estudo que analise indicadores de impactos do programa sobre o sistema de produção agropecuário local e sobre a própria dinâmica das economias locais e, a partir desses, sistematize argumentos favoráveis à continuidade dessa política pública, como importante instrumento de inclusão econômica e social da categoria de agricultores familiares.

Para tanto, o trabalho se propõe a analisar indicadores de impactos do programa em cem municípios do país, que tiveram o maior volume de recursos contratado nos últimos quatro anos (2001-2004).

Esse objetivo se desdobra nos seguintes pontos específicos:

- a) Analisar o comportamento do PIB (global, *per capita* e setorial) dos municípios selecionados, bem como a dinâmica produtiva (animal e vegetal), procurando identificar possíveis efeitos do programa sobre essas variáveis e sobre a dinâmica econômica local.
- b) Analisar o comportamento do mercado formal de trabalho nos municípios considerados, bem como o comportamento específico no setor agropecuário, buscando estabelecer possíveis nexos entre o programa e o mercado de trabalho local.
- c) Analisar o comportamento da arrecadação dos municípios selecionados, tentando identificar possíveis efeitos do programa sobre a estrutura fiscal das localidades consideradas.

A hipótese do trabalho é que o Pronaf, como uma política pública destinada a apoiar o segmento específico dos agricultores familiares, também produz efeitos diretos e indiretos sobre as economias locais, além dos efeitos sobre a própria agricultura familiar.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A PESQUISA ANALISA O COMPORTAMENTO DE INDICADORES DE IMPACTOS DO PROGRAMA EM CEM MUNICÍPIOS BRASILEIROS QUE TIVERAM OS MAIORES VOLUMES DE RECURSOS DO PRONAF PARA FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS (2001-2004), UTILIZANDO-SE AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NO BANCO DE DADOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR (SAF), ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA NO PAÍS. OS PROCEDIMENTOS, ESCOLHAS E FUNDAMENTAÇÃO QUE DÃO SUPORTE AO ESTUDO SÃO DESCRITOS A SEGUIR.

a) O período 2001-2004

A escolha do período foi uma decisão da gerência técnica do Pronaf, levando-se em consideração o fato de que a análise deveria contemplar os dois últimos anos do governo FHC, quando o programa estabilizou seu volume geral de recursos em torno de R\$ 2 bilhões, e os dois primeiros anos do governo Lula, quando o programa, além de sofrer aperfeiçoamentos, recebeu volumes expressivos de recursos. Na safra de 2004, foram disponibilizados R\$ 5,6 bilhões.

Dessa forma, o montante de recursos aplicados no segundo ano do governo Lula foi 133% maior do que em 2002. Em termos de contratos assinados, ocorreu um aumento de 65% em relação ao último ano do governo FHC. Isso significou que 430 mil agricultores familiares acessaram o crédito, em 2004, pela primeira vez, o que revela o forte caráter de inclusão social de agricultores familiares ao mercado.

Em termos espaciais, os recursos de 2004 atenderam a agricultores familiares em 5.311 municípios, o que corresponde a 96% do total do país, maior cobertura geográfica do programa desde a sua criação.

b) Os cem maiores municípios contratantes de crédito

Os cem municípios não são uma amostra, mas um *ranking* escalonado do maior para o menor tomador de crédito no conjunto do período, cujo corte (cem) foi arbitrário e sem maiores preocupações com parâmetros estatísticos qualificados, significando que todas as afirmações e considerações presentes no texto ficam restritas ao horizonte acima mencionado.

Para se chegar aos cem municípios que mais receberam crédito nos últimos quatro anos, foi somado o montante real de crédito contratado em cada ano por todos os municípios. Para tanto, os valores foram deflacionados pelo IGP-DI de março de 2005. O somatório do período foi ordenado do maior para o menor, chegando-se à listagem dos cem municípios com maior volume real de crédito (Anexo 3).

Após esse ordenamento, o montante de recursos foi agrupado por estados, de acordo com o número de municípios de cada unidade da Federação presente na lista dos cem maiores tomadores de crédito. No entanto, as análises dizem respeito somente aos municípios presentes no *ranking*. Assim, quando se fala, por exemplo, no estado de Santa Catarina, a referência se faz apenas aos municípios desse estado presentes na listagem dos cem maiores.

c) As variáveis consideradas

Com os municípios e o volume total de recursos identificados, foi escolhido um conjunto de variáveis com elementos interpretativos capazes de atender aos objetivos específicos do estudo mencionado no item três deste trabalho. Para tanto, foram organizados blocos temáticos de informações.

- 1) Indicadores econômicos locais: nesse caso, a análise priorizou as informações relativas à dinâmica da economia local, particularmente o crescimento econômico do município. Considerou-se a evolução do PIB municipal, recentemente disponibilizado pelo IBGE, em termos absolutos e *per capita*. Foi analisado ainda, o crescimento do setor agropecuário, por meio da separação setorial clássica adotada pelo IBGE.
- 2) Indicadores da produção primária: na área vegetal, foram selecionadas as variáveis área colhida das lavouras temporárias e quantidade produzida; na área animal, o efetivo dos rebanhos de suínos, bovinos e aves e o número de vacas ordenhadas são as variáveis consideradas. A escolha dessas variáveis e não de outras, como a produtividade, será explicada durante a interpretação dos dados em um item específico.
- 3) Indicadores de emprego no âmbito municipal: aqui a análise recaiu sobre o

- comportamento do mercado formal de trabalho, sendo sistematizadas informações sobre a evolução dos postos formais de trabalho e número de trabalhadores admitidos e desligados no âmbito de cada município e, especificamente, no setor agropecuário. Porém, como é amplamente conhecido, os dados sobre mercado de trabalho em áreas rurais são precários, além da falta de uma base atualizada sobre o comportamento do mesmo. Para as áreas urbanas, essa deficiência é parcialmente sanada pelas bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), porém com os limites que serão abordados em um item específico.
- 4) Indicadores de arrecadação tributária local (própria): nesse caso, o estudo procura interpretar o comportamento da receita tributária anual arrecadada pelos municípios, o qual poderá indicar efeitos indiretos do programa em cada localidade.

Esse conjunto de variáveis pode contribuir na elaboração de análises mais consistentes sobre os benefícios de um programa de crédito rural específico para os agricultores familiares, além de identificar externalidades positivas do mesmo sobre as economias locais.

d) Fundamentação teórico-metodológica das análises

As análises científicas nas diversas áreas de conhecimento dispõem de instrumentos metodológicos que vão desde os métodos tradicionais até as formulações mais modernas ligadas às novas descobertas científicas.

Um dos métodos para se conhecer determinados fenômenos é o experimental, que envolve, basicamente, a observação empírica do referido fenômeno e a busca de relações entre as variáveis que o envolve, com o objetivo de descobrir determinadas leis que governam aquele fato específico. Com isso, pode-se chegar a várias conclusões a partir de casos particulares. Essa é a visão tradicional mais conhecida como *método empírico-indutivo*, pois o conhecimento científico é baseado em evidências observáveis e experimentais, tornando-o bem mais seguro.

Em oposição às idéias anteriores, foi desenvolvido um outro método em que se procura mostrar que a ciência possui valor, não porque a experiência empírica comprova as idéias científicas, mas porque fatos experimentais podem falsear proposições científicas. Afirma-se que as idéias científicas não podem ser provadas por fatos experimentais, mas esses ajudam a mostrar que proposições científicas podem não estar corretas. Essa é a característica fundamental de todo o conhecimento: nem sempre se pode comprovar que ele é verdadeiro, mas normalmente é mais fácil provar o contrário. Ou seja, provar que uma teoria estabelecida está errada do que comprovar sua exatidão. Assim, assume-se

que o conhecimento avança por meio de um processo de refutações, em que nenhuma teoria pode ser considerada como absolutamente a mais correta.

Esse é o método *hipotético-dedutivo*, que, mesmo utilizando-se de informações empíricas, rejeita a indução, entendendo que é possível negar experimentalmente, teorias consideradas verdadeiras, o que levaria ao aperfeiçoamento ou à própria substituição dessas por teorias melhores. Então, o método dedutivo permite refutar teorias, aceitá-las ou, até mesmo, não definir nada em nenhum dos dois casos.

Como aqui não se está trabalhando com uma amostra de municípios estatisticamente representativa, o que não permite generalizações, o método utilizado na análise está mais próximo do dedutivo, pois parte-se de uma hipótese a partir da qual se busca deduzir conseqüências assentadas em critérios empíricos.

e) Disparidade temporal das informações

Um fator complicante em relação às variáveis escolhidas é o fato de nem todas as informações estarem disponíveis para o período a ser coberto pelo estudo, ou seja, de 2001 a 2004. Os dados do PIB, por exemplo, só cobrem dois anos do período, uma vez que, recentemente, o IBGE divulgou as informações relativas ao comportamento agregado municipal para os anos de 1999 a 2002. Já os dados da produção agropecuária (Pesquisa Agrícola Municipal – PAM e Pesquisa Pecuária Municipal – PPM) estão disponíveis até 2003, e as informações completas de 2004 somente serão disponibilizadas, segundo o IBGE, nos meses de novembro e dezembro de 2005. Finalmente, os dados referentes ao mercado de trabalho e às arrecadações tributárias contemplam o mesmo período do crédito disponibilizado (2001-2004).

Esses limites das informações acabam interferindo nas análises, uma vez que se torna difícil a realização de testes de correlações entre todas as variáveis. Ainda assim, é possível fazer testes com algumas delas para verificar se têm um mesmo comportamento, o que estabeleceria nexos mais consistentes entre o programa e seus efeitos sobre indicadores da dinâmica econômica local.

5. PRINCIPAIS RESULTADOS OBSERVADOS

NESSE ITEM SERÁ ANALISADO O COMPORTAMENTO DE INDICADORES DE IMPACTOS DO PRONAF NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE VARIÁVEIS QUE, DIRETAMENTE OU INDIRETAMENTE, INFLUENCIAM A DINÂMICA ECONÔMICA LOCAL. FORAM SELECIONADOS INDICADORES RELATIVOS AOS AGREGADOS MACROECONÔMICOS MUNICIPAIS, COMO O COMPORTAMENTO DO PIB GLOBAL E SETORIAL, DADOS DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL; INFORMAÇÕES RELATIVAS AO MERCADO DE TRABALHO MUNICIPAL E DO SETOR AGROPECUÁRIO; E INFORMAÇÕES SOBRE O COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL. ANTES, PORÉM, SÃO DISCUTIDAS AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO QUE DERAM ORIGEM AO *RANKING* DOS CEM MUNICÍPIOS COM MAIOR VOLUME DE RECURSOS.

5.1. Distribuição regional do montante de crédito dos cem municípios do *ranking* com maior volume de recursos no período de 2001 e 2004

As informações sobre o montante das operações de crédito, bem como o número total de contratos realizados em cada município no período de 2001 a 2004, encontram-se no Anexo 3. Esses dados foram agrupados por unidades da Federação e por grandes regiões geográficas.

A Tabela 8 apresenta os dados do *ranking* agregados por região. Inicialmente observa-se que, dos cem municípios entre os maiores tomadores de crédito do programa – agora chamados de cem maiores –, 82 estão localizados na região Sul do país e 12 na região Norte. As demais regiões têm baixíssima participação no *ranking* considerado.

Tabela 8: MONTANTE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR MUNICÍPIOS DO RANKING NAS GRANDES REGIÕES GEOGRÁFICAS (2001-2004)

REGIÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	CONTRATOS	% CONTRATOS	MONTANTE REAL*	% SOBRE TOTAL	CRÉDITO MÉDIO
Norte	12	35.939	4,83	308.759.083,73	9,70	8.591,20
Nordeste	2	23.247	3,12	54.402.328,90	1,71	2.340,19
Sudeste	1	3.037	0,41	21.310.722,22	0,67	7.017,03
Centro-Oeste	3	9.184	1,23	91.105.305,53	2,86	9.920,00
Sul	82	673.140	90,41	2.708.094.323,47	85,06	4.023,08
Total**	100	744.547	100,00	3.183.671.763,86	100,00	4.275,98

Fonte: SAF/MDA.

* Valores deflacionados a partir do IGP-DI, para março de 2005.

**Total referente a todos os municípios de cada região presentes no ranking dos cem maiores tomadores de crédito.

Essa dinâmica do programa leva a uma forte concentração dos contratos (90%) e do montante de recursos (85%) no Sul do país. Já a região Norte aparece em segundo lugar nos dois quesitos (contrato e montante recursos), porém os percentuais são muito distantes da região Sul.

Em termos do país, considerando-se o volume total do crédito disponibilizado aos cem maiores no período de 2001 a 2004, o valor médio dos contratos se situou na faixa de R\$ 4.275,98, sendo que os maiores valores médios encontram-se na região Centro-Oeste e os menores na região Nordeste.

A Tabela 9 mostra os mesmos dados acima comentados, porém distribuídos por unidades da Federação. Dos 82 municípios da região Sul presentes na lista dos cem maiores, 43 localizam-se no estado do Rio Grande do Sul (RS), 21 no Paraná (PR) e 18 em Santa Catarina (SC). Já na região Norte, os estados do Pará (PA) e de Rondônia (RO) respondem com seis municípios cada. Verifica-se então grande concentração dos contratos (58%) no Rio Grande do Sul, seguido de correspondente concentração dos recursos (49%), ou seja, praticamente 50% do montante dos recursos do *ranking* foram destinados aos municípios do RS. Já os estados do PR e de SC respondem por 36% do montante de recursos dos cem maiores.

Tabela 9: MONTANTE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DOS MUNICÍPIOS
DO RANKING POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (2001-2004)

UF	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	CONTRATOS	% CONTRATOS	MONTANTE REAL*	% CRÉDITO	CRÉDITO MÉDIO
BA	1	12.889	1,73	30.498.447,93	0,96	2.366,24
MA	1	10.358	1,39	23.903.880,97	0,75	2.307,77
MG	1	3.037	0,41	21.310.722,22	0,67	7.017,03
MS	1	3.220	0,43	32.822.754,37	1,03	10.193,40
MT	2	5.964	0,80	58.282.551,16	1,83	9.772,39
PA	6	13.325	1,79	162.507.975,43	5,10	12.195,72
RO	6	22.614	3,04	146.251.108,30	4,59	6.467,28
PR	21	125.064	16,80	629.756.987,93	19,78	5.035,48
RS	43	430.621	57,84	1.558.950.410,76	48,97	3.620,24
SC	18	117.455	15,78	519.386.924,79	16,31	4.422,01
Total**	100	744.547	100,00	3.183.671.763,86	100,00	4.275,98

Fonte: SAF/MDA.

* Valores deflacionados a partir do IGP-DI, para março de 2005.

**Total referente a todos os municípios de cada estado presentes no ranking dos cem maiores tomadores de crédito.

Na região Norte, os municípios do estado do Pará, mesmo com um percentual de contratos inferior aos do estado de Rondônia, absorveram 5% do montante dos recursos do *ranking* dos cem maiores tomadores de crédito, ao passo que os do estado de Rondônia ficaram com 4,5% dos recursos.

Em termos dos valores médios de contratos, verifica-se que o maior valor localizava-se no estado do Pará e o menor encontra-se no estado do Maranhão (MA). Chama a atenção a grande diferença entre os dois valores médios localizados nas extremidades.

A lista dos cem municípios que receberam o maior volume de recursos (Anexo 3) evidencia diversos fatos importantes. Em primeiro lugar, nota-se que Canguçu (RS) é o primeiro município da listagem, com R\$ 89.131.521,28, o que correspondia a 2,8% do montante total de recursos do *ranking*, enquanto Santo Ângelo (RS) ocupava o 100º lugar, com um montante de R\$ 21.005.072,69, o que significava 0,65% do total dos recursos. O valor médio dos contratos no primeiro caso era de R\$ 2.372,60, e neste último de R\$ 3.059,28.

Em segundo lugar, verifica-se que todos os municípios até o décimo lugar do *ranking* localizavam-se no estado do Rio Grande do Sul e receberam aproxima-

damente 19% do total dos recursos contratados no período considerado. O valor médio dos contratos do município que figurava em décimo lugar (Camaquã/RS) era de R\$ 3.349,69, que respondia por 1,50% do total dos recursos do *ranking*.

Nota-se que os 20 primeiros municípios do *ranking* respondiam por 32% do total de recursos disponibilizados para os cem maiores. Até esse ponto do estudo figuravam na listagem apenas três municípios do PR e um de SC, os demais eram todos do RS. O valor médio dos contratos do município que figurava em 20º lugar (Ibirubá/RS) era de R\$ 5.962,77, que respondia por 1,17% do total dos recursos.

Em síntese, as informações revelam um forte processo de concentração dos recursos disponibilizados aos cem maiores tomadores de crédito do Pronaf na região Sul do país e, principalmente, no estado do Rio Grande do Sul.

5.2. O comportamento do Produto Interno Bruto (PIB)

O PIB representa a dimensão dos agregados macroeconômicos de um país ou estado. No caso brasileiro, somente nos últimos meses foi divulgada a primeira série histórica do PIB relativo aos municípios, compreendendo o período de 1999 e 2002. Caso o IBGE, órgão responsável pela elaboração desse instrumento estatístico, mantenha a sistemática de divulgá-lo anualmente, pode-se acompanhar de forma sistemática o desempenho macroeconômico dos municípios também.

A Tabela 10 apresenta a evolução do PIB e PIB *per capita* para os estados com municípios presentes na listagem dos cem maiores, para o período 1999-2002. Inicialmente, nota-se uma queda dos valores agregados para todos os estados com municípios presentes no *ranking* no último ano da série, o que implica um comportamento semelhante do PIB *per capita*. Esse movimento deve estar relacionado com problemas nos dados, conforme alerta o próprio IBGE.

Tabela 10: PRODUTO INTERNO BRUTO E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, SEGUNDO O TOTAL PARA CADA ESTADO EM QUE HÁ MUNICÍPIOS NO RANKING DOS CEM MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO – 1999-2002

UF	PRODUTO INTERNO BRUTO							
	1999		2000		2001		2002	
	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1.000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1.000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1.000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1.000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
BA	79.116.509,88	6.078,63	82.607.556,58	6.283,02	81.114.970,52	6.107,70	76.268.190,89	5.685,20
MA	14.901.838,29	2.652,20	15.780.073,94	2.769,42	15.979.628,95	2.765,71	14.024.434,15	2.393,89
MG	176.427.797,59	9.915,17	181.967.908,68	10.092,53	176.250.454,17	9.648,21	153.989.637,82	8.320,21
MS	20.514.966,97	9.937,23	20.329.451,40	9.693,69	21.324.673,63	10.011,04	18.842.421,15	8.709,64
MT	22.020.924,38	8.869,97	23.015.418,77	9.078,69	22.437.202,05	8.670,04	21.968.706,06	8.317,53
PA	31.379.127,99	5.100,16	32.417.112,69	5.153,81	33.762.891,76	5.252,38	31.353.736,90	4.773,88
RO	9.453.577,90	6.664,01	9.640.908,24	6.663,38	9.443.366,31	6.401,09	8.945.384,48	5.947,72
PR	116.160.122,52	12.211,03	113.067.089,60	11.734,66	112.973.045,29	11.576,71	100.027.637,67	10.120,86
RS	141.992.422,18	14.003,13	145.921.509,84	14.228,72	146.062.403,90	14.083,05	128.276.252,22	12.229,81
SC	67.150.718,31	12.623,98	72.719.486,43	13.444,53	72.242.971,52	13.137,57	63.650.007,38	11.386,35
Brasil	1.832.708.253,65	10.860,26	1.887.496.080,87	11.019,95	1.860.989.780,32	10.706,31	1.653.052.435,53	9.371,52

Fonte: IBGE, diretoria de pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Dados deflacionados para março de 2005. Nota: Em 2002, segundo o IBGE, dados sujeitos à revisão

No entanto, o comportamento do PIB nos municípios (Anexo4) ajuda a entender melhor a dinâmica dos agregados macroeconômicos. De um modo geral, em apenas 25 municípios da amostra ocorreu evolução dos valores absolutos no último ano da série. Cabem aqui duas considerações: a primeira em relação aos dados, pois o próprio IBGE alerta sobre as informações de 2002, que estão sujeitas à revisão, o que pode ter influenciado os resultados; a segunda diz respeito ao comportamento geral da economia, que, em 2002, passou por uma forte recessão decorrente de instabilidades econômica e política.

Agregando-se os municípios do *ranking* em termos das grandes regiões do país, dos 25 locais que tiveram expansão do PIB, 20 estavam na região Sul, sendo dez no RS; oito em SC e apenas dois no PR. Deve-se registrar também que, dos seis municípios da lista pertencentes ao estado do Pará, quatro deles tiveram aumento dos valores absolutos.

Entre os estados com municípios no *ranking* que sofreram reduções do PIB encontra-se o RS (33); PR (19) e SC (10). Esses números agregados correspondem a 62% dos municípios da lista dos cem maiores.

Todavia, para qualificar melhor a dinâmica do processo produtivo local é importante observar a participação setorial na composição final do PIB (Anexo 5). Essa é a forma clássica que o IBGE, tradicionalmente, vem apresentando as informações agregadas, tanto para estados e municípios como para o conjunto do país. Porém, com a modernização agrícola, sabe-se que ocorreu inter-relação entre agricultura e indústria, ficando tênue a margem que separa os dois setores, pois as relações a montante e a jusante são extremamente fortes. Infelizmente, é esse tipo de informação que está disponível para analisar comparativamente o desempenho agregado e sua composição setorial na esfera dos municípios.

Com o intuito de acompanhar o papel do setor agropecuário nas economias locais, organizou-se um escalonamento dos municípios da amostra, de acordo com o percentual de participação do setor agropecuário no conjunto do PIB municipal.

- a) participação entre 0% a 20%: nessa faixa situam-se 31 municípios do *ranking*, 18 deles localizados no RS; cinco em SC; e quatro no PR. Registre-se ainda que em 21 municípios houve aumento do PIB setorial no último ano da série;
- b) participação entre 21% e 40%: situam-se 27 municípios da lista, oito deles localizados no RS; oito no PR; e cinco em SC. Ressalta-se que em 16 municípios dessa faixa ocorreu aumento do PIB setorial no último ano;
- c) participação entre 41% e 60%: situam-se 37 municípios do *ranking*, 16 deles localizados no RS; oito no PR; e sete em SC. Em 28 municípios ocorreu aumento do PIB setorial no último ano;
- d) participação entre 61% e 80%: situam-se três municípios da listagem, em dois deles verificou-se aumento do PIB setorial no último ano;
- e) participação acima de 80%: situam-se dois municípios do *ranking*, dois localizados no estado do Pará e tendo apresentado aumento no último ano da série.

Verifica-se que em 69 municípios do *ranking* dos cem maiores tomadores de crédito ocorreu aumento do PIB agropecuário, indicando que o desempenho altamente favorável do setor agropecuário no ano de 2002 acabou evitando que o PIB global caísse ainda mais no conjunto dos municípios. Foi o setor agropecuário que sustentou o PIB municipal em aproximadamente 70% dos municípios da listagem.

Os dados e informações anteriores sugerem que está havendo um efeito positivo do financiamento realizado pelo Pronaf sobre a produção agropecuária de

base familiar, o qual está sendo transmitido para o conjunto da economia local. Esses reflexos podem ser mensurados, tanto pelo comportamento do PIB como por outras variáveis, sobretudo as relativas à dinâmica da produção agropecuária.

5.3. A evolução da produção agropecuária nos municípios do *ranking*

Essa questão será analisada a partir das informações disponibilizadas pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), elaboradas pelo IBGE até 2003, último ano com dados publicados⁶. Embora o período referente aos dados da produção não coincida com as informações do crédito Pronaf, podem-se utilizar os dados do IBGE para analisar possíveis implicações do sistema de financiamento do programa sobre a evolução da produção agropecuária municipal. Essas duas esferas produtivas serão explicadas separadamente.

5.3.1. *Evolução da produção vegetal*

A PAM contém um conjunto de variáveis para medir o desempenho da produção agrícola nos municípios. Entre elas, selecionamos duas que são consideradas essenciais para acompanhar a evolução da produção: área colhida de lavouras temporárias e quantidade produzida.

Conforme mencionado na parte 4, cabem inicialmente algumas explicações sobre a escolha dessas variáveis. Algumas críticas dirigidas à primeira versão do estudo entendem que deveria ser considerada a produtividade física das lavouras. Na realidade, essa variável é essencial quando se quer analisar a evolução do desempenho econômico do setor agropecuário e, especialmente, suas tendências. O objetivo aqui, no entanto, é perceber o nível de estímulo que a política pública, caso do Pronaf, exerce sobre o agricultor familiar, levando-o a ampliar suas atividades agrícolas. Nesse caso, o comportamento da variável área colhida é fundamental para se compreender os nexos entre disponibilidade de crédito e expansão das áreas de lavouras.

Uma outra crítica no mesmo sentido reivindica que variações nas áreas colhidas podem advir de dois fatores: mudanças nas culturas temporárias por culturas permanentes e efeitos de fatores climáticos. Quanto ao primeiro, os

⁶ Os dados de 2004, disponibilizados no mês de julho de 2005, estão muitos incompletos.

O IBGE informou que os mesmos serão disponibilizados integralmente somente no mês de novembro de 2005.

dados e informações disponibilizados pela PAM mostram que em quase todos os municípios do *ranking* não houve esse movimento, considerando-se que a maioria deles está inserida em um processo de produção familiar dominado por culturas temporárias – grupo de produtos que serão analisados a seguir, cuja característica é marcante na região Sul do país, onde se localizam 82 municípios dos cem maiores tomadores de crédito. Já em relação à segunda questão, de fato sabe-se que nos últimos anos ocorreram estiagens nos estados da região Sul, mas os efeitos desse fenômeno natural não tiveram a mesma dimensão em todos os estados e, particularmente, entre as distintas regiões agropecuárias dos mesmos. Tanto é assim, que a produção total aumentou em 86 dos cem municípios do *ranking*⁷.

A variável “quantidade física produzida” guarda relação com o estímulo da política pública, mas também com o processo de formação de preços nos mercados e com os fatores naturais (estiagens e enchentes) a que o processo produtivo está submetido. O último aspecto pode ser minimizado a partir das informações do parágrafo anterior, enquanto o fator *preço* será tratado em um item específico nesta mesma seção.

Em termos de área colhida (Anexo 6), a questão mais relevante a ser considerada é o movimento no âmbito dos municípios presentes na lista. Em 72 deles, a área colhida aumentou no final do período considerado, sugerindo que o financiamento da produção é um instrumento necessário de apoio à expansão das atividades agropecuárias nesses municípios.

É possível qualificar ainda mais essa afirmação, tomando-se como referência a participação dos municípios da região Sul no *ranking* dos cem maiores, tendo em vista que a mesma participa com 82 deles. Entre esses, em 61 municípios ocorreu uma expansão da área colhida, significa dizer que em 74% dos municípios da região Sul presentes na listagem houve expansão da área colhida.

O estado do PR, com 21 municípios presentes no *ranking*, teve um desempenho bastante positivo, uma vez que em 20 deles ocorreu elevação da área colhida. Isso sugere, mais uma vez, que o programa de financiamento para os agricultores familiares é um fator determinante no processo de expansão dos sistemas produtivos.

Se apenas forem considerados os 20 primeiros municípios da lista, verifica-se que em 12 deles houve expansão de área colhida, e os percentuais de

7 Talvez os dados de 2004 venham a refletir os efeitos da seca que ocorreu na safra agrícola 2004/2005, especialmente em estados como o Rio Grande do Sul, onde o fenômeno atingiu proporções bastante elevadas.

retração de área colhida nesse intervalo do *ranking* são bem menores comparativamente aos percentuais de expansão. Essas informações foram agregadas por unidades da Federação com municípios presentes no *ranking*, conforme a Tabela 11. O estado do Paraná apresentou uma expansão de 20% da área colhida, seguido por Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ambos com percentual de 9% de expansão de área colhida. Como nos estados sulistas concentra-se a maior parte dos recursos do programa, os efeitos do mesmo sobre a área colhida são bastante prováveis, uma vez que o Pronaf se transformou em uma política pública indispensável à manutenção e continuidade das atividades dos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 11: ÁREA COLHIDA DA LAVOURA TEMPORÁRIA,
SEGUNDO A UNIDADE DA FEDERAÇÃO – 1999-2003

UF	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	TOTAL DA ÁREA COLHIDA (HA)	
		1999	2003
BA	1	51.915	45.470
MA	1	25.616	34.651
MG	1	18.147	25.725
MS	1	149.894	191.386
MT	2	10.700	5.932
PA	6	225.986	102.968
RO	6	59.305	44.226
PR	21	961.907	1.150.410
RS	43	1.195.562	1.302.411
SC	18	280.731	302.398

Fonte: IBGE/PAM.

Além dos municípios ranqueados dos estados da região Sul, há uma boa expansão de área colhida nos municípios de Mato Grosso do Sul, Maranhão e Minas Gerais. Já nos demais nota-se redução de área colhida, com destaque para os municípios dos estados do Pará e Rondônia. Porém, como a participação desses no total é pouco expressiva, consideram-se mais relevantes as informações dos municípios sulistas.

Do ponto de vista da *quantidade produzida* (Anexo 7), cabe, inicialmente, um esclarecimento. Para que as informações fossem compatíveis entre si, foram

realizadas várias simulações, com pelo menos 50% dos municípios, para verificar se os oito produtos selecionados para a análise atingiriam, no mínimo, 80% da produção agrícola de cada município presente no *ranking* dos cem maiores. Em praticamente todos os estados, os testes se mostraram viáveis, o que permitiu usar os dados da forma a seguir. Esse procedimento foi necessário porque a PAM não totaliza as informações, tendo em vista que as unidades de medidas utilizadas são diferentes entre os produtos cadastrados e analisados pelo IBGE.

Observa-se que a produção agregada total cresceu, durante o período de 1999 a 2003, em 86 dos cem municípios do *ranking*. Mas quando são considerados apenas os oito produtos selecionados e analisados neste estudo, nota-se que cresceu em 85 municípios. Assim, considerando-se a produção agrícola de todos os municípios do *ranking*, houve crescimento significativo da produção, cuja evolução percentual atingiu a marca de 40% no período mencionado.

Em termos dos produtos selecionados (cujo comportamento será analisado mais detalhadamente), no cômputo geral, cinco deles aumentaram a quantidade produzida, enquanto três sofreram retração, tendo o trigo apresentado o maior percentual de expansão, ou seja, 169% em quatro anos, seguido pelo milho (58%) e pela soja (54%).

Deve-se registrar, ainda, que os municípios localizados na região Sul, em função de sua maior participação na listagem (82% do total), acabaram respondendo por quase 90% da produção total no último ano da série adotada, implicando uma interpretação da variável *produção* de caráter praticamente regional. Isso porque, quando se agrega à produção dos municípios do *ranking* por unidade da Federação, o Paraná, com apenas 21 municípios, respondia por 41% do total da produção dos cem maiores, enquanto o Rio Grande do Sul, com 43 municípios, respondia por 36%, e Santa Catarina, com 18 municípios na lista, respondia por 11% do total produzido.

Do ponto de vista dos produtos, observam-se comportamentos diferenciados entre eles ao longo do período. Assim, o *arroz* teve uma ligeira queda na quantidade produzida entre os anos considerados, porém com um comportamento muito distinto entre os municípios presentes no *ranking* dos cem maiores. Como grande parte da produção dos cem estudados está concentrada em um pequeno número de municípios do estado do RS, que em 2003 respondia por 72,5% do total produzido, nota-se uma dispersão do papel das demais lo-

calidades. Mesmo assim, as informações mostram que a produção de arroz⁸ cresceu em 40 municípios da listagem.

No caso dos municípios do estado do RS presentes no *ranking*, verificam-se movimentos bastante opostos entre eles, mas é possível identificar dois grupos bem distintos. O primeiro, composto pelos municípios de Agudo, Encruzilhada do Sul e São Lourenço do Sul, sofreu forte redução na quantidade produzida; o segundo, formado pelos municípios de Camaquã, Rio Pardo e Pelotas, aumentou bastante sua produção. Com isso, essas três localidades respondem por 63% de todo o arroz produzido pelos municípios gaúchos presentes na lista, destacando-se a expressiva produção do município de Camaquã.

A batata-inglesa tem sua produção concentrada entre os cem maiores tomadores de crédito localizados nos estados da região Sul, nas localidades do estado do RS, as quais respondiam, em 2003, por 80% do total produzido pelos cem maiores. Embora tenha ocorrido uma pequena elevação da produção dos municípios dos estados do PR e SC presentes no *ranking*, a participação dos mesmos no total ainda é muito restrita.

Como a produção está concentrada no RS, nos municípios de Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul, são pequenos os efeitos produtivos das demais localidades no comportamento dessa cultura. Mesmo assim, verifica-se que a produção cresceu em 31 municípios da listagem.

Em relação aos 43 municípios gaúchos presentes no *ranking* dos cem maiores, chama a atenção a localidade de Canguçu, que figura como o maior produtor de batata-inglesa do *ranking*, tendo sua produção praticamente dobrada no período considerado. Essa localidade aparece como o principal tomador de crédito entre todos os municípios selecionados.

A produção de feijão teve uma evolução de aproximadamente 5%, porém com um comportamento muito distinto entre os municípios presentes no *ranking* dos cem maiores tomadores de crédito. Mesmo assim, é importante registrar que em 44 municípios da pesquisa ocorreu aumento da produção, que respondiam, em 2003, por 78% da produção total dos cem maiores.

Como os municípios do *ranking* dos três estados da região Sul representam 86% da produção, é importante observar o que aconteceu nos mesmos. Nos municípios dos estados de SC e RS houve uma ligeira diminuição da produção, ao mesmo tempo em que os do estado do PR apresentaram uma evolução de

8 Em termos tecnológicos, deve-se registrar que esse tipo de produto tem dois sistemas de produção: irrigado, muito empregado na região Sul do país, e o sequeiro, mais utilizado nos municípios das regiões Norte e Centro-Oeste.

25% no último ano. Eles passaram a responder por 57% do total produzido pelos cem maiores tomadores de crédito.

No caso específico dos municípios paranaenses presentes no *ranking*, observa-se que a produção de feijão cresceu em 14 deles, merecendo destaque a produção obtida em Irati, São Mateus do Sul e Prudentópolis, que juntos respondiam, em 2003, por 61% do total produzido pelos 21 municípios paranaenses. Essas localidades, por estarem em uma microrregião que tradicionalmente produz feijão e tem tido acesso regular ao crédito do programa, responderam de forma bastante eficaz, ampliando o volume global de produção.

A produção de *fumo* do país está totalmente concentrada na região Sul e os municípios do *ranking* representam esse aspecto. Vários estudos sobre o Pronaf mostraram que essa cultura foi muito beneficiada pelo programa, pelo menos até safra de 1999/2000, quando parte considerável dos recursos do crédito rural era destinada aos agricultores familiares inseridos nessa atividade. A partir da safra de 2000 o programa deixou de financiar a cultura, enquanto que na safra de 2004 voltou-se a financiar os produtores, mas somente para aqueles que destinariam parte dos recursos para fazer reconversão produtiva nas unidades de produção.

A produção total sofreu uma evolução de 5% ao longo do período considerado, sendo que nos municípios dos estados do PR e SC presentes no *ranking* ocorreu crescimento, enquanto que nos do RS houve uma ligeira queda. Mesmo assim, os municípios do RS ainda respondiam, em 2003, por 65% da produção total dos cem maiores.

É importante salientar que a cultura do fumo não é produzida em 23 municípios da pesquisa. Assim, verifica-se que, dos 77 municípios da listagem que cultivam o produto, em 44 ocorreu aumento da produção. O mais importante é registrar que esses 44 municípios respondiam, em 2003, por 63% da produção total dos cem maiores.

Especificamente em relação aos municípios dos estados da região Sul presentes no *ranking* dos cem maiores, notam-se algumas diferenças, tendo em vista que nos estados do PR e de SC a produção encontra-se bastante pulverizada, enquanto que no RS predomina a produção em Candelária, Canguçu, Camaquã, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul e Dom Feliciano, quase todos figurando entre os 10 maiores tomadores de crédito do Pronaf.

A produção de mandioca teve uma queda de 17% na quantidade produzida entre os anos considerados. No entanto, observa-se um comportamento distinto entre os municípios presentes no *ranking* dos cem maiores das diversas unida-

des da Federação, uma vez que a referida cultura é produzida em 99 municípios entre os cem maiores da lista. Mesmo assim, em 48 municípios do *ranking*, que cultivam o produto, ocorreu aumento da produção, e esses municípios respondiam, em 2003, por 58% da produção.

É possível identificar os municípios do *ranking* que contribuíram para que ocorresse o resultado negativo. No caso de São Félix do Xingu (PA), a produção foi reduzida de 382.320 toneladas, em 1999, para 128.000 toneladas, em 2003. Mesmo que os demais municípios daquele estado presentes no *ranking* tenham aumentado a produção, isso não foi suficiente para compensar a grande queda verificada na localidade acima citada.

Da mesma forma, vários municípios de uma microrregião paranaense presentes no *ranking* (Cascavel, Toledo, Santa Helena, Francisco Beltrão e Marechal Cândido Rondon) contribuíram para que ocorresse uma redução da produção da ordem de 62%. Mesmo assim, esses cinco municípios ainda respondiam, em 2003, por 60% da produção dos 21 municípios paranaenses presentes entre os cem maiores.

Quanto à cultura do milho, houve um incremento da produção da ordem de 58% no último ano da série considerada. Além disso, registre-se que em sete estados com municípios presentes na listagem ocorreu elevação da quantidade produzida e, mais importante, as reduções foram observadas apenas naqueles estados cuja participação no total do *ranking* é extremamente baixa.

A cultura é produzida por todos os municípios presentes nos cem maiores, e em 82 deles se observou expansão da quantidade produzida. Isso resultou em elevação do percentual de participação dessas comunidades no total, uma vez que os 18 municípios que não tiveram aumento da produção respondiam por apenas 5% do total produzido pelo conjunto dos cem maiores tomadores de crédito.

Os municípios dos estados da região Sul presentes no *ranking* respondiam, em 2003, por 92% do total produzido, sendo que em todos eles se verificou uma forte expansão da produção. Em termos da soma da participação dos municípios de cada unidade da Federação, verifica-se que o estado do PR respondia por 48% do total de milho produzido pelo conjunto dos municípios presentes no *ranking*, enquanto o RS participava com 24% e SC com 20%.

Dos vinte e um municípios paranaenses presentes no *ranking* dos cem maiores ocorreu uma expansão da produção em 20 deles. Porém, o mais importante é o expressivo crescimento da produção em praticamente todas as localidades, chegando-se a triplicar em algumas. Deve-se destacar que grande parte dessa produção advém de municípios localizados nas regiões sudoeste e

oeste do estado, onde tradicionalmente se desenvolveu e fortaleceu o sistema de produção familiar, o qual, quando apoiado adequadamente, responde produtivamente de forma muito eficaz.

Os 43 municípios gaúchos presentes no *ranking* dos cem maiores apresentaram um quadro bem mais diversificado, ou seja, em apenas 14 localidades não se constatou expansão da produção no último ano da série, embora o estado tenha registrado uma evolução da ordem de 46%. Já os outros 29 municípios presentes na listagem tiveram aumento da produção e passaram a responder por aproximadamente 65% da produção total de milho das 43 localidades do *ranking*.

Todos os municípios catarinenses presentes entre os cem maiores tomadores de crédito tiveram expansão da quantidade produzida, resultando em uma evolução da produção da ordem de 67% nas localidades catarinenses listadas.

A cultura da soja é produzida em 83 municípios do *ranking* dos cem maiores e em apenas oito deles não se observou expansão da quantidade produzida. Mas a participação dessas comunidades não atinge a 5% do total produzido pelo conjunto dos cem maiores tomadores de crédito. Com isso, a produção total de municípios estudados teve uma evolução da ordem de 54%.

Os municípios da listagem na região Sul respondiam, em 2003, por 90% do total produzido, e todos apresentaram forte expansão da produção. Em termos da participação dos municípios de cada unidade da Federação, verifica-se que o estado do PR respondia por 42% do total da soja produzida pelo conjunto dos municípios presentes no *ranking*, enquanto o RS participava com 44% e SC com 4%.

O estado do PR, que representa 21 dos cem maiores municípios tomadores de crédito, apresentou crescimento da produção em praticamente todas as localidades, chegando-se a duplicar a produção, como ocorreu em Francisco Beltrão, Irati e Ipiranga. Já o estado do RS, contando com 43 municípios presentes na lista, apresentou aumento da quantidade produzida em 36 municípios, os quais respondem por 98% da produção total de soja das 43 localidades gaúchas ranqueadas. Finalmente, o estado de SC, participando com 18 municípios dos cem estudados, apresentou uma evolução da produção em 14 deles, considerando-se que em três locais o produto não é cultivado.

Quanto ao trigo, que é cultivado em 73 dos cem municípios que mais tomaram crédito do Pronaf e concentra-se quase que exclusivamente nos municípios dos estados da região Sul do país, apresentou uma evolução da produção da ordem de 169%. E o mais importante é que ocorreu aumento da produção em todos os municípios que cultivam o produto.

Os municípios da região Sul respondiam, em 2003, por 96% do total produzido, e todos eles apresentaram uma forte expansão da produção. Em termos da participação dos municípios de cada unidade da Federação, verifica-se que o estado do PR respondia por 38% do total do trigo produzido pelo conjunto dos municípios presentes no *ranking*, enquanto o RS participava com 55% e SC com apenas 3%.

No estado do PR, os municípios presentes na listagem cultivam a cultura e todos apresentaram aumento da quantidade produzida. Já no RS, dos 43 municípios presentes no *ranking* dos cem maiores, sete não cultivam a cultura e 36 aumentaram a produção. Por fim, em SC, dos 18 municípios presentes no *ranking*, 16 deles cultivam o produto e em todos eles ocorreu aumento da quantidade produzida.

Os dados gerais da produção vegetal dos cem municípios do *ranking* mostram o enorme crescimento da produção agrícola no período considerado, isto é, em apenas 14 deles não ocorreu elevação da produção total. Em um grande número de municípios verifica-se que a quantidade produzida mais que dobrou em quatro anos, processo esse que pode estar relacionado aos estímulos promovidos pela política de apoio aos agricultores familiares.

5.3.2. *Evolução da produção pecuária*

A PPM acompanha o desempenho da produção pecuária dos municípios pelas diversas variáveis. Entre elas, foram selecionadas duas que são essenciais para acompanhar a evolução da produção pecuária: o efetivo dos rebanhos e a produção de leite nos municípios.

Quanto ao comportamento do efetivo dos diversos rebanhos dos municípios ranqueados (Anexo 8), em 56 municípios da amostra ocorreu expansão do total do rebanho, com variações entre os diferentes tipos de animais. Dos municípios que sofreram redução de plantel, 41 deles localizam-se nos estados da região Sul do país, e a maioria pertencente aos estados do RS e SC. No caso específico do RS, dos 43 municípios presentes na lista, 29 deles apresentaram redução do plantel, e as maiores oscilações ocorreram no rebanho de aves, ao passo que os rebanhos de suínos e de bovinos praticamente se mantiveram estáveis nessas localidades. Já nos municípios de SC, além da redução do rebanho de aves, há áreas em que a redução do rebanho de suínos também é grande. Em parte, essa última redução se explica devido ao aumento de exigências das empresas integradoras, obrigando muitos agricultores a se desfazer do plantel e mudar de atividade.

Nos municípios entre os cem maiores localizados nos estados do Pará e Rondônia, a expansão do plantel se deve exclusivamente ao aumento do rebanho bovino, que, em alguns casos, o efetivo chegou a dobrar, como o município de São Félix do Xingu, cujo plantel passou de 682 mil cabeças, em 2000, para 1,264 milhão, em 2003. Paralelamente a isso, verifica-se a redução do plantel de aves e suínos em todos os municípios presentes no *ranking* localizados no estado do Pará. Esse mesmo comportamento também foi verificado nos municípios do estado de Rondônia presentes na lista dos cem maiores.

Em relação ao rebanho bovino, nos 65 municípios presentes no *ranking* ocorreu elevação do número total de cabeças. A redução mais forte do efetivo foi observada nos municípios do *ranking* localizados nos estados de MS e RS, enquanto todos os demais expandiram seu plantel, merecendo destaque a grande expansão apresentada pelos municípios dos estados do Pará e de Rondônia, os quais respondiam, em 2003, por 50% do efetivo total estudado. Ressalta-se que muitos municípios desses estados tiveram as maiores reduções da produção agrícola, o que sugere uma mudança no *mix* de produção, prevalecendo a criação de animais em detrimento da produção vegetal.

O rebanho de suínos se expandiu em apenas 41 municípios ranqueados, porém com produção fortemente concentrada nos municípios localizados nos estados da região Sul do país. Quanto aos municípios presentes no *ranking* do RS, com redução expressiva do rebanho, pode estar havendo um movimento contrário ao verificado nos municípios dos estados do Pará e Rondônia, pois os efetivos de bovinos e suínos decresceram ao mesmo tempo em que se verifica expansão da produção agrícola.

O efetivo de aves, ainda mais concentrado nos municípios do *ranking* localizados nos estados da região Sul, sofreu uma redução em 58 municípios. No entanto, convém chamar a atenção para o aumento desse efetivo nos municípios com grandes quantidades de aves, como é o caso de Toledo, Cascavel, Santa Helena e Francisco Beltrão, no estado do PR; Marau, Carlos Barbosa e Encantado, no RS; e Concórdia, Chapecó, Seara, Palmitos, Itapiranga e Coronel Freitas, em SC. Além disso, destaca-se a expansão desse tipo de rebanho nos municípios ranqueados localizados nos estados do MT e MS, o que pode estar associado ao movimento das grandes agroindústrias sulistas, que passaram a construir plantas industriais naqueles estados, o que teria estimulado esse tipo de atividade em estados que, tradicionalmente, tinham as atividades agrícolas como as mais importantes.

Do ponto de vista do número de vacas ordenhadas nos municípios da listagem (Anexo 9), em 66 deles esse número aumentou. Assim, em todos os municípios do *ranking* localizados nos estados de Rondônia e do Pará aumentaram o número de vacas ordenhadas, enquanto que dos 43 municípios do *ranking* localizados no estado do RS, 24 deles reduziram o número de vacas ordenhadas. Esse movimento foi inverso nos municípios localizados nos estados do Paraná, onde apenas cinco deles reduziram o número de vacas ordenhadas, ao passo que nos municípios do *ranking* localizados no estado de Santa Catarina apenas quatro municípios reduziram esse número.

Nesse estado, sabe-se que está em curso um processo de reestruturação produtiva, particularmente na região Oeste, com expansão da atividade de bovinocultura de leite em locais onde predominava, até pouco tempo, a criação de aves e suínos. De certa forma, isso explica o comportamento positivo da atividade verificado nos municípios catarinenses presentes no *ranking*. Portanto, é necessário frisar a importância do sistema de financiamento da agricultura familiar em estados e regiões que estão promovendo esse tipo de reestruturação da produção agropecuária.

Quanto à quantidade de leite produzido, observa-se que 81 municípios do *ranking* aumentaram sua produção. Em parte, esse movimento pode estar ligado à tradicional associação da produção leiteira com as demais atividades produtivas que são desenvolvidas no sistema de produção familiar.

No caso dos municípios do *ranking* na região Norte, chama atenção o fato de que todas as localidades do estado do Pará apresentaram queda de produção, enquanto todos os municípios em Rondônia tiveram um comportamento oposto. Nos estados da região Sul, destacam-se os municípios estudados em Santa Catarina, pois todos tiveram aumento da quantidade produzida, enquanto os do *ranking* paranaense apenas três municípios não aumentaram a produção.

Em termos da produtividade, os dados mostram que essa é muito baixa nos municípios do *ranking* localizados nos estados da região Norte. Nos municípios do estado do Pará, por exemplo, a média é de 0,55 litros por vaca, já no Paraná é de 2,3 litros e nos municípios de Santa Catarina, estado com o melhor desempenho, a média é de 2,5 litros por vaca. Observa-se que muitos municípios com um número elevado de vacas ordenhadas, mas com um baixo volume de leite produzido, ainda necessitam de apoio no sentido de melhorar a qualidade do sistema de produção de leite, mesmo quando associado às culturas vegetais.

5.4. O comportamento dos preços agrícolas

O objetivo desse item é demonstrar que o preço recebido pelo agricultor ao longo das últimas décadas não necessariamente é fator estimulante e determinante para a expansão da área cultivada e, conseqüentemente, da produção agrícola total.

A crise econômica vivida pelo país nas últimas décadas provocou impactos negativos sobre o setor agrícola. Um dos aspectos mais visíveis desse processo foi a queda da rentabilidade do setor agropecuário. Mesmo com os elevados ganhos de produtividade apresentados pelas principais culturas, a renda agrícola mostrou uma trajetória descendente entre os anos de 1980 e 1990.

A Tabela 12 apresenta a variação percentual da produção, dos preços e da renda bruta durante as décadas de 80 e 90 no âmbito do país para alguns produtos selecionados. Do ponto de vista da produção, com exceção apenas do arroz e do trigo, todos os demais produtos apresentaram aumento nos níveis de produção entre os dois períodos considerados, com destaque para a cultura da soja que teve o maior percentual de crescimento. Já no caso do trigo a queda expressiva verificada pode ser creditada, em parte, à política de liberalização do setor implementada a partir dos anos 90, o que desestimulou o cultivo.

Tabela 12: VARIAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO, DOS PREÇOS E DA RENDA BRUTA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS – BRASIL, (1990-1998)/(1980-1989)

PRODUTOS SELECIONADOS*	PRODUÇÃO	PREÇOS	RENDA BRUTA
Arroz em casca	-1,96	-49,58	-50,09
Batata inglesa	21,68	-41,12	-27,11
Feijão	16,44	-47,21	-38,98
Fumo	27,33	-4,94	22,36
Mandioca	0,87	-42,75	-42,42
Milho	34,20	-48,01	-30,53
Soja	41,54	-52,45	-33,12
Trigo	-33,35	-64,07	-74,75

Fonte: Monteiro, M.J.C. Revista Agroanalysis, v.19, n.4, abril de 1999.

* Os produtos foram selecionados de acordo a lista utilizada neste estudo.

Esse desempenho positivo da produção agrícola global num cenário de preços adversos pode estar relacionado a dois fatores: por um lado, o padrão tecnológico da agropecuária brasileira continua se expandindo, sobretudo pela adoção de novas tecnologias nas áreas de sementes, de adubos e de máquinas e de equipamentos; por outro, observa-se uma queda, nas duas últimas décadas do século 20, dos preços dos principais insumos agrícolas (tanto dos fatores de produção agrícola produzidos pela indústria quanto dos fatores primários de produção), o que amenizou os efeitos da queda dos preços⁹.

Quanto aos preços agrícolas, nota-se um movimento decrescente para todos os produtos selecionados, destacando-se novamente o trigo, a soja e o arroz, que tiveram os maiores percentuais de queda. O comportamento adverso dos preços agrícolas afetou negativamente a renda bruta do setor nos anos de 1990. Com exceção apenas da cultura do fumo, a queda da renda agrícola foi generalizada, com reduções que variam de -27% (batata-inglesa) até -75% (trigo). Em grande medida, essa redução da renda está vinculada à queda dos preços agrícolas, uma vez que a produção cresceu para quase todos os produtos considerados.

Os primeiros anos do século 21 mostram a continuidade das oscilações no comportamento dos preços agrícolas (Anexos 10 e 11)¹⁰, com tendência de queda para muitos produtos. O preço do milho, após uma curta recuperação em 2002, voltou a cair nos dois anos seguintes. Com isso, os preços praticados em dezembro de 2004 eram ligeiramente superiores aos de 1995. A batata-inglesa, após uma pequena recuperação no ano de 2001, apresentou fortes oscilações nos anos seguintes, fazendo com que os preços praticados em 2004 se situassem em um patamar inferior ao de 1995. O feijão, com uma breve aceleração dos preços em 2001, sofreu quedas a partir de 2002, fazendo com que os preços praticados em 2004 fossem inferiores aos praticados em 1995. O fumo, mesmo com uma recuperação dos preços após 2003, se situa abaixo do patamar de 1995. O trigo, com oscilações negativas a partir de 2002, continua com seus preços abaixo daqueles praticados em 1995. Finalmente, o leite, após ensaiar uma breve recuperação em 2002 e 2003, voltou a ter fortes retrações, fazendo

9 Para maiores detalhes, veja importante estudo de Ferreira Filho, J.B.S. (1998). Ajustamento estrutural e crescimento agrícola na década de 80: notas adicionais. *Revista de Economia Política*, v.18, n.4, pp 84-95. Segundo esse autor, uma combinação da elevação da produtividade na agricultura com a queda dos preços dos insumos agrícolas pode justificar, com segurança, o fenômeno do crescimento da produção agrícola.

10 As informações dizem respeito aos preços médios recebidos pelos agricultores nas principais regiões produtoras do estado de Santa Catarina, sendo a coleta realizada pelo Icepta/SC entre os dias dez e 20 de cada mês. O deflator utilizado foi o IGP-DI (FGV), de dezembro de 2004.

com que os preços de dezembro de 2004 se situassem em patamares muito inferiores aos praticados em 1997.

Apenas dois produtos apresentaram tendência significativa de crescimento dos preços. A soja oscilou positivamente em todos os anos da atual década. Com isso, os preços praticados em dezembro de 2004 se situavam 18% acima dos preços de 1995. Já a mandioca, após uma forte retração em 2001 e 2002, se recuperou e elevou em 33% seus preços em relação aos praticados em 1995.

O arroz, mesmo com elevação de preço, não apresentou uma tendência significativa. Assim, após a recuperação entre 2001 e 2003, nota-se que os preços voltaram a cair em 2004, situando-se apenas 9% acima do preço praticado em 1995.

Esse comportamento dos preços da maioria dos produtos agrícolas sugere que a variável *preço* exerce bem menos influência na definição da expansão da produção agrícola, comparativamente a outras variáveis, como é o caso da disponibilidade de crédito. Considerando-se o sistema de financiamento do Pronaf e as condições atuais de oferta de recursos, é possível afirmar que as mesmas vêm cumprindo um papel importante junto aos agricultores familiares, inclusive estimulando-os a expandir a área de produção.

5.5. O comportamento do mercado de trabalho local

5.5.1. O emprego agrícola

A precariedade e a inexistência de dados e informações são fatores limitantes quando se procura analisar o comportamento do emprego agrícola. Os dados conhecidos nem sempre conseguem absorver, em sua totalidade, os impactos das mudanças estruturais sobre o nível de emprego. Assim, o que convencionalmente tem sido feito é acompanhar a dinâmica da produção do setor, principalmente em relação à expansão da área cultivada e da produtividade e, a partir daí, estimar e calcular alguns índices de desempenho do emprego agrícola. O próprio IBGE adota critérios distintos para medir o nível do emprego no campo. Nesse sentido, é importante discutir sucintamente os possíveis impactos das transformações estruturais das duas últimas décadas sobre a dinâmica do trabalho rural.

Diversos estudos comprovaram que desde meados da década de 80 vem ocorrendo uma diminuição do emprego no setor agropecuário. Essa tendência, no entanto, não pode ser creditado apenas à crise e à instabilidade econômica do país, pois mesmo num cenário adverso, o setor agropecuário vem tendo

desempenho bastante positivo, comparativamente às demais atividades econômicas. Assim, não é difícil sustentar a tese de que a dinâmica do mercado de trabalho agrícola está diretamente relacionada às mudanças recentes no padrão de crescimento da agropecuária brasileira, o que significa dizer que o problema é mais estrutural do que conjuntural.

Em linhas gerais, a partir da década de 80, alguns elementos centrais das mudanças estruturais ganharam destaque. Nas áreas de fronteira agrícola, notadamente na região Centro-Oeste, foram substituídas as lavouras tradicionais por produtos comerciais e expandiu-se a pecuária de forma extensiva e com baixos índices de ocupação de mão-de-obra; em todo o país houve uma substituição crescente das lavouras tradicionais com uso intensivo de trabalho por culturas modernas e com baixo uso de mão-de-obra; e, fundamentalmente, se incorporou de forma acentuada as inovações tecnológicas em todas as etapas do processo produtivo, sobretudo naquelas culturas que ocupavam enormes quantidades de trabalhadores, como é o caso da cana-de-açúcar, algodão, café, cacau, soja e milho.

Segundo Gasques & Villa Verde (1990), o crescimento sustentado do PIB até o final da década de 80 esteve ancorado em poucas culturas, destacando-se a soja, a cana-de-açúcar, o algodão herbáceo, o trigo, o milho e a laranja, uma vez que a composição do produto apresentava participação crescente das três primeiras culturas. Porém, como é amplamente conhecido, esse processo apresentou contrastes regionais importantes, com a mão-de-obra desempenhando papel bem distinto em cada situação.

Nas regiões de fronteira agrícola (Norte e Centro-Oeste) alterou-se o perfil tradicional da ocupação agrícola que vigorou até o início da década de 80. O novo cenário mostrou uma agricultura fortemente mecanizada, o que elevou brutalmente a produtividade do trabalho. Por outro, na região Nordeste ocorreu um pequeno aumento do número de pessoas ocupadas, paralelamente a manutenção de um baixo índice de mecanização da agricultura. Finalmente, nas regiões Sul e Sudeste ocorreu uma forte redução da mão-de-obra ocupada na agricultura, sobretudo a partir da mecanização completa do processo produtivo, fato que se consolidou na década de 90.

Esses aspectos permitem elaborar algumas tendências e cenários sobre emprego agropecuário no país. Em primeiro lugar, a mudança substancial no padrão de crescimento da agricultura brasileira nas últimas décadas causou impactos profundos sobre os níveis do emprego rural. De um modo geral, os dados revelam que nos últimos períodos rompeu-se aquele padrão tradicional de

crescimento ancorado na expansão da área cultivada, uma vez que os aumentos da produção global do país estão mais relacionados ao incremento da produtividade física das lavouras. Isso rebate sobre o emprego agrícola de diferentes maneiras. Por um lado, ao se incorporar mais intensamente as inovações tecnológicas (mecanização e quimificação das lavouras), reduziu-se drasticamente o volume de trabalho nas principais culturas, com destaque para aquelas culturas de ciclo temporário em que os impactos se fazem notar em todas as etapas do ciclo produtivo. Por outro, o processo de substituição de culturas, sobretudo nas áreas de fronteira agrícola, também impacta negativamente sobre o emprego, tendo em vista que as culturas que se expandem estão dentro de uma lógica dependente dos processos mecânicos e químicos.

Em segundo lugar, a expansão das áreas de fronteiras agrícolas, além de expandiram de forma bem mais lenta que nas décadas passadas, concentram-se atualmente nos estados de Rondônia, Mato Grosso, do Pará, Tocantins e Maranhão. Em função da baixa participação desses estados no contexto do emprego agrícola do país e dos tipos de produtos que são cultivados nesses estados, a contribuição dos mesmos na geração de novos empregos é bastante limitada.

Em terceiro lugar, agravam-se as disparidades regionais a partir do aprofundamento da modernização agrícola das últimas décadas, com impactos diretos sobre o emprego agrícola. Um bom exemplo desse desequilíbrio regional pode ser observado na região Nordeste, que, na década de 90, respondia por aproximadamente 50% do emprego agrícola do país. Nela verifica-se que 1,5 milhão de pessoas ainda produzem apenas para o autoconsumo, trabalho que garante, no máximo, a sobrevivência em períodos de normalidade climática.

A combinação desse conjunto de fatores provoca uma série de impactos sobre os níveis do emprego agrícola, embora o cenário da década de 90 não tenha apresentando grandes modificações. A região Nordeste continua respondendo por aproximadamente 50% do total das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas, devido à forte presença da agricultura familiar nessa região; a região Sudeste detém em torno de 24% do total dos empregos gerados; o Sul, em torno de 20%; e a região Centro-Oeste, aproximadamente, 6%.

É neste contexto de grandes mudanças que as políticas públicas de desenvolvimento rural que buscam promover o emprego, como é o caso do Pronaf, precisam ser definidas. A agroindustrialização da agricultura redefiniu a lógica de funcionamento das unidades familiares de produção, bem como o trabalho assalariado rural, ditando a dinâmica e o ritmo da produção agropecuária e as próprias formas de geração de emprego. Já as disparidades regionais, cada vez

mais presentes no cotidiano rural, clamam por atenção especial das políticas que pretendem influenciar os destinos do desenvolvimento local e regional.

5.5.2. O comportamento do mercado formal de trabalho nos municípios e no setor agropecuário entre 2001 e 2004

No âmbito geral do mercado de trabalho, as mudanças são tão ou mais intensas que na própria agricultura. A emergência da globalização desencadeou um processo específico de transformações no mundo do trabalho, sendo as principais de caráter qualitativo, uma vez que alterações na organização e divisão do trabalho e sua subsequente distribuição setorial afetam todas as categorias de trabalhadores, mais fortemente aquelas categorias cujas condições de trabalho vêm se deteriorando sistematicamente.

Desse modo, pode-se dizer que está em curso um aprofundamento da divisão do trabalho, o qual tende a afastar a mão-de-obra menos qualificada dos mercados mais competitivos. Sem dúvida, essa situação parece ser mais dramática naqueles países que adotaram estratégias passivas e subordinadas diante do novo cenário internacional. Nesses países tem-se, ainda, o agravamento das condições de trabalho devido às políticas econômicas implementadas na última década do século 20.

O Brasil, particularmente, adotou políticas que procuraram atacar tanto os desequilíbrios macroeconômicos – como o déficit público, problemas na balança comercial e o controle da inflação, quanto os desequilíbrios microeconômicos, como o desempenho da produtividade, as pressões dos custos dos insumos e a obsolescência dos investimentos anteriores.

Diversos estudos mostram que essa racionalização econômica afetou a capacidade de geração de emprego de vários setores econômicos, levando a uma redução acentuada da dimensão ocupacional do trabalho assalariado, sobretudo nos mercados urbanos e metropolitanos. A partir de então, intensificou-se no país um processo de composição do mercado formal de trabalho, com destaque para o crescimento das contratações por tempo determinado e parcial; a liberdade das empresas para determinar as relações trabalhistas e a remuneração por princípios qualitativos do trabalhador, e não mais apenas pelas horas contratadas.

Considerando-se esses elementos e os limites das informações disponíveis, analisam-se algumas características do mercado de trabalho dos cem maiores tomadores de crédito do Pronaf, a partir do estoque de emprego nos municípios e no setor agropecuário, registrado pelo Cadastro Geral de Emprego e Desem-

prego (Caged/MTE), além do comportamento dos postos formais de trabalho por meio do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais/MTE)¹¹.

O movimento de contratações, demissões e o saldo dos postos formais de trabalho nos municípios do *ranking* (Anexo 12) mostra a dinâmica do mercado formal de trabalho local e, particularmente, desse mesmo mercado no setor agropecuário.

Do ponto de vista do comportamento do emprego total nos municípios estudados, verifica-se que, em 2001, o saldo foi positivo para 81 deles, ou seja, em 81% dos municípios, as contratações superaram as demissões, revelando a capacidade das economias locais de gerar emprego em um cenário adverso no âmbito do país. Deve-se registrar que entre os municípios em que as demissões superaram as contratações, 11 deles se localizavam no estado do Rio Grande do Sul, o qual figura com o maior número no *ranking*. Especificamente em relação ao setor agropecuário, nota-se que, no mesmo período, o saldo foi positivo em apenas 54 municípios. Entre os municípios do *ranking* com saldo negativo, 24 se localizavam no RS, nove em SC e oito no PR.

No ano de 2004, esse quadro se altera consideravelmente e de forma bastante positiva. Assim, os dados agregados revelam que em 96 municípios do *ranking* ocorreu expansão do emprego formal, significando que a expansão econômica agregada local teve um efeito importante sobre o mercado de trabalho, elevando o nível de contratações. Esse processo também deve ter favorecido o setor agropecuário que teve saldo positivo em 72 municípios do *ranking*. Entre aqueles municípios em que as demissões superaram as contratações, 14 se localizavam no RS, sete em SC e cinco no PR.

O mais importante é analisar o comportamento do estoque de emprego formal acumulado no período considerado (Anexo 13). Para o conjunto dos setores de atividade econômica local, verifica-se que 94 municípios do *ranking* aumentaram o estoque de emprego, fato que pode estar indicando um processo de retomada de expansão das atividades econômicas locais. Entre os municípios em que não houve elevação dos postos formais de trabalho, quatro se localizavam no RS e dois no PR.

Em relação ao setor agropecuário, nota-se que o estoque formal de trabalho cresceu em 69 municípios da lista. Considerando-se as especificidades das re-

¹¹ Deve-se registrar que esses instrumentos são limitados para analisar o comportamento do emprego agrícola, devido ao elevado índice de informalidade existente neste mercado. Entretanto, diante da inexistência de dados estatísticos mais abrangentes, optou-se pelo uso do Caged e Rais.

lações de trabalho no setor (marcadas pela informalidade), pode-se considerar esse resultado bastante positivo, permitindo afirmar, inclusive, que as atividades econômicas ligadas ao sistema familiar de produção reagem favoravelmente quando estimuladas.

De um modo geral, o comportamento verificado nos municípios ranqueados poderem estar indicando uma reação do mercado de trabalho dessas localidades frente ao cenário geral do país dominado pelos elevados índices de desemprego. Essa expansão da formalidade, que deverá melhorar a qualidade do trabalho, possivelmente guarda relações com o volume de recursos destinado a esses municípios, haja vista as externalidades positivas, especialmente do setor agropecuário, sobre os setores do comércio e de serviços dessas localidades¹².

5.6. Comportamento da arrecadação tributária própria

Com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os municípios passaram a ser obrigados a prestar contas das finanças públicas locais à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Fazenda. Essa exigência está expressa no artigo 51 da LRF, o qual determina que estados e municípios devem encaminhar suas contas anuais ao Ministério da Fazenda até o mês de maio do ano subsequente, sendo que o órgão do governo federal deve consolidar as informações até o mês de junho.

A arrecadação municipal é composta por várias fontes, agregando desde receitas tributárias próprias até receitas de transferências, cujas cotas são repassadas pelo governo estadual e pelo governo federal. O interesse do estudo, todavia, recaiu sobre o comportamento da arrecadação própria dos cem maiores tomadores de crédito do Pronaf.

Esse tipo de arrecadação corresponde às receitas obtidas em decorrência de esforços das administrações municipais e tem origem nas seguintes fontes: receita de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), receita de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), e outras receitas próprias, sendo que nessas últimas estão agrupadas as demais receitas tributárias (taxas) e as receitas não-tributárias de arrecadação própria (multas, contribuições, juros e recuperação de créditos).

¹² É muito comum nessas áreas rurais (geralmente municípios de pequeno porte) o seguinte ditado: “se a agricultura vai bem, os demais setores também crescem”.

De um modo geral, observam-se grandes disparidades nesse tipo de receita, uma vez que a participação da mesma na arrecadação das administrações municipais é muito maior nos locais de maior porte, o que significa dizer também que a participação das receitas de transferências é muito maior nos municípios de menor porte¹³.

As informações relativas à arrecadação própria nos municípios dos cem maiores para o período 2001-2003 (Anexo 14) revelam que em apenas 17 municípios não houve crescimento no período, sendo que seis deles se localizam no estado do PR, cinco no RS e quatro em SC. Aqui nota-se que os municípios gaúchos presentes no *ranking*, que são a maioria, tiveram um desempenho bem superior, comparativamente aos paranaenses e catarinenses.

Deve-se registrar que na metade dos municípios que não ampliou a arrecadação própria também ocorreu queda do PIB agropecuário, enquanto que em todos eles houve aumento da produção agrícola total.

A elevação da arrecadação própria municipal em 83 municípios do *ranking* é uma informação importante porque revela o dinamismo dos diferentes setores da economia local, os quais podem estar sendo influenciados pelos montantes de recursos do Pronaf que a cada safra agrícola são destinados aos referidos municípios.

5.7. Algumas correlações entre variáveis

Neste item procura-se analisar as correlações entre variáveis pelo uso do método de regressão linear simples, o qual mostra as alterações de uma variável (regressanda) em função de uma ou mais variáveis regressoras. Para tanto, foi realizada uma primeira série de regressões (Anexo 15) que mediu o impacto do volume do crédito sobre as seguintes variáveis:

- a) $DPPIB = f(VCR)$: variação percentual do PIB em função do Volume de Recursos do Crédito Rural;
- b) $DPPRO = f(VCR)$: variação percentual da produção em função do Volume de Recursos do Crédito Rural;
- c) $DPEMPRTOT = f(VCR)$: variação percentual do emprego local total em função do Volume de Recursos do Crédito Rural;

¹³ Para maiores detalhes, veja o estudo “Perfil e evolução das finanças municipais de 1998 a 2003”. Secretaria do Tesouro Nacional, agosto de 2004.

- d) $DPRETRIBLOC = f(VCR)$: variação percentual da arrecadação tributária local em função do Volume de Recursos do Crédito Rural.

Os testes mostraram que os coeficientes das funções (a) e (b) não são estatisticamente significativos aos níveis de 10% e 5%, não permitindo afirmar que uma expansão do volume de crédito causa uma aceleração da taxa de crescimento do PIB e da produção, muito embora esta tenha variado positivamente. Já os coeficientes das funções (c) e (d) se mostraram estatisticamente significativos ao nível menor que 10%, revelando que uma expansão do crédito provoca efeitos sobre o emprego e também sobre a arrecadação municipal.

Uma segunda série de regressões (Anexo 16) mediu o impacto do crescimento do PIB agropecuário sobre as seguintes variáveis:

- a) $DPEMPRAGR = f(PIB)$: variação percentual do emprego agrícola em função do PIB agropecuário;
- b) $DPEMPRTOT = f(PIB)$: variação percentual do emprego local total em função do PIB agropecuário;
- c) $DPRETRIBLOC = f(PIB)$: variação percentual da arrecadação tributária local em função do PIB agropecuário.

Os testes mostraram que os coeficientes das funções (a), (b) e (c) são estatisticamente significativos aos níveis de 10% e 5%, respectivamente. Logo, uma aceleração da taxa de crescimento do PIB provoca uma aceleração na arrecadação local, no emprego agrícola e no emprego total dos municípios.

Uma terceira série de regressões (Anexo 17) mediu o impacto do crescimento do PIB total sobre as seguintes variáveis:

- a) $DPAC = f(PIBTOT)$: variação percentual da área colhida em função do PIB total;
- b) $DPPROD = f(PIBTOT)$: variação percentual da produção em função do PIB total;
- c) $DPEMPRAGR = f(PIBTOT)$: variação percentual do emprego agrícola em função do PIB total;
- d) $DPEMPRTOT = f(PIBTOT)$: variação percentual do emprego local total em função do PIB total;
- e) $DPRETRIBLOC = f(PIBTOT)$: variação percentual da arrecadação tributária local em função do PIB total.

Os testes mostraram que os coeficientes de todas as funções são estatisticamente significativos a níveis inferiores a 10%. Logo, uma aceleração da taxa de crescimento do PIB total provoca uma expansão na taxa de crescimento de todas as variáveis regressoras.

Uma quarta série de regressões (Anexo 18) mediu o impacto da produção sobre as seguintes variáveis:

- a) $DPEMPRTOT = f(PROD)$: variação percentual do emprego local total em função da produção;
- b) $DPRECTRIBLOC = f(PROD)$: variação percentual da arrecadação tributária local em função da produção.

Os testes mostraram que os coeficientes de todas as funções são estatisticamente significativos a níveis inferiores a 20%. Logo, uma aceleração da taxa de crescimento da produção provoca uma aceleração, tanto da produção como da arrecadação local.

Uma forma mais simples de interpretar os efeitos (diretos e indiretos) dos estímulos da política pública é estabelecer relações entre variáveis para verificar se os movimentos delas ocorrem em uma mesma direção, o que pode ser considerado uma boa aproximação de impactos da política (Anexo 19). Tomando-se o PIB agropecuário como referência, que cresceu em 69 dos municípios do *ranking*, observa-se que em 43 deles também ocorre crescimento da produção total, do emprego total e da arrecadação municipal. Já em 11 deles esse movimento de expansão do PIB agropecuário se expressa apenas sobre a produção e o emprego, enquanto que em outros nove municípios o movimento ocorre nas variáveis *emprego* e *arrecadação*. Em quatro municípios o crescimento do PIB reflete também crescimento da produção e da arrecadação, sendo que somente em dois locais a correspondência fica restrita à variável produção total.

Ao se considerar o montante dos recursos disponibilizados aos cem municípios do *ranking* em relação às três variáveis principais (Anexo 20), nota-se que em 61 municípios gera-se um movimento expansivo, tanto da produção total como do emprego e da arrecadação municipal, ou seja, todos os indicadores caminham em uma mesma direção, apontando efeitos da política de estímulo ao agricultor familiar. Em 18 municípios, esse movimento fica restrito às variáveis *produção* e *emprego* e em 17 deles às variáveis *emprego* e *arrecadação*. Em apenas dois locais ocorre aumento da produção combinada com aumento da arrecadação e somente em um local o aumento fica restrito à variável produção.

Em síntese, as duas formas interpretativas nos mostram os efeitos diretos e indiretos do Pronaf sobre importantes variáveis econômicas, o que reforça a tese de que esse programa de política pública é extremamente eficiente, tanto para promover a inclusão social de camadas de agricultores tradicionalmente excluídos dos mercados de crédito como estimular o crescimento econômico local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. Avanços e limitações do Pronaf

Após algumas instabilidades típicas de uma nova forma de articulação da política pública, o programa está conformando um novo campo de coalizão de atores sociais, públicos e privados, tendo por objetivo dar um tratamento adequado às necessidades da agricultura familiar brasileira. Com isso, a intervenção nas áreas de crédito, de infra-estrutura, de pesquisa e de capacitação comprova a importância de políticas de desenvolvimento rural que enfatizam a agricultura familiar como atividade prioritária, devido à sua expressão social no âmbito do sistema de produção agropecuária do país.

Nessa lógica, verifica-se que o Pronaf é uma política pública que vem sofrendo seguidos aperfeiçoamentos, no sentido de transformá-lo efetivamente num instrumento capaz de atender ao conjunto de agricultores familiares em todos os municípios e regiões do país, dentro de uma perspectiva que privilegie a inclusão dos agricultores familiares, tornando-os cidadãos brasileiros. Nessa caminhada, são destacados alguns aspectos que já foram amplamente estudados e consensuados entre pesquisadores e equipes técnicas de órgãos governamentais.

Nesta nova fase das políticas públicas de desenvolvimento rural, a institucionalidade é um elemento determinante. Ao longo dos últimos anos foram sendo criadas organizações, instâncias de representação e de decisão desde o âmbito municipal até a esfera federal, além de procedimentos técnicos e administrativos que ampliaram a possibilidade da gestão social das políticas públicas, para além das fronteiras restritas da ação dos órgãos governamentais. Assim, abriu-se espaços para a sociedade civil intervir concretamente na formulação, implementação e avaliação das políticas destinadas a promover o fortalecimento da agricultura familiar no país.

Concomitantemente a isso, deu-se enorme importância ao tema da gestão social das políticas públicas, tornando-as mais representativas e democráticas. Por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRs), os agricultores e suas representações passaram a ter vez e voz no processo de elaboração e implementação do programa de fortalecimento da agricultura familiar. Somado a esses fatos, observa-se que as exigências e os condicionantes relativos

ao uso dos recursos públicos acabaram fazendo com que diversos instrumentos desse programa – especialmente o crédito rural – atendessem a um número cada vez maior de agricultores familiares, segmento tradicionalmente excluído da política agrícola brasileira.

Atrelada a esses dois aspectos (institucionalidade e gestão social), a descentralização das políticas públicas também tornou-se um fato relevante, sobretudo a partir da segunda metade da década de 80. Buscando fortalecer o protagonismo das esferas regionais e locais, em contraposição à excessiva centralização que marcou as políticas públicas brasileiras no pós-guerra, a descentralização foi apresentada à sociedade como uma alternativa à ineficácia das políticas e dos próprios órgãos públicos, uma vez que se pensava que quanto mais próximos dos cidadãos mais facilmente se resolveriam os problemas da população.

Por fim, agrega-se aos três temas acima citados a questão da participação dos beneficiários, diagnosticada como extremamente frágil nos períodos anteriores. Pelas novas regras de tomadas de decisões, buscou-se incentivar a participação social como forma de interferir nas políticas e no próprio rumo do desenvolvimento rural. Esperava-se então, criar uma cultura de participação política que, paulatinamente, fosse capaz de responder aos desafios de se construir um modelo de desenvolvimento sustentável ancorado na dinâmica da agricultura familiar.

Nesse processo, entretanto, há ainda diversos obstáculos a serem superados. Especificamente em relação ao Pronaf, alguns desses obstáculos acabam se transformando em limitações ao programa, impedindo que o mesmo venha a alterar efetivamente os rumos atuais do desenvolvimento agropecuário brasileiro.

Por um lado, sobressaem os limites dados pelo sistema financeiro na operacionalização do programa e expressados por várias maneiras. Normalmente, os bancos tendem a trabalhar com seus clientes de carteira, os quais detêm garantias adequadas às suas demandas de crédito. No limite, essa prática acaba dificultando o acesso às diferentes modalidades de créditos do Pronaf. Em parte, esse aspecto é mais visível nas operações financeiras voltadas aos investimentos nas propriedades, sendo exigidas garantias que nem sempre são compatíveis com a realidade do agricultor familiar. Decorrente desse processo, abre-se a possibilidade para distorções que levam à concentração dos recursos em algumas regiões e/ou produtos, como o ocorrido nas fases iniciais do programa, conforme foi analisado em uma das seções anteriores.

Por outro lado, é óbvio que os financiamentos do Pronaf para as categorias de agricultores familiares descapitalizados contém um risco que os bancos

que disponibilizam os recursos do programa nem sempre pretendem enfrentar. Cria-se dessa forma, um conjunto de dificuldades para atender a todas as categorias de beneficiários. Visando evitar essa seletividade, o governo federal, via Tesouro Nacional, remunera o sistema bancário pagando os custos administrativos de cada operação contratual, além da equalização da taxa de juros e do pagamento do *spread* bancário.

Essa sistemática eleva bastante o custo orçamentário do programa, obrigando o Tesouro Nacional a gastar somas vultosas de recursos para garantir os compromissos desse tipo especial de política pública. Mesmo assim, dados e informações dos últimos anos mostram que o governo ainda enfrenta dificuldades para fazer o dinheiro chegar aos necessitados. Essa é uma das razões pelas quais o número de tomadores de crédito ainda continua baixo diante do potencial existente. Conforme o tipo de recurso (FAT, Fundo Constitucional, exigibilidade bancária, recursos próprios dos bancos), esse problema assume maior gravidade. De toda maneira, ele ainda é um limite para a expansão massiva do crédito a todos os agricultores familiares.

Do ponto de vista da institucionalidade do programa, ainda são verificados alguns vícios da burocracia dos órgãos públicos, os quais impedem a legitimação desse processo junto à sociedade civil, ao concentrar, excessivamente, o poder decisório nesses órgãos e ao não estimular as instâncias que estão sendo criadas nos estados a ganhar vida própria e serem sujeitos do processo de descentralização e de democratização das políticas públicas. Esse ponto cabe explicitamente aos conselhos estaduais do Pronaf que, além de serem compostos majoritariamente por representantes de órgãos governamentais na maioria dos estados, discutem pouco as políticas de desenvolvimento rural necessárias para reverter o quadro de exclusão social a que estão submetidos os agricultores familiares de todas as unidades da Federação.

Essas barreiras, entretanto, podem ser superadas por uma intervenção governamental mais qualificada, que considere as novas dimensões do mundo rural e tenha como premissa elementos de um modelo de desenvolvimento amparado na sustentabilidade econômica, social e ambiental em contraposição aos valores do modelo anterior. Esses nos parecem que são os objetivos que estão sendo perseguidos pelo atual governo e, particularmente, pela equipe atual responsável pela condução do Pronaf.

6.2. Sobre indicadores de impactos do programa

Considerando-se o conjunto de aspectos gerais relativos ao programa, destacam-se as principais conclusões do estudo, que teve como objetivo central analisar o comportamento de indicadores de impactos do Pronaf sobre a dinâmica econômica dos cem municípios que mais utilizaram crédito no período de 2001 e 2004. Inicialmente, serão apresentadas conclusões específicas relativas às variáveis utilizadas para mensurar possíveis impactos do programa no âmbito econômico local.

a) *Os cem municípios maiores tomadores de crédito entre 2001 e 2004*

Ao longo das últimas safras agrícolas, o Pronaf ganhou capilaridade nacional, estando presente, atualmente, em praticamente todos os municípios do país. O *ranking* dos cem maiores tomadores de crédito contudo, revelou uma concentração da ordem de 82% na região Sul. Em decorrência dessa distribuição, verifica-se que 90% dos contratos do *ranking* foram destinados aos municípios dessa região, o que corresponde a 85% do montante dos recursos disponibilizados no período considerado.

Os municípios gaúchos presentes no estudo respondiam por 58% dos contratos e 49% do montante dos recursos. Além disso, observa-se que todos os dez municípios do *ranking* se localizavam no estado do RS.

b) *O comportamento do PIB local e setorial*

De um modo geral, observa-se que apenas em 25 municípios da amostra ocorreu evolução dos valores absolutos no último ano da série, período marcado por uma forte recessão econômica decorrente da instabilidade política.

Todavia, quando se considera a participação setorial na composição final do PIB verifica-se que em 69 municípios do *ranking* dos cem maiores ocorreu elevação do PIB agropecuário. Isso indica que o desempenho favorável do setor agropecuário, em 2002, evitou que o PIB global caísse ainda mais no conjunto dos municípios, o que equivale a dizer que foi o setor agropecuário quem sustentou o PIB em aproximadamente 70% dos municípios da listagem.

É importante frisar que nesses municípios do *ranking* em que houve um aumento do PIB agropecuário ocorreu uma correlação positiva entre esse movimento e o movimento do emprego agropecuário, emprego total local e arrecadação própria dos municípios. Isso sugere que o estímulo aos agricultores – via políticas públicas do tipo do Pronaf – gera externalidades

muito positivas sobre outros indicadores de desempenho econômico dos municípios beneficiados.

c) O comportamento de indicadores de produção

Do ponto de vista da área colhida, nota-se que 72 municípios da lista tiveram aumento da área colhida com lavouras temporárias, fato que está associado ao apoio dado pelo programa, especialmente pela disponibilidade de crédito aos diferentes segmentos de agricultores familiares. Especialmente em relação aos municípios da região Sul presentes no *ranking*, verifica-se que 74% deles expandiram a área colhida. Ainda, 95% dos municípios paranaenses presentes entre os cem maiores tomadores de crédito tiveram aumento da área colhida, o que pode estar associado aos mecanismos de financiamento da produção disponibilizados pelo programa.

O quesito quantidade produzida mostra a grande vitalidade da produção agrícola de base familiar em praticamente todos os municípios do *ranking*, comprovando a tese da importância econômica e social dessa forma de produção no sistema agropecuário do país. Com isso, verificou-se que a produção agregada local cresceu em 86 localidades, fazendo com que ocorresse um crescimento de 40% no período considerado (1999-2003).

Em termos do desempenho dos oito produtos selecionados pela análise, por responderem por aproximadamente 80% da produção agrícola de cada município, verifica-se um comportamento bastante positivo para todos eles. O arroz, com a maior parte da produção concentrada em um pequeno número de municípios ranqueados localizados no estado do RS, sofreu uma ligeira queda da quantidade produzida. Entretanto, nota-se que em 40 municípios do *ranking* ocorreu elevação da quantidade produzida.

A batata-inglesa, com produção praticamente concentrada nos municípios da lista localizados na região Sul, também apresentou uma ligeira queda ao final do período considerado. Entretanto, a cultura não é desenvolvida em 34 municípios do *ranking* e em 31 deles onde a cultura está presente ocorreu elevação da quantidade produzida. Isso significa dizer que praticamente 50% dos municípios estudados aumentaram a quantidade produzida.

O feijão apresentou uma evolução da quantidade produzida da ordem de 5%, porém, com 86% da produção total se concentrando nos municípios do *ranking* localizados nos estados da região Sul. Registre-se que em 44 municípios da listagem ocorreu elevação da quantidade produzida e esses locais respondiam por 78% da produção total do *ranking* dos cem maiores.

A produção de fumo, concentrada na região Sul do país, sofreu uma elevação de 5%, sendo que nos municípios do *ranking* localizados no estado do Paraná a evolução da quantidade produzida foi da ordem de 58%. Registre-se que o produto não é cultivado em 23 municípios da lista. Assim, nota-se que ocorreu elevação da quantidade produzida em 44 municípios, de um total de 77 presentes no *ranking* que produzem a cultura.

A produção da mandioca teve uma queda de 17% na quantidade produzida, apesar de 48 municípios da lista terem elevado a produção. Essas localidades respondiam por 58% do total produzido pelos cem municípios.

O milho teve um incremento da produção da ordem de 58%, isto porque em 82 municípios do *ranking* ocorreu elevação da quantidade produzida. Já as 18 localidades que não expandiram sua produção participam com apenas 5% do total produzido pelos municípios presentes na listagem.

A cultura da soja também teve uma elevação da produção da ordem de 54%, sendo que encontra-se concentrada nos municípios do *ranking* localizados nos estados da região Sul, os quais respondiam por 90% do total produzido. A cultura, produzida em 83 municípios, apresentou elevação da quantidade produzida em 75 deles. Registre-se que a participação dos oito municípios com queda de produção é de apenas 5% do total produzido pelos cem maiores tomadores de crédito.

A cultura do trigo sofreu o maior percentual de evolução (169%). Também concentrada nos municípios localizados nos estados da região Sul, o trigo é cultivado em 73 municípios do *ranking*, e todos tiveram elevação da quantidade produzida.

O comportamento do conjunto de indicadores produtivos sugere a existência de uma relação entre o sistema de financiamento e a evolução das quantidades produzidas, demonstrando que o Pronaf é uma importante política de estímulo à produção agrícola nos municípios dos cem maiores e que seus efeitos são visíveis e mensuráveis na dinâmica da agricultura brasileira.

Uma forma para mensurar esses efeitos é observar o movimento do PIB agropecuário paralelamente a outras variáveis. Dos 69 dos municípios do *ranking* em que o PIB setorial cresceu, em 43 deles também ocorreu crescimento da produção total conjuntamente com o emprego total e a arrecadação municipal. Já em 11 municípios esse movimento se expressou também sobre a produção e o emprego, enquanto que em outros nove municípios a associação ocorreu apenas entre as variáveis relativas ao emprego e à arrecadação.

Considerando-se os cem municípios do *ranking*, nota-se que em 61 municípios gera-se um movimento expansivo da produção total, o qual é acompanhado pelo crescimento do emprego e da arrecadação municipal, ou seja, todos os indicadores caminham em uma mesma direção, sugerindo a existência de efeitos positivos da política de estímulo ao agricultor familiar.

d) O comportamento de indicadores do mercado de trabalho local

As informações relativas a essa variável, mesmo que limitadas e restritas à dinâmica do mercado formal de trabalho dos municípios, mostraram resultados positivos, considerando-se que o cenário macroeconômico do país nos últimos anos foi marcado por taxas elevadas de desemprego e pela retração das atividades econômicas na maioria do período considerado.

Do ponto de vista do saldo de emprego – diferença anual entre contratações e demissões –, observa-se que em 2001 esse indicador foi positivo para 81 municípios do *ranking*. Já no ano de 2004 cerca de 96 municípios passaram a apresentar saldo positivo.

Quanto ao estoque geral de empregos nos municípios estudados, houve um aumento em 94 localidades. Especialmente em relação ao setor agropecuário, 69 municípios conseguiram elevar a taxa de emprego formal. Considerando-se que as relações de trabalho na agricultura são majoritariamente informais, esse dado revela aspectos positivos do emprego agrícola.

De um modo geral, o comportamento verificado nos municípios do *ranking* pode estar indicando uma reação do mercado de trabalho dessas localidades frente ao cenário geral do país dominado pelos elevados índices de desemprego. Essa expansão da formalidade das relações de trabalho, com reflexos sobre a qualidade do trabalho, possivelmente guarda relações com os recursos disponibilizados a esses municípios, haja vista as externalidades positivas, principalmente do setor agropecuário, sobre os setores do comércio e de serviços nas diversas localidades rurais.

e) O comportamento da arrecadação municipal

Em termos da receita tributária municipal própria, verifica-se que ocorreu elevação da arrecadação em 83 municípios do *ranking*, revelando certo dinamismo dos diferentes setores das economias locais. Isso porque, nos municípios onde não ocorreu aumento da arrecadação, a queda da receita tributária própria é seguida pela queda no PIB agropecuário, o qual não chega a ser compensado pelos aumentos de alguns produtos da esfera agrícola.

O comportamento desse conjunto de indicadores corrobora a hipótese geral do trabalho, ao pressupor que o Pronaf gera reflexos bastante positivos sobre a base econômica local, além dos efeitos sobre a dinâmica da agricultura familiar.

O estudo demonstrou que uma expansão do crédito gera efeitos significativos sobre o nível de emprego e sobre a taxa de arrecadação municipal, mesmo que seus impactos sobre a produção não tenham apresentado tendências estatisticamente significativas aos níveis considerados.

Além disso, quando a política agrícola, por meio do crédito rural, estimula a produção geram-se impactos positivos sobre o PIB agropecuário. Uma aceleração do crescimento deste tem efeitos positivos sobre o nível de emprego e de arrecadação municipal. Logo, esta correlação comprova os efeitos do programa nas áreas rurais dos municípios do *ranking*, cuja dinâmica econômica permanece ancorada na produção agropecuária familiar.

Finalmente, comprovou-se também que um aumento da produção agropecuária – como é o caso da maioria dos municípios do *ranking* – gera efeitos positivos sobre outras variáveis, especialmente sobre o emprego total nas localidades e sobre nível de arrecadação própria de cada um desses municípios.

Esses pontos confirmam a eficácia atual desse programa de política pública, ressaltando a necessidade de sua continuidade e, na medida do possível, a ampliação de suas ações para contemplar todas as categorias de agricultores familiares. De certa maneira, essa perspectiva vai em direção oposta à tese divulgada recentemente pela CNA que propõe mudanças de rumos do Pronaf, cujo crédito deveria ser disponibilizado prioritariamente para os chamados “agricultores não enquadráveis” nos critérios atuais do programa, por serem os produtores mais viáveis economicamente. ❖

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. & DA VEIGA, J. E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Pronaf*. Brasília: Ipea, Texto para Discussão n. 641, 1998.

BALSADI, O.V. (1996). Algumas considerações sobre a demanda da força de trabalho agrícola no Brasil, no período 1990-95. *Informações Econômicas*. São Paulo, IEA, 26(1), p.66-69.

BELIK, W. *Pronaf: avaliação da operacionalização do programa*. Campinas, 1999, 32p.

CAZELLA, A.A; MATTEI, L.; DELGADO, N. *A gestão do Pronaf-infra-estrutura e serviços pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural: evidência sobre o estado de Santa Catarina*. In: Anais do XL Congresso da Sober. Passo Fundo: Sober, 2002, 16p.

CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL. *Quem produz o quê no campo: quanto e onde*. Brasília, CNA, 2004 (Coletânea Estudos Gleba, 34).

DA SILVA, E. R. A. *Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período de 1995/1998*. Brasília: Ipea, 1999, 45p.

DEDECCA, C. S. (1996). *Desemprego e regulação no Brasil hoje*. Campinas: Unicamp.IE.Cesit (Cadernos do Cesit, n.20).

GASQUES, J.G. & VILLA VERDE, C.M. (1990). Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo, 37(1): 183-204.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1996). *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.
Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA/Incra,
fevereiro de 2000.

MATTEI, L. (1998). As perspectivas do emprego agrícola no Brasil. *In: Anais do III Encontro de Economia Política*. Niterói (RJ).

MATTEI, L. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: balanço e perspectivas*. UFSC – Departamento de Economia. Texto para Discussão, n.5, 2001.

VEIGA, J. E; ABRAMOVAY, R. *Análise da inserção do Pronaf na política agrícola: primeiro relatório*. São Paulo: convênio Ipea/Fipe 07/97, 1997, 30p. www.pronaf.gov.br/resultados.htm. Consultado em março, abril e maio de 2005.

ANEXOS

Anexo 1: NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF POR ENQUADRAMENTO E ANO FISCAL – BRASIL, 1999-2004

ANO	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
1999	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	86.742	172.386.620,40
	Grupo A	85.724	268.173.510,95
	Grupo C	238.684	252.223.903,43
	Grupo D	391.699	1.136.947.563,20
2000	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	82.694	174.681.640,21
	Grupo A	96.167	466.133.781,00
	Grupo A/C	1.596	1.904.748,58
	Grupo B	48.164	23.952.701,35
	Grupo C	394.380	480.524.648,19
	Grupo D	346.726	1.041.437.483,99
2001	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	111.286	298.168.440,71
	Grupo A	37.740	330.151.092,47
	Grupo A/C	4.915	7.990.147,18
	Grupo B	106.716	53.260.960,94
	Grupo C	369.558	575.334.598,20
	Grupo D	280.251	888.446.019,30
2002	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	53.923	146.275.352,37
	Grupo A	41.644	417.157.924,40
	Grupo A/C	13.966	24.156.697,80
	Grupo B	168.910	84.366.506,32
	Grupo C	410.414	696.641.674,12
	Grupo D	264.390	1.036.252.614,97

ANEXO I – CONTINUAÇÃO

ANO	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
2003	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	4.263	18.568.707,79
	Grupo A	45.292	541.513.040,37
	Grupo A/C	21.510	49.165.607,27
	Grupo B	150.792	134.544.912,04
	Grupo C	543.939	1.051.532.295,61
	Grupo D	344.058	1.734.162.702,54
	Grupo E	28.257	264.587.952,86
	Identificado/não registrado	1	12.824.027,00
2004	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	94.787	466.714.360,98
	Grupo A	35.416	451.226.023,20
	Grupo A/C	19.399	47.823.342,59
	Grupo B	394.423	391.403.730,52
	Grupo C	628.558	1.449.457.311,54
	Grupo D	351.030	2.149.163.046,62
	Grupo E	51.401	668.016.435,29
	Identificado/não registrado	1	16.205,00
	Miniprodutores	36.090	123.542.367,40
Total:		6.385.506	18.130.830.698,69

Fonte: SAF/MDA.

**Anexo 2: NÚMERO DE CONTRATOS E MONTANTE DO CRÉDITO RURAL DO PRONAF,
SEGUNDO A MODALIDADE E O ENQUADRAMENTO, POR ANO FISCAL – 1999-2004**

ANO	MODALIDADE	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
1999	Custeio	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	86.650	171.811.763,92
	Investimento	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	92	574.856,48
	Investimento	Grupo A	85.724	268.173.510,95
	Custeio	Grupo C	230.145	226.864.741,44
	Investimento	Grupo C	8.539	25.359.161,99
	Custeio	Grupo D	354.444	844.832.024,73
	Investimento	Grupo D	37.255	292.115.538,47

ANEXO 2 – CONTINUAÇÃO

ANO	MODALIDADE	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
2000	Custeio	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	82.665	174.349.262,34
	Investimento	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	29	332.377,87
	Investimento	Grupo A	96.167	466.133.781,00
	Custeio	Grupo A/C	1.596	1.904.748,58
	Investimento	Grupo B	48.164	23.952.701,35
	Custeio	Grupo C	375.293	419.554.599,71
	Investimento	Grupo C	19.087	60.970.048,48
	Custeio	Grupo D	297.982	796.319.487,54
	Investimento	Grupo D	48.744	245.117.996,45
2001	Custeio	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	111.251	297.780.540,71
	Investimento	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	35	387.900,00
	Investimento	Grupo A	37.740	330.151.092,47
	Custeio	Grupo A/C	4.915	7.990.147,18
	Investimento	Grupo B	106.716	53.260.960,94
	Custeio	Grupo C	347.411	414.686.365,96
	Investimento	Grupo C	22.147	160.648.232,24
	Custeio	Grupo D	260.177	724.276.705,81
	Investimento	Grupo D	20.074	164.169.313,49
	Custeio	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	53.728	144.972.411,13
2002	Investimento	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	195	1.302.941,24
	Custeio	Grupo A	374	3.486.090,43
	Investimento	Grupo A	41.270	413.671.833,97
	Custeio	Grupo A/C	13.966	24.156.697,80
	Investimento	Grupo B	168.910	84.366.506,32
	Custeio	Grupo C	375.189	478.244.149,28
	Investimento	Grupo C	35.225	218.397.524,84
	Custeio	Grupo D	234.473	768.889.065,87
	Investimento	Grupo D	29.917	267.363.549,10

ANEXO 2 – CONTINUAÇÃO

ANO	MODALIDADE	ENQUADRAMENTO	CONTRATOS	MONTANTE (R\$ 1)
2003	Custeio	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	4.263	18.568.707,79
	Investimento	Grupo A	45.292	541.513.040,37
	Custeio	Grupo A/C	21.507	49.081.442,02
	Investimento	Grupo A/C	3	84.165,25
	Investimento	Grupo B	150.792	134.544.912,04
	Custeio	Grupo C	512.690	823.126.976,18
	Investimento	Grupo C	31.249	228.405.319,44
	Custeio	Grupo D	294.500	1.217.618.433,12
	Investimento	Grupo D	49.558	516.544.269,42
	Custeio	Grupo E	27.770	256.500.058,25
	Investimento	Grupo E	487	8.087.894,61
	Investimento	Identificado/não registrado	1	12.824.027,00
	Custeio	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	94.663	445.255.609,75
	Investimento	Exigibilidade bancária (sem enquadramento)	124	21.458.751,23
2004	Custeio	Grupo A	1.389	19.914.110,92
	Investimento	Grupo A	34.027	431.311.912,28
	Custeio	Grupo A/C	19.398	47.808.538,39
	Investimento	Grupo A/C	1	14.804,20
	Investimento	Grupo B	394.423	391.403.730,52
	Custeio	Grupo C	573.013	1.056.332.833,46
	Investimento	Grupo C	55.545	393.124.478,09
	Custeio	Grupo D	289.913	1.380.882.670,89
	Investimento	Grupo D	61.117	768.280.375,72
	Custeio	Grupo E	44.628	527.244.905,45
	Investimento	Grupo E	6.773	140.771.529,83
	Investimento	Identificado/não registrado	1	16.205,00
	Custeio	Miniprodutores	26.792	88.759.345,85
	Investimento	Miniprodutores	9.298	34.783.021,55
Total:			6.385.506	18.130.830.698,69

Fonte: SAF/MDA.

**Anexo 3: LISTA DOS CEM MAIORES TOMADORES DE CRÉDITO,
SEGUNDO O NÚMERO DE CONTRATOS E O MONTANTE
DAS OPERAÇÕES NOS MUNICÍPIOS – 2001 E 2004**

MUNICÍPIO	UF	CONTRATOS	MONTANTE REAL*
Canguçu	RS	37.567	89.131.521,28
Erechim	RS	14.307	67.827.177,00
Venâncio Aires	RS	17.372	65.757.953,63
Santa Cruz do Sul	RS	18.703	62.975.606,70
Crissiumal	RS	17.516	53.453.043,06
Pelotas	RS	12.581	53.304.191,14
Candelária	RS	15.907	52.182.210,26
São Lourenço do Sul	RS	12.683	50.604.510,23
Soledade	RS	13.014	47.002.742,05
Camaquã	RS	13.891	46.530.551,74
Medianeira	PR	8.069	46.439.193,23
Concórdia	SC	13.327	46.346.914,23
Sobradinho	RS	16.948	46.128.334,77
Agudo	RS	11.995	45.264.662,29
Ibiraiaras	RS	9.151	42.857.554,15
Marau	RS	7.163	41.118.098,22
Cascavel	PR	5.695	40.145.550,46
Tapejara	RS	8.347	37.644.559,43
Prudentópolis	PR	9.283	37.393.767,98
Ibirubá	RS	6.255	37.297.139,67
Conceição do Araguaia	PA	3.795	36.292.007,36
Nova Palma	RS	8.855	35.492.898,25
Pitanga	PR	6.128	35.138.467,28
Capanema	PR	7.550	35.014.148,66
Canoinhas	SC	7.485	34.692.315,18
Arroio do Tigre	RS	10.485	34.651.644,98
Francisco Beltrão	PR	7.496	33.868.969,91
Jaru	RO	5.708	33.232.746,57

ANEXO 3 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	CONTRATOS	MONTANTE REAL*
Ponta Porã	MS	3.220	32.822.754,37
Chapecó	SC	8.064	32.716.467,56
Encruzilhada do Sul	RS	7.515	32.349.743,15
Marabá	PA	2.447	32.212.963,45
Carlos Barbosa	RS	5.956	32.183.223,21
Ituporanga	SC	4.385	32.142.264,86
Coronel Vivida	PR	5.553	31.817.892,08
São Félix do Araguaia	MT	2.703	31.564.165,62
Laranjeiras do Sul	PR	5.929	31.547.970,70
Irati	PR	5.442	31.440.816,39
Palmitos	SC	8.453	31.273.721,28
Mafra	SC	6.311	31.002.582,51
São Lourenço do Oeste	SC	6.615	30.812.332,53
Rodeio Bonito	RS	12.206	30.649.799,13
Getúlio Vargas	RS	7.431	30.546.294,41
Paripiranga	BA	12.889	30.498.447,93
Marechal Cândido Rondon	PR	4.832	30.494.439,60
Dom Feliciano	RS	10.446	30.489.754,20
Santa Rosa	RS	7.908	29.753.476,97
Pinhalzinho	SC	6.510	29.411.014,46
Chapada	RS	7.977	29.391.595,18
Encantado	RS	7.794	28.753.168,28
Itapiranga	SC	6.743	28.747.275,35
Três de Maio	RS	7.781	28.305.807,76
Palmital	PR	7.243	28.203.005,59
Sarandi	RS	6.547	28.070.606,63
Constantina	RS	8.421	28.015.731,41
Sananduva	RS	6.891	27.806.407,77
São João do Triunfo	PR	5.953	27.759.783,85
Alfredo Wagner	SC	6.924	27.750.675,21
Chopinzinho	PR	6.328	26.755.740,12

ANEXO 3 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	CONTRATOS	MONTANTE REAL*
Colíder	MT	3.261	26.718.385,54
Toledo	PR	3.664	26.678.333,64
Coronel Freitas	SC	4.942	26.467.700,93
Mangueirinha	PR	4.861	26.352.593,11
Ouro Preto do Oeste	RO	3.713	26.220.037,85
Palmeira	PR	5.130	26.220.013,90
São Miguel do Oeste	SC	4.601	25.943.386,10
Passo Fundo	RS	5.074	25.419.859,08
São José do Cedro	SC	5.236	25.372.428,04
Santa Maria das Barreiras	PA	2.347	24.980.440,83
Cunha Porá	SC	5.238	24.798.967,19
Barros Cassal	RS	9.890	24.783.386,61
Roncador	PR	2.780	24.234.031,25
Itaiópolis	SC	6.032	24.107.382,50
Santa Luzia	MA	10.358	23.903.880,97
Aratiba	RS	5.393	23.744.661,98
Itupiranga	PA	1.605	23.600.733,04
Içara	SC	5.198	23.525.788,24
São Mateus do Sul	PR	5.991	23.444.719,73
São Félix do Xingu	PA	1.562	23.346.903,23
Ijuí	RS	5.283	23.331.879,84
Seara	SC	6.051	23.164.766,48
Espumoso	RS	4.718	22.842.009,00
Machadinho D'Oeste	RO	3.378	22.802.776,66
Lajeado	RS	9.804	22.595.255,31
Ipiranga	PR	7.791	22.568.711,29
Dois Vizinhos	PR	6.000	22.555.613,62
Ronda Alta	RS	4.703	22.419.320,02
Eldorado dos Carajás	PA	1.569	22.074.927,53
Ajuricaba	RS	3.763	21.905.725,24
Santa Helena	PR	3.346	21.683.225,52

ANEXO 3 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	CONTRATOS	MONTANTE REAL*
Rio Pardo	RS	5.500	21.624.238,00
Novo Horizonte do Oeste	RO	4.452	21.425.392,06
Mirante da Serra	RO	2.946	21.341.473,29
Santo Cristo	RS	9.917	21.316.869,06
João Pinheiro	MG	3.037	21.310.722,22
Porto Velho	RO	2.417	21.228.681,86
Vera Cruz	RS	5.983	21.225.994,75
Tucunduva	RS	4.114	21.196.132,22
Guaraciaba	SC	5.340	21.110.942,15
Santo Ângelo	RS	6.866	21.005.072,69
Total		744.547	3.183.671.763,86

Fonte: * Valores deflacionados a partir do IGP-DI, para março de 2005.

Anexo 4: PRODUTO INTERNO BRUTO E PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, SEGUNDO E MUNICÍPIOS –1999-2002

MUNICÍPIO	UF	PRODUTO INTERNO BRUTO					
		1999		2001		2002	
		A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
Paripiranga	BA	82.172,56	3.093,23	61.137,42	2.290,65	69.560,63	2.600,09
Santa Luzia	MA	113.361,77	1.655,08	130.634,84	1.801,10	118.305,02	1.586,32
João Pinheiro	MG	287.536,20	6.965,68	261.359,72	6.266,12	243.834,93	5.815,55
Ponta Porá	MS	537.646,48	8.892,59	529.581,31	8.450,44	528.124,60	8.279,25
Colíder	MT	209.769,24	7.456,60	210.415,75	7.585,29	196.025,12	7.117,59
São Félix do Araguaia	MT	69.138,32	6.462,79	53.109,65	5.655,46	54.028,89	5.772,95
Conceição do Araguaia	PA	251.346,70	5.799,03	265.251,73	6.078,18	192.687,16	4.400,26
Eldorado dos Carajás	PA	77.083,82	2.655,48	88.454,50	2.676,33	95.198,38	2.712,98
Itupiranga	PA	116.877,21	2.386,17	141.390,28	2.635,19	152.067,86	2.714,34
Marabá	PA	903.997,88	5.426,09	1.060.781,83	6.012,18	899.577,21	4.958,40
Santa Maria das Barreiras	PA	98.266,82	9.068,53	140.047,40	12.008,88	118.376,25	9.798,57

ANEXO 4 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUTO INTERNO BRUTO					
		1999		2001		2002	
		A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
São Félix do Xingu	PA	424.593,34	12.375,21	546.751,51	14.992,63	519.930,74	13.841,93
Capanema	PR	152.323,35	8.328,23	177.832,72	9.857,14	175.468,01	9.794,45
Cascavel	PR	2.451.662,60	10.089,78	2.288.942,12	8.992,42	2.069.667,29	7.948,09
Chopinzinho	PR	175.237,72	8.539,40	159.926,65	7.752,52	155.698,11	7.527,80
Coronel Vivida	PR	170.785,08	7.301,92	155.239,77	6.753,95	147.968,47	6.495,56
Dois Vizinhos	PR	442.887,58	13.862,33	423.445,84	13.180,37	397.335,98	12.332,72
Francisco Beltrão	PR	711.973,35	10.647,92	656.473,16	9.631,65	591.288,07	8.592,69
Ipiranga	PR	107.704,69	8.113,37	98.317,28	7.318,51	97.741,77	7.232,61
Irati	PR	404.003,16	7.739,83	356.800,29	6.739,07	356.641,76	6.688,20
Laranjeiras do Sul	PR	182.336,36	6.076,67	162.960,16	5.414,16	157.916,05	5.238,39
Mangueirinha	PR	628.029,89	35.350,05	792.668,91	44.690,15	574.755,43	32.429,92
Marechal Cândido Rondon	PR	571.365,01	14.025,34	551.354,56	13.115,01	513.972,01	12.036,80
Medianeira	PR	390.366,70	10.363,88	384.106,51	9.991,04	382.307,76	9.843,15
Palmeira	PR	292.133,76	9.495,65	279.478,48	8.968,54	260.358,97	8.301,20
Palmital	PR	77.144,04	4.521,65	68.180,93	4.030,76	72.160,51	4.285,08
Pitanga	PR	254.903,55	7.090,11	244.093,26	6.873,75	241.709,10	6.849,81
Prudentópolis	PR	281.408,64	6.068,00	245.599,15	5.312,66	246.892,89	5.349,33
Roncador	PR	92.380,14	6.696,09	86.146,00	6.626,58	90.791,97	7.208,01
Santa Helena	PR	205.851,06	10.082,30	183.551,98	8.834,80	167.685,56	8.000,63
São João do Triunfo	PR	65.907,04	5.309,15	57.462,75	4.621,01	65.475,98	5.260,82
São Mateus do Sul	PR	326.494,02	8.966,41	334.937,00	9.010,94	337.035,20	8.974,92
Toledo	PR	1.557.606,95	15.949,93	1.543.460,22	15.389,50	1.480.296,28	14.565,68
Jaru	RO	349.995,55	6.462,02	348.881,19	6.345,38	329.366,96	5.945,56
Machadinho D'Oeste	RO	118.234,09	4.881,48	93.427,03	3.541,02	163.955,83	5.966,17
Mirante da Serra	RO	68.381,78	5.116,14	62.708,51	4.585,33	49.102,99	3.549,73
Novo Horizonte do Oeste	RO	53.663,21	4.323,51	48.026,90	3.808,31	45.125,19	3.550,05
Ouro Preto do Oeste	RO	439.413,54	10.756,22	259.478,14	6.358,81	215.524,84	5.284,81

ANEXO 4 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUTO INTERNO BRUTO					
		1999		2001		2002	
		A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
Porto Velho	RO	2.512.541,13	7.293,23	2.662.485,69	7.419,03	2.760.458,22	7.539,02
Agudo	RS	205.683,57	11.806,70	201.704,90	11.470,89	211.715,29	11.984,32
Ajuricaba	RS	75.056,98	9.713,50	83.103,17	10.877,28	67.471,64	8.881,34
Aratiba	RS	194.606,54	27.202,35	330.535,78	47.415,85	221.742,70	32.234,81
Arroio do Tigre	RS	135.493,26	11.106,07	140.387,39	11.433,07	131.110,38	10.642,11
Barros Cassal	RS	78.657,11	6.905,25	79.316,73	7.095,22	68.739,03	6.208,88
Camaquã	RS	843.913,52	14.032,70	807.904,75	13.175,21	670.404,52	10.827,29
Candelária	RS	263.345,88	8.927,87	274.502,84	9.173,31	253.886,90	8.423,60
Canguçu	RS	372.270,07	7.242,89	399.677,68	7.740,29	333.920,74	6.451,70
Carlos Barbosa	RS	508.177,35	24.997,61	536.755,22	25.257,90	491.305,03	22.620,97
Chapada	RS	121.104,03	12.399,26	157.115,14	16.254,41	139.167,93	14.474,04
Constantina	RS	92.867,56	7.940,12	82.437,17	8.475,06	75.621,29	7.821,81
Crissiumal	RS	137.887,07	9.016,36	143.745,36	9.749,40	116.030,58	8.020,90
Dom Feliciano	RS	110.892,68	8.208,79	117.320,94	8.504,59	94.397,66	6.771,70
Encantado	RS	384.677,63	20.864,46	383.164,16	20.294,69	351.873,06	18.418,82
Encruzilhada do Sul	RS	171.129,47	7.275,31	190.325,37	7.913,71	163.711,44	6.732,13
Erechim	RS	1.331.937,29	14.876,67	1.340.864,21	14.829,61	1.112.254,09	12.041,56
Espumoso	RS	151.181,02	9.322,32	163.438,31	10.822,35	149.277,62	9.941,93
Getúlio Vargas	RS	207.772,51	12.566,36	165.189,49	10.065,76	138.998,45	8.502,47
Ibiraíaras	RS	87.489,01	12.196,95	100.877,29	14.158,22	98.240,37	13.834,72
Ibirubá	RS	242.091,38	13.018,45	285.290,89	15.194,41	260.785,12	13.822,30
Ijuí	RS	851.704,71	10.888,99	925.307,98	12.072,80	734.512,40	9.511,33
Lajeado	RS	1.111.264,15	17.465,83	1.049.864,93	17.028,62	887.119,39	14.120,71
Marau	RS	1.011.367,59	36.023,76	939.925,94	31.902,97	853.667,26	28.300,85
Nova Palma	RS	75.698,72	12.004,09	74.216,89	11.715,41	73.219,13	11.530,53
Passo Fundo	RS	1.976.368,20	11.817,84	1.984.214,44	11.458,91	1.760.147,60	9.991,65
Pelotas	RS	3.133.280,43	9.744,22	2.815.496,13	8.617,46	2.330.204,34	7.047,70

ANEXO 4 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUTO INTERNO BRUTO					
		1999		2001		2002	
		A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
Rio Pardo	RS	362.333,48	9.593,44	382.605,28	10.112,49	315.926,67	8.342,84
Rodeio Bonito	RS	52.603,69	9.126,30	54.412,16	9.545,95	45.925,91	8.102,74
Ronda Alta	RS	93.678,67	9.286,10	106.624,49	10.759,34	98.893,72	10.070,63
Sananduva	RS	177.388,77	12.041,83	194.107,16	13.118,92	178.740,89	12.053,43
Santa Cruz do Sul	RS	3.143.663,03	29.412,18	2.923.052,10	26.449,37	2.819.672,13	25.095,65
Santa Rosa	RS	835.617,98	12.913,29	929.499,62	14.042,05	791.033,10	11.815,80
Santo Ângelo	RS	624.838,14	8.163,87	633.249,92	8.166,33	530.026,92	6.790,52
Santo Cristo	RS	200.892,18	13.492,66	216.152,09	14.512,72	176.744,00	11.864,42
São Lourenço do Sul	RS	368.942,82	8.465,69	368.321,09	8.349,10	317.143,71	7.144,97
Sarandi	RS	250.516,77	13.869,05	256.127,93	13.814,10	226.733,68	12.071,18
Sobradinho	RS	106.167,16	6.519,29	91.005,20	6.493,91	77.824,49	5.517,88
Soledade	RS	219.256,05	7.393,54	235.612,17	7.852,42	207.984,33	6.890,79
Tapejara	RS	161.680,30	10.758,58	200.335,63	13.819,10	190.074,99	12.926,77
Três de Maio	RS	257.163,75	10.657,84	243.669,44	10.084,79	212.339,16	8.782,34
Tucunduva	RS	61.226,69	9.681,66	67.851,81	10.887,74	62.852,77	10.160,57
Venâncio Aires	RS	1.132.802,83	18.614,48	1.103.691,82	17.606,12	1.046.790,39	16.454,58
Vera Cruz	RS	260.933,25	12.339,64	302.574,42	13.820,63	280.430,99	12.591,19
Alfredo Wagner	SC	82.078,46	9.222,30	87.004,51	10.008,65	75.577,08	8.800,27
Canoinhas	SC	456.224,81	8.851,67	497.228,04	9.566,13	453.197,19	8.682,10
Chapecó	SC	3.332.657,66	22.928,82	2.673.682,03	17.452,58	2.370.151,87	15.079,70
Concórdia	SC	1.275.912,26	20.310,93	1.412.943,37	22.084,83	1.272.713,53	19.711,81
Coronel Freitas	SC	109.481,23	10.398,15	116.577,31	11.043,73	108.600,60	10.274,37
Cunha Porá	SC	78.826,49	7.687,34	77.753,40	7.673,23	71.739,27	7.122,61
Guaraciaba	SC	94.068,23	8.478,39	99.417,98	9.190,08	75.903,75	7.109,06
Içara	SC	406.061,99	8.432,57	452.230,00	8.958,78	409.879,76	7.934,49
Itaiópolis	SC	167.271,52	8.794,99	210.664,14	10.889,28	174.257,11	8.931,25
Itapiranga	SC	232.574,46	16.555,71	344.017,34	24.919,81	284.344,93	20.783,90

ANEXO 4 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUTO INTERNO BRUTO					
		1999		2001		2002	
		A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)	A PREÇOS DE MARÇO DE 2005 (1 000 R\$)	PER CAPITA (R\$)
Ituporanga	SC	191.857,04	9.861,61	175.067,79	8.917,02	169.828,59	8.610,67
Mafra	SC	520.022,21	10.440,55	573.444,51	11.367,25	525.943,50	10.358,92
Palmitos	SC	126.608,67	7.858,00	132.042,92	8.392,24	121.661,41	7.827,89
Pinhalzinho	SC	120.618,49	9.823,16	142.025,24	11.226,35	150.666,60	11.735,04
São José do Cedro	SC	120.031,33	8.743,50	137.349,23	10.185,33	108.560,07	8.125,17
São Lourenço do Oeste	SC	240.937,75	12.345,04	271.696,00	13.784,65	282.685,77	14.271,32
São Miguel do este	SC	319.171,43	9.890,65	342.300,32	10.522,60	324.563,87	9.937,06
Seara	SC	451.536,93	27.500,82	673.396,53	40.238,83	640.425,45	37.903,94

Fonte: IBGE, diretoria de pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Em 2002, dados sujeitos à revisão. Valores atualizados pelo IGP-DI, para março de 2005.

Anexo 5: PARTICIPAÇÃO SETORIAL DO PIB,

SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO RANKING

MUNICÍPIO	UF	AGRO. %		IND. %		SERV. %	
		1999	2002	1999	2002	1999	2002
Paripiranga	BA	42,2	42,4	6,7	6,4	50,8	51,5
Santa Luzia	MA	33,6	41,3	5,3	5,5	59,8	53,6
João Pinheiro	MG	41,6	39,5	12,3	13,3	46,6	49,8
Ponta Porã	MS	35,5	33,8	9,5	23,8	48,9	40,6
Colíder	MT	19,2	24,3	24,6	30,2	48,5	46,4
São Félix do Araguaia	MT	42,5	49,7	6,0	5,2	51,1	59,6
Conceição do Araguaia	PA	61,7	56,2	3,3	10,9	34,6	32,7
Eldorado dos Carajás	PA	48,8	46,6	4,9	10,9	43,9	39,6
Itupiranga	PA	47,2	39,7	3,6	21,6	48,4	37,0
Marabá	PA	8,4	11,2	40,1	35,3	51,0	51,3
Santa Maria das Barreiras	PA	77,9	83,7	1,0	0,8	20,6	15,2

ANEXO 5 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGRO. %		IND. %		SERV. %	
		1999	2002	1999	2002	1999	2002
São Félix do Xingu	PA	81,9	85,4	1,1	0,8	16,6	13,6
Capanema	PR	36,3	40,5	14,3	23,0	45,2	32,7
Cascavel	PR	9,8	13,1	33,6	31,1	53,1	55,0
Chopinzinho	PR	37,6	43,1	10,4	9,7	39,6	38,8
Coronel Vivida	PR	31,5	38,8	13,6	11,3	47,5	45,0
Dois Vizinhos	PR	21,7	27,3	41,9	41,7	32,3	28,6
Francisco Beltrão	PR	14,7	18,8	38,4	37,9	43,6	40,5
Ipiranga	PR	55,2	60,8	6,4	5,6	31,0	26,4
Irati	PR	17,7	27,9	33,1	28,2	45,2	42,2
Laranjeiras do Sul	PR	17,1	23,3	23,1	22,2	59,8	57,8
Mangueirinha	PR	8,8	10,9	77,0	75,6	10,7	9,8
Marechal Cândido Rondon	PR	23,9	26,3	27,6	31,0	45,7	41,1
Medianeira	PR	13,3	18,1	36,4	37,0	47,4	43,9
Palmeira	PR	38,9	37,8	15,8	19,3	38,3	37,5
Palmital	PR	35,2	43,7	8,9	7,1	50,6	45,5
Pitanga	PR	39,2	48,5	13,2	10,5	42,5	38,5
Prudentópolis	PR	38,2	44,1	16,1	12,3	40,6	37,7
Roncador	PR	45,3	53,3	8,4	6,6	40,1	36,9
Santa Helena	PR	42,1	40,3	12,9	11,1	40,5	47,4
São João do Triunfo	PR	43,6	53,6	5,5	4,9	42,3	34,4
São Mateus do Sul	PR	27,1	30,5	26,0	29,1	38,1	33,3
Toledo	PR	23,7	28,4	36,4	38,1	35,3	29,4
Jaru	RO	14,7	8,9	27,2	39,0	51,3	46,4
Machadinho D'Oeste	RO	30,2	55,6	13,2	8,2	49,9	33,5
Mirante da Serra	RO	33,5	23,1	11,2	18,2	48,0	55,2
Novo Horizonte do Oeste	RO	40,3	33,4	4,4	6,1	50,9	52,0
Ouro Preto do Oeste	RO	11,8	13,5	11,9	30,8	72,6	53,0
Porto Velho	RO	2,7	4,0	26,6	26,9	64,7	56,7
Agudo	RS	42,8	38,9	17,6	28,0	35,8	30,3
Ajuricaba	RS	50,0	52,3	4,5	4,4	45,9	43,4
Aratiba	RS	26,1	19,9	48,1	64,3	18,0	16,5

ANEXO 5 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGRO. %		IND. %		SERV. %	
		1999	2002	1999	2002	1999	2002
Arroio do Tigre	RS	53,3	54,6	8,4	9,7	39,0	37,1
Barros Cassal	RS	46,0	49,8	3,3	4,0	52,3	51,3
Camaquã	RS	15,7	20,0	37,2	28,2	40,5	42,1
Candelária	RS	46,8	48,8	12,2	13,4	39,9	37,7
Canguçu	RS	39,0	46,2	8,0	6,2	54,1	49,6
Carlos Barbosa	RS	8,0	9,5	55,1	55,4	29,3	25,7
Chapada	RS	51,3	58,2	10,0	7,8	40,5	37,2
Constantina	RS	41,3	39,4	8,0	7,3	52,4	55,7
Crissiumal	RS	46,0	47,1	12,3	13,2	42,2	41,2
Dom Feliciano	RS	53,8	57,0	3,5	2,8	44,0	42,4
Encantado	RS	10,7	12,7	51,7	51,4	34,3	32,0
Encruzilhada do Sul	RS	44,8	46,3	8,0	12,4	47,1	43,0
Erechim	RS	6,2	4,2	39,4	47,2	49,9	45,2
Espumoso	RS	33,3	40,9	14,7	12,8	53,5	50,1
Getúlio Vargas	RS	15,0	25,0	26,0	21,7	42,9	53,8
Ibiraiaras	RS	55,5	60,1	4,2	3,2	41,1	38,4
Ibirubá	RS	27,8	30,9	22,0	24,1	50,3	45,0
Ijuí	RS	12,0	11,0	21,6	20,8	61,3	61,7
Lajeado	RS	4,5	2,5	48,2	47,4	41,8	42,7
Marau	RS	8,1	13,8	65,3	60,6	22,7	22,2
Nova Palma	RS	46,1	48,1	11,6	11,3	41,7	40,8
Passo Fundo	RS	2,9	4,2	28,8	30,1	64,3	60,0
Pelotas	RS	4,2	5,6	30,8	29,6	58,9	59,1
Rio Pardo	RS	32,6	40,6	21,3	16,9	43,8	40,7
Rodeio Bonito	RS	43,5	43,0	15,5	19,6	39,1	35,2
Ronda Alta	RS	40,5	47,5	7,1	10,8	48,9	43,6
Sananduva	RS	33,2	35,5	21,1	21,6	44,1	41,4
Santa Cruz do Sul	RS	3,8	3,6	53,7	56,5	27,2	26,0
Santa Rosa	RS	9,0	9,8	38,3	45,2	48,4	42,5
Santo Ângelo	RS	10,0	13,5	20,7	20,6	69,3	65,4
Santo Cristo	RS	33,0	34,0	21,5	21,7	46,0	44,8

ANEXO 5 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGRO. %		IND. %		SERV. %	
		1999	2002	1999	2002	1999	2002
São Lourenço do Sul	RS	36,4	41,0	15,9	14,6	46,1	43,1
Sarandi	RS	17,6	19,1	27,3	28,2	51,0	49,4
Sobradinho	RS	32,7	24,5	9,6	11,5	60,0	71,4
Soledade	RS	15,4	15,4	28,1	32,0	56,4	52,3
Tapejara	RS	25,9	20,0	31,1	34,6	39,2	42,4
Três de Maio	RS	19,5	25,7	21,4	17,8	58,9	56,4
Tucunduva	RS	32,2	42,4	7,7	6,2	61,9	52,6
Venâncio Aires	RS	14,2	16,7	50,5	52,1	32,2	29,9
Vera Cruz	RS	23,2	19,6	39,7	47,7	34,6	35,3
Alfredo Wagner	SC	65,2	63,7	5,6	7,6	29,5	30,5
Canoinhas	SC	17,4	20,3	35,4	38,7	43,2	40,0
Chapecó	SC	3,8	5,1	68,6	63,3	25,7	31,6
Concórdia	SC	20,6	20,8	52,0	56,1	25,5	23,2
Coronel Freitas	SC	55,7	56,1	15,1	18,1	28,6	27,4
Cunha Porã	SC	52,9	48,6	10,7	14,5	36,7	37,8
Guaraciaba	SC	56,3	55,5	11,3	12,7	31,8	32,4
Içara	SC	13,0	10,7	50,8	51,9	29,0	28,6
Itaiópolis	SC	39,3	44,0	20,9	24,2	29,4	26,6
Itapiranga	SC	29,7	26,3	47,4	55,0	22,6	19,7
Ituporanga	SC	48,2	45,2	12,9	18,4	37,3	39,9
Mafra	SC	18,0	20,6	38,1	42,2	40,1	37,2
Palmitos	SC	47,3	56,3	7,9	8,4	39,3	38,8
Pinhalzinho	SC	31,9	26,5	29,8	43,9	37,4	30,6
São José do Cedro	SC	47,2	44,9	15,4	22,1	37,2	37,4
São Lourenço do Oeste	SC	18,4	19,4	45,3	52,8	30,3	25,9
São Miguel do Oeste	SC	9,3	9,4	45,0	51,7	43,2	39,8
Seara	SC	27,9	18,2	53,2	67,7	18,7	14,9

Fonte: IBGE – PIB dos municípios. CD Rom.

**Anexo 6: ÁREA COLHIDA DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO RANKING – 1999-2003**

MUNICÍPIO	UF	TOTAL DA ÁREA COLHIDA (HA)		TAXA
		1999	2003	% A. A.
Paripiranga	BA	51.915	45.470	-3,26
Santa Luzia	MA	25.616	34.651	7,85
João Pinheiro	MG	18.147	25.725	9,12
Ponta Porã	MS	149.894	191.386	6,30
Colíder	MT	6.750	290	-54,47
São Félix do Araguaia	MT	3.950	5.642	9,32
Conceição do Araguaia	PA	13.470	18.053	7,60
Eldorado dos Carajás	PA	5.730	8.480	10,30
Itupiranga	PA	7.398	14.450	18,22
Marabá	PA	10.271	15.900	11,54
Santa Maria das Barreiras	PA	25.250	26.280	1,00
São Félix do Xingu	PA	163.867	19.805	-41,04
Capanema	PR	29.368	37.698	6,44
Cascavel	PR	109.910	139.341	6,11
Chopinzinho	PR	37.492	45.496	4,96
Coronel Vivida	PR	37.477	44.202	4,21
Dois Vizinhos	PR	28.168	32.208	3,41
Francisco Beltrão	PR	32.066	38.909	4,95
Ipiranga	PR	34.883	36.996	1,48
Irati	PR	53.369	61.695	3,69
Laranjeiras do Sul	PR	17.751	24.325	8,20
Mangueirinha	PR	43.510	52.858	4,99
Marechal Cândido Rondon	PR	50.722	64.889	6,35
Medianeira	PR	19.248	25.996	7,80
Palmeira	PR	55.780	65.630	4,15
Palmital	PR	12.933	10.595	-4,86
Pitanga	PR	69.381	98.651	9,20
Prudentópolis	PR	77.223	87.376	3,14
Roncador	PR	30.418	36.682	4,79
Santa Helena	PR	55.132	52.093	-1,41

ANEXO 6 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	TOTAL DA ÁREA COLHIDA (HA)		TAXA
		1999	2003	% A. A.
São João do Triunfo	PR	11.167	13.826	5,48
São Mateus do Sul	PR	36.656	45.088	5,31
Toledo	PR	119.253	135.856	3,31
Jaru	RO	11.202	6.391	-13,09
Machadinho D'Oeste	RO	13.863	12.332	-2,88
Mirante da Serra	RO	8.408	5.751	-9,06
Novo Horizonte do Oeste	RO	10.920	8.734	-5,43
Ouro Preto do Oeste	RO	9.175	2.353	-28,84
Porto Velho	RO	5.737	8.665	10,86
Agudo	RS	17.784	20.526	3,65
Ajuricaba	RS	24.186	32.007	7,26
Aratiba	RS	12.219	14.811	4,93
Arroio do Tigre	RS	19.803	23.574	4,45
Barros Cassal	RS	8.214	10.776	7,02
Camaquã	RS	39.103	44.635	3,36
Candelária	RS	38.269	43.569	3,30
Canguçu	RS	73.890	79.020	1,69
Carlos Barbosa	RS	1.301	1.237	-1,25
Chapada	RS	51.779	52.595	0,39
Constantina	RS	22.291	17.744	-5,54
Crissiumal	RS	29.401	27.097	-2,02
Dom Feliciano	RS	17.628	14.009	-5,58
Encantado	RS	2.696	2.629	-0,63
Encruzilhada do Sul	RS	18.788	23.413	5,66
Erechim	RS	37.742	15.396	-20,08
Espumoso	RS	42.795	55.795	6,86
Getúlio Vargas	RS	17.922	20.478	3,39
Ibiraiaras	RS	14.793	16.153	2,22
Ibirubá	RS	52.330	65.321	5,70
Ijuí	RS	73.471	64.727	-3,12
Lajeado	RS	4.756	1.681	-22,90

ANEXO 6 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	TOTAL DA ÁREA COLHIDA (HA)		TAXA
		1999	2003	% A. A.
Marau	RS	42.052	48.543	3,65
Nova Palma	RS	12.165	12.371	0,42
Passo Fundo	RS	45.742	48.835	1,65
Pelotas	RS	37.111	35.453	-1,14
Rio Pardo	RS	22.477	42.860	17,51
Rodeio Bonito	RS	13.551	11.940	-3,11
Ronda Alta	RS	30.682	39.793	6,72
Sananduva	RS	27.947	31.505	3,04
Santa Cruz do Sul	RS	27.226	23.352	-3,76
Santa Rosa	RS	43.171	52.489	5,01
Santo Ângelo	RS	45.536	55.681	5,16
Santo Cristo	RS	22.734	34.221	10,77
São Lourenço do Sul	RS	45.045	43.386	-0,93
Sarandi	RS	26.129	25.761	-0,35
Sobradinho	RS	8.273	4.626	-13,53
Soledade	RS	11.824	16.375	8,48
Tapejara	RS	22.487	20.703	-2,05
Três de Maio	RS	36.186	45.838	6,09
Tucunduva	RS	14.608	17.840	5,12
Venâncio Aires	RS	29.531	31.642	1,74
Vera Cruz	RS	9.924	12.004	4,87
Alfredo Wagner	SC	8.299	8.521	0,66
Canoinhas	SC	24.531	31.041	6,06
Chapecó	SC	18.495	21.598	3,95
Concórdia	SC	24.133	23.078	-1,11
Coronel Freitas	SC	10.495	6.703	-10,60
Cunha Porã	SC	13.531	11.278	-4,45
Guaraciaba	SC	13.317	12.330	-1,91
Içara	SC	14.332	13.699	-1,12
Itaiópolis	SC	18.636	22.516	4,84
Itapiranga	SC	8.791	11.605	7,19

ANEXO 6 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	TOTAL DA ÁREA COLHIDA (HA)		TAXA
		1999	2003	% A. A.
Ituporanga	SC	15.326	18.205	4,40
Mafra	SC	29.289	38.328	6,96
Palmitos	SC	25.677	24.129	-1,54
Pinhalzinho	SC	10.037	9.875	-0,41
São José do Cedro	SC	13.825	12.925	-1,67
São Lourenço do Oeste	SC	15.193	18.393	4,89
São Miguel do Oeste	SC	6.703	7.361	2,37
Seara	SC	10.121	10.813	1,67

Fonte: IBGE/PAM.

Anexo 7: QUANTIDADE PRODUZIDA DOS PRODUTOS SELECIONADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO RANKING – 1999–2003

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE PRODUZIDA (EM TONELADA) POR PRODUTO SELECIONADO E TOTAL DA PRODUÇÃO																							
		ARROZ (CASCA)		BATATA INGLESA		FEIJÃO (GRÃO)		FUMO (FOLHA)		MANDIOCA		MILHO (GRÃO)		SOJA (GRÃO)		TRIGO (GRÃO)		SUBTOTAL*		TOTAL**					
		1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003				
Paripiranga	BA	-	-	2.800	3.000	19.125	11.340	-	-	3.600	4.500	31.800	49.920	-	-	-	-	57.325	68.760	57.775	69.360				
Santa Luzia	MA	15.055	16.874	-	-	163	276	-	-	13.860	35.145	6.929	26.543	-	-	-	-	36.007	78.838	36.051	78.947				
João Pinheiro	MG	5.431	13.995	-	-	4.140	9.426	-	-	16.800	16.800	8.123	14.760	11.520	9.072	-	-	46.014	64.053	317.829	472.943				
Ponta Porã	MS	8.190	11.400	-	-	684	5.095	-	-	4.500	4.500	109.200	155.478	256.620	355.500	12.000	33.600	391.194	565.573	408.073	571.191				
Colider	MT	8.800	-	-	-	259	54	-	-	480	480	3.000	270	675	-	-	-	13.214	804	14.279	1.604				
São Félix do Araguaia	MT	3.150	1.680	-	-	-	-	-	-	4.500	2.000	2.520	2.880	-	9.209	-	-	10.170	15.769	10.170	15.769				
Conceição do Araguaia	PA	-	12.600	-	-	70	33	-	-	7.280	30.000	9.100	14.744	252	705	-	-	16.702	58.082	19.562	58.082				
Eldorado dos Carajás	PA	2.800	2.200	-	-	79	49	-	-	9.000	6.000	5.400	11.000	-	-	-	-	17.279	19.249	17.288	19.249				
Itupiranga	PA	5.320	7.201	-	-	135	351	-	-	12.600	75.000	1.890	2.831	-	-	-	-	19.945	85.383	19.972	85.383				
Marabá	PA	6.050	9.100	-	-	318	518	-	-	17.000	19.500	4.030	8.880	-	-	-	-	27.398	37.998	27.430	37.998				
Santa Maria das Barreiras	PA	18.000	18.720	-	-	130	103	-	-	16.000	16.000	18.000	14.520	-	-	-	-	52.130	49.343	56.130	53.351				
São Félix do Xingu	PA	79.560	10.782	-	-	4.176	285	-	-	382.320	128.000	144.962	12.383	-	-	-	-	611.018	151.450	618.530	151.450				
Capanema	PR	200	80	90	55	2.400	3.480	643	1.260	17.500	21.600	18.000	49.000	38.326	46.500	1.870	10.500	79.029	132.475	87.106	141.675				
Cascavel	PR	236	600	-	-	920	2.593	29	108	30.000	20.000	95.040	184.500	232.500	258.500	16.980	50.158	375.705	516.459	384.198	548.009				
Chopinzinho	PR	810	170	100	24	1.857	720	200	571	2.985	5.000	49.022	69.906	49.828	78.280	1.978	11.020	106.780	165.691	109.271	169.487				
Coronel Vivida	PR	450	45	49	35	1.555	3.190	12	32	10.030	4.750	52.585	63.310	48.361	77.961	2.835	9.900	115.877	159.223	116.760	161.623				
Dois Vizinhos	PR	200	80	525	486	2.416	2.765	611	1.677	21.250	10.000	62.900	83.550	15.500	27.300	850	4.820	104.252	130.678	109.512	150.858				
Francisco Beltrão	PR	680	300	175	108	1.200	735	179	497	25.000	14.000	68.750	92.500	11.500	33.700	945	3.900	108.429	145.740	117.054	177.151				
Ipiranga	PR	128	80	-	-	1.890	2.110	3.857	5.625	1.500	600	63.960	45.250	25.200	51.680	7.500	12.300	104.035	117.645	110.323	130.314				
Irati	PR	1.610	1.440	3.987	3.867	22.980	29.012	2.880	3.300	1.225	1.575	70.240	180.828	7.800	22.400	473	4.150	111.195	246.572	117.099	257.443				
Laranjeiras do Sul	PR	630	720	72	64	2.350	2.470	503	432	2.565	2.800	31.800	62.380	8.580	23.250	400	3.255	46.900	95.371	48.316	97.656				
Mangueirinha	PR	900	300	36	27	2.582	7.812	171	207	3.000	4.000	49.706	100.994	60.455	68.375	4.950	12.500	121.800	194.215	123.830	203.362				

ANEXO 7 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE PRODUZIDA (EM TONELADA) POR PRODUTO SELECIONADO E TOTAL DA PRODUÇÃO																							
		ARROZ (CASCA)		BATATA INGLESA		FEIJÃO (GRÃO)		FUMO (FOLHA)		MANDIOCA		MILHO (GRÃO)		SOJA (GRÃO)		TRIGO (GRÃO)		SUBTOTAL*		TOTAL**					
		1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003		
Marechal Cândido Rondon	PR	106	40	218	—	—	135	230	210	467	100.000	52.000	82.209	186.140	71.300	91.036	3.300	1.100	257.478	331.013	258.037	331.066			
Medianeira	PR	200	48	—	—	6	7	628	593	7.500	5.000	31.000	57.700	23.828	41.300	1.500	2.640	64.662	107.288	66.952	111.412				
Palmeira	PR	640	160	—	—	3.285	3.208	2.832	3.772	1.600	1.530	54.250	79.560	84.512	128.000	2.060	12.280	149.179	228.510	179.916	257.816				
Palmital	PR	1.150	440	125	108	1.720	1.053	11	7	5.920	5.130	22.500	28.885	1.500	1.426	10	96	32.936	37.145	36.666	40.061				
Pitanga	PR	1.666	2.500	—	150	10.893	11.620	—	33	10.800	8.000	82.000	236.716	48.600	76.308	8.400	30.200	162.359	365.527	172.528	406.012				
Prudentópolis	PR	3.050	2.310	345	3.150	30.060	32.970	3.805	5.630	4.930	5.700	62.770	152.380	24.700	41.600	910	2.380	130.570	246.120	136.686	254.938				
Roncador	PR	800	1.138	5	40	1.200	1.020	32	56	15.300	2.300	23.150	33.600	39.356	52.010	8.100	18.600	87.943	108.764	90.077	114.963				
Santa Helena	PR	36	—	25	—	190	48	700	919	45.000	25.000	84.050	109.490	80.120	78.388	1.414	2.276	211.535	216.121	212.117	216.531				
São João do Triunfo	PR	150	150	—	—	3.020	3.100	3.036	5.574	810	680	17.100	26.230	2.832	9.600	160	1.210	27.108	46.544	37.415	53.567				
São Mateus do Sul	PR	450	450	245	360	11.800	17.400	1.850	2.340	2.550	5.100	58.350	114.400	20.800	31.040	147	2.029	96.192	173.119	157.894	248.765				
Toledo	PR	200	75	140	124	2.160	4.200	49	15	22.500	13.500	169.200	211.200	232.790	56.000	91.090	382.369	510.994	383.043	513.416					
Jaru	RO	4.550	2.178	—	—	1.428	635	—	—	5.940	13.600	8.640	5.810	—	—	—	—	20.558	22.223	20.729	23.290				
Machadinho D'Oeste	RO	7.020	6.810	—	—	543	667	—	—	32.760	36.736	4.924	4.200	—	—	—	—	45.247	48.413	45.297	48.603				
Mirante da Serra	RO	2.730	1.815	—	—	2.388	1.396	—	—	2.880	3.168	3.952	3.485	—	—	—	—	11.950	9.864	12.022	10.061				
Novo Horizonte do Oeste	RO	4.803	3.926	—	—	2.922	2.164	—	—	5.000	3.800	6.062	5.234	—	—	—	—	18.787	15.124	18.800	15.532				
Ouro Preto do Oeste	RO	2.890	594	—	—	1.189	449	—	—	3.420	7.992	5.524	1.232	—	—	—	—	13.023	10.267	13.361	12.778				
Porto Velho	RO	1.021	1.238	—	—	273	231	—	—	54.000	108.000	1.240	1.944	—	—	—	—	56.534	111.413	57.359	117.452				
Agudo	RS	47.724	36.673	2.960	1.760	1.218	138	168	—	2.760	2.760	3.900	11.040	30.240	49.020	6.300	19.950	44.158	83.244	48.143	89.327				
Ajuricaba	RS	260	90	560	216	138	168	—	—	2.250	1.920	21.420	61.789	378	360	300	720	25.492	65.773	33.714	75.070				
Aratiba	RS	23	24	91	91	1.015	660	15	209	2.250	1.920	21.420	61.789	378	360	300	720	25.492	65.773	33.714	75.070				
Arroio do Tigre	RS	108	50	560	840	5.051	3.840	8.910	9.000	14.600	12.000	21.600	34.400	3.024	7.560	225	1.440	54.078	69.130	56.692	72.585				

ANEXO 7 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE PRODUZIDA (EM TONELADA) POR PRODUTO SELECIONADO E TOTAL DA PRODUÇÃO																							
		ARROZ (CASCA)		BATATA INGLESA		FEIJÃO (GRÃO)		FUMO (FOLHA)		MANDIOCA		MILHO (GRÃO)		SOJA (GRÃO)		TRIGO (GRÃO)		SUBTOTAL*		TOTAL**					
		1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003		
Barros Cassal	RS	100	120	726	726	630	432	5.971	5.590	3.240	3.900	4.758	12.960	1.176	3.645	18	540	16.619	27.913	17.025	28.752				
Camaquã	RS	143.024	156.600	330	153	320	182	11.000	12.420	4.000	4.000	7.871	8.400	2.250	4.692	-	-	168.795	186.447	169.669	191.693				
Candelária	RS	39.380	37.350	818	910	1.340	1.078	16.000	13.999	18.000	18.000	30.000	38.376	15.000	25.200	225	1.000	120.763	135.913	134.340	148.376				
Canguçu	RS	6.625	6.105	7.800	15.200	6.360	7.632	6.840	12.960	-	-	54.000	120.000	9.600	21.600	18	-	91.243	183.497	105.577	201.105				
Carlos Barbosa	RS	11	9.706	4.500	87	69	-	-	1.050	784	1.200	2.800	-	-	-	-	-	9.408	8.162	11.836	9.322				
Chapada	RS	300	240	1.000	800	120	150	-	14	6.750	6.000	30.600	53.000	105.000	105.000	10.500	22.008	86.670	164.812	96.350	166.520				
Constantina	RS	45	18	470	175	707	70	11	45	2.400	1.800	18.720	12.040	19.350	28.350	4.250	11.040	45.933	53.538	48.094	55.445				
Crissiumal	RS	34	34	1.108	720	56	82	1.240	1.800	15.600	6.000	2.989	21.450	16.160	29.400	2.520	8.400	39.707	67.886	46.062	71.813				
Dom Feliciano	RS	680	715	305	270	1.944	758	11.200	10.582	5.000	3.000	9.120	6.750	-	-	-	-	28.249	22.075	30.947	23.440				
Encantado	RS	-	-	-	-	62	32	173	216	1.872	2.340	4.158	6.480	603	486	-	144	6.868	9.698	7.989	13.236				
Encruzilhada do Sul	RS	7.325	3.822	910	70	1.985	960	847	961	4.000	3.500	21.470	26.400	540	6.400	-	2.310	37.277	44.423	42.297	102.870				
Erechim	RS	32	7	150	96	1.098	800	-	12	2.250	1.275	45.000	25.800	30.420	15.264	4.176	10.800	83.126	54.054	90.248	57.936				
Espumoso	RS	69	31	420	600	179	178	108	32	2.100	1.820	14.400	12.000	61.200	112.500	8.160	36.000	86.636	163.161	89.451	164.668				
Getúlio Vargas	RS	60	30	-	300	252	277	5	22	1.400	1.600	19.140	33.150	17.088	30.990	1.824	7.560	39.769	73.929	46.370	79.860				
Ibiraiaras	RS	70	14	33.504	7.000	1.576	1.890	-	300	300	300	20.020	37.800	5.096	11.100	875	8.100	61.441	66.504	64.955	71.243				
Ibirubá	RS	96	142	70	38	876	850	-	-	675	900	19.200	16.800	64.380	131.175	13.680	45.360	98.977	195.265	108.401	203.918				
Ijuí	RS	278	192	840	780	150	165	-	-	16.500	14.100	10.109	6.090	79.200	115.920	19.800	31.500	126.877	168.747	143.607	181.625				
Lajeado	RS	6	1	200	300	168	19	853	-	5.070	1.620	7.560	3.627	1.080	672	36	270	14.973	6.509	17.436	8.221				
Marau	RS	294	240	540	540	132	149	136	59	2.160	2.160	19.200	33.600	41.580	90.000	3.960	16.770	68.002	143.518	81.473	157.222				
Nova Palma	RS	847	1.218	183	183	4.050	3.000	1.650	1.800	4.800	4.800	10.500	10.800	7.200	12.900	270	1.050	29.500	35.751	39.771	45.795				
Passo Fundo	RS	120	105	300	375	68	220	-	4	2.700	1.050	11.880	16.800	56.700	108.000	7.200	14.268	78.968	140.822	89.109	151.702				
Pelotas	RS	41.250	43.597	19.193	10.000	1.725	1.350	8.200	6.555	-	-	36.000	25.200	6.300	7.200	-	-	112.668	93.902	138.873	117.730				
Rio Pardo	RS	39.004	45.758	1.200	1.200	146	121	6.000	5.920	33.000	44.000	6.300	14.400	7.500	43.200	1.200	8.400	94.350	162.999	97.548	184.197				

ANEXO 7 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE PRODUZIDA (EM TONELADA) POR PRODUTO SELECIONADO E TOTAL DA PRODUÇÃO																							
		ARROZ (CASCA)		BATATA INGLESA		FEIJÃO (GRÃO)		FUMO (FOLHA)		MANDIOCA		MILHO (GRÃO)		SOJA (GRÃO)		TRIGO (GRÃO)		SUBTOTAL*		TOTAL**					
		1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003		
Rodeio Bonito	RS	92	92	37	37	585	372	158	85	8.400	8.400	9.901	15.000	5.508	13.200	234	720	24.915	37.906	29.449	42.736				
Ronda Alta	RS	185	45	299	240	270	126	15	90	2.000	2.000	10.000	14.880	36.960	72.000	4.200	23.040	53.929	112.421	61.277	116.396				
Sananduva	RS	42	14	49	70	336	414	–	40	810	810	43.200	59.400	17.600	44.304	6.750	18.720	68.787	123.772	75.016	129.290				
Santa Cruz do Sul	RS	8.554	8.100	1.480	1.040	612	339	15.525	11.836	16.000	12.800	36.480	33.000	1.296	2.430	150	210	80.097	69.755	108.095	99.738				
Santa Rosa	RS	36	36	400	400	140	62	17	20	3.840	5.400	5.490	22.441	37.800	85.176	10.584	28.800	58.307	142.335	61.192	144.248				
Santo Ângelo	RS	127	137	826	840	30	75	–	–	16.000	12.000	4.752	22.490	46.200	92.880	8.424	23.310	76.359	151.732	87.382	163.903				
Santo Cristo	RS	12	12	504	504	145	102	23	77	7.000	10.000	2.970	28.160	19.380	42.000	1.611	7.560	31.645	88.415	34.728	92.030				
São Lourenço do Sul	RS	49.450	33.153	36.000	23.400	720	882	6.000	10.743	700	1.500	52.800	43.200	3.864	8.000	–	–	149.534	120.878	160.974	132.676				
Sarandi	RS	120	40	56	40	63	11	24	27	2.000	2.500	7.688	12.600	27.520	49.500	8.800	17.220	46.271	81.938	52.740	85.103				
Sobradinho	RS	23	30	250	60	1.752	355	6.720	3.240	2.400	1.725	6.720	5.440	441	1.080	37	308	18.343	12.238	20.703	13.492				
Soledade	RS	497	357	40	60	540	484	300	452	800	850	5.376	9.360	8.316	24.300	2.100	7.350	17.969	43.213	18.734	44.202				
Tapejara	RS	20	10	180	153	55	60	8	14	800	400	21.825	21.600	23.520	43.848	5.400	10.050	51.808	76.135	56.376	79.974				
Três de Maio	RS	468	468	200	200	48	76	120	100	3.500	4.200	8.222	30.450	40.365	64.200	7.200	19.320	60.123	119.014	63.340	122.828				
Tucunduva	RS	18	18	96	96	10	13	7	11	1.320	2.200	5.980	13.801	12.600	21.000	2.400	8.400	22.431	45.539	22.997	46.206				
Venâncio Aires	RS	8.360	9.950	852	720	880	245	18.900	16.800	33.000	43.200	36.000	54.000	225	900	–	117	98.217	125.932	113.726	141.846				
Vera Cruz	RS	5.010	4.095	660	660	190	63	9.933	7.644	12.640	12.000	10.000	15.939	61	420	–	–	38.494	40.821	42.461	45.225				
Alfredo Wagner	SC	352	644	120	100	1.520	1.416	666	711	2.000	2.000	7.500	12.450	–	–	–	–	12.158	17.321	67.467	87.989				
Canoinhas	SC	210	160	1.350	2.580	3.375	4.680	7.758	8.916	600	–	38.250	72.000	20.800	29.925	100	3.420	72.443	121.681	74.651	125.406				
Chapécó	SC	225	200	–	–	2.550	3.000	543	528	2.538	2.700	24.000	59.364	5.880	9.768	1.200	4.200	36.936	79.760	38.871	82.650				
Concórdia	SC	340	100	56	348	883	810	317	204	6.600	3.300	61.404	98.208	–	–	216	360	69.816	103.330	74.414	111.658				
Coronel Freitas	SC	32	60	–	–	1.715	243	760	667	220	420	20.340	20.370	360	600	172	180	23.599	22.540	24.637	24.063				
Cunha Porá	SC	144	125	–	–	1.051	162	1.677	1.475	8.400	5.100	26.400	42.750	2.553	1.920	270	600	40.495	52.132	43.825	52.132				

ANEXO 7 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	QUANTIDADE PRODUZIDA (EM TONELADA) POR PRODUTO SELECIONADO E TOTAL DA PRODUÇÃO																							
		ARROZ (CASCA)		BATATA INGLESA		FEIJÃO (GRÃO)		FUMO (FOLHA)		MANDIOCA		MILHO (GRÃO)		SOJA (GRÃO)		TRIGO (GRÃO)		SUBTOTAL*		TOTAL**					
		1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003	1999	2003		
Guaraciaba	SC	210	280	—	—	279	300	1.654	1.652	3.000	3.600	39.600	40.608	1.080	2.880	180	2.400	46.003	51.720	46.003	51.720	46.003	54.220		
Içara	SC	9.280	12.025	—	—	5.940	6.432	8.978	7.311	4.500	4.000	2.700	7.800	—	—	—	—	31.398	37.568	34.669	41.656	34.669	41.656		
Itaiópolis	SC	450	180	—	—	5.280	5.775	5.215	7.334	1.230	—	28.000	45.000	10.800	16.740	360	480	51.335	75.509	52.959	78.929	52.959	78.929		
Itapiranga	SC	160	300	—	—	453	361	1.568	949	10.000	11.250	12.600	35.532	216	720	75	420	25.072	49.532	33.833	98.532	33.833	98.532		
Ituporanga	SC	20	6	850	520	558	2.430	4.070	4.515	900	1.000	24.570	35.700	—	21	—	28	30.968	44.220	152.583	165.120	152.583	165.120		
Mafra	SC	500	200	2.100	2.400	6.800	4.650	2.987	3.947	225	—	59.400	97.500	29.700	42.750	600	5.940	102.312	157.387	104.512	163.577	104.512	163.577		
Palmitos	SC	180	300	—	—	5.520	4.250	1.554	2.045	6.000	11.250	23.760	65.400	2.860	6.840	114	570	39.988	90.655	55.305	106.255	55.305	106.255		
Pinhalzinho	SC	83	126	—	—	1.243	919	606	703	1.572	2.620	19.584	26.280	2.070	3.360	90	630	25.248	34.638	26.040	36.438	26.040	36.438		
São José do Cedro	SC	300	140	—	—	324	96	1.676	1.777	2.250	2.500	36.570	51.360	360	600	450	1.254	41.930	57.727	41.942	57.727	41.942	57.727		
São Lourenço do Oeste	SC	200	350	630	1.260	960	1.670	181	199	3.000	3.000	46.800	73.400	700	4.800	120	540	52.591	85.219	64.549	98.739	64.549	98.739		
São Miguel do Oeste	SC	91	80	—	—	290	41	536	564	2.000	2.500	15.600	35.100	144	144	6	528	18.667	38.957	18.675	38.957	18.675	38.957		
Seara	SC	144	108	36	—	256	342	23	—	1.400	700	32.400	46.770	—	180	57	450	34.316	48.550	35.933	50.198	35.933	50.198		

Fonte: IBGE/PAM.

* Esse subtotal refere-se aos oito produtos selecionados, os quais respondem por aproximadamente 80% da produção agrícola dos cem municípios considerados.

** Nesse total, não está sendo considerada a produção do abacaxi, por se tratar de produção quantificada por mil frutos.

**Anexo 8: EFETIVO DOS REBANHOS DE BOVINO, SUÍNO E DE AVES,
SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO RANKING – 2000-2003**

MUNICÍPIO	UF	TOTAL		BOVINO		SUÍNO		AVES*	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Paripiranga	BA	67.600	64.510	13.800	15.500	4.900	4.290	39.000	35.500
Santa Luzia	MA	199.630	215.570	73.839	95.616	14.266	13.054	101.914	97.301
João Pinheiro	MG	318.208	341.211	209.552	231.985	7.189	7.250	93.106	93.018
Ponta Porã	MS	423.039	583.885	318.910	302.688	14.417	14.417	72.181	248.634
São Félix do Araguaia	MT	285.621	238.883	240.179	199.428	4.616	3.535	33.979	29.737
Colíder	MT	477.950	557.081	311.607	378.416	12.001	12.981	143.214	154.180
Conceição do Araguaia	PA	550.435	545.631	284.628	296.709	23.893	22.500	228.308	213.620
Marabá	PA	347.560	609.500	195.000	375.000	14.000	21.000	135.000	200.000
Santa Maria das Barreiras	PA	472.635	510.236	351.005	386.705	17.405	16.302	97.224	96.030
Itupiranga	PA	225.950	256.100	97.000	144.000	9.200	7.700	117.800	99.300
São Félix do Xingu	PA	991.472	1.447.560	682.407	1.264.991	39.193	19.491	254.525	136.432
Eldorado dos Carajás	PA	202.000	212.850	84.000	133.000	10.000	7.100	106.000	65.900
Medianeira	PR	1.307.270	1.980.133	31.000	32.000	24.310	34.090	1.250.300	1.911.200
Cascavel	PR	5.143.461	7.235.315	102.877	113.290	34.240	40.739	4.989.800	7.062.973
Prudentópolis	PR	484.947	540.945	39.113	43.600	49.227	60.790	374.071	416.230
Pitanga	PR	325.003	329.387	70.053	72.700	51.001	51.550	185.100	186.600
Capanema	PR	632.020	1.143.231	30.603	38.080	26.352	35.426	572.300	1.066.258
Francisco Beltrão	PR	2.400.627	2.673.006	45.063	52.190	74.640	55.600	2.263.800	2.549.570
Coronel Vivida	PR	320.880	299.534	34.800	39.803	14.700	9.660	267.000	246.000
Laranjeiras do Sul	PR	135.860	177.429	36.138	48.839	20.431	19.500	74.314	103.500
Irati	PR	158.188	167.550	11.500	14.512	19.900	26.330	116.000	114.700
Marechal Cândido Rondon	PR	940.893	904.426	51.348	52.856	140.110	136.500	746.000	711.000
Palmital	PR	161.134	169.768	63.680	71.100	13.912	14.000	73.350	74.300
São João do Triunfo	PR	94.320	107.859	7.700	4.873	10.300	38.480	70.000	58.000
Chopinzinho	PR	858.930	598.127	47.000	56.876	23.000	15.900	783.400	520.000
Toledo	PR	7.878.744	9.700.305	55.384	55.890	262.809	331.790	7.554.150	9.306.475
Mangueirinha	PR	129.890	134.013	30.500	33.811	13.800	9.730	80.000	85.000
Palmeira	PR	432.750	779.055	39.000	36.662	23.950	31.203	358.500	701.600

ANEXO 8 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	TOTAL		BOVINO		SUÍNO		AVES*	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Roncador	PR	122.102	128.729	46.144	51.024	12.012	12.230	60.030	61.400
São Mateus do Sul	PR	316.350	362.578	21.000	29.200	25.040	30.000	257.500	290.000
Ipiranga	PR	128.893	129.898	14.378	15.387	18.389	18.071	88.190	87.768
Dois Vizinhos	PR	3.700.693	3.381.576	31.881	40.570	33.999	47.600	3.632.025	3.291.095
Santa Helena	PR	172.720	1.560.590	29.187	33.210	30.683	27.600	110.650	1.498.000
Jaru	RO	514.057	654.909	285.104	420.187	19.544	11.149	195.167	213.749
Ouro Preto do Oeste	RO	494.013	517.363	259.615	333.064	17.575	5.910	204.753	169.609
Machadinho D'Oeste	RO	188.300	275.237	53.976	127.539	9.063	7.404	122.522	135.923
Novo Horizonte do Oeste	RO	238.589	209.419	84.130	102.266	10.622	5.412	140.080	97.113
Mirante da Serra	RO	173.834	193.384	55.466	89.361	8.893	4.820	107.212	96.424
Porto Velho	RO	321.476	551.279	160.918	400.092	9.547	14.675	138.814	123.316
Canguçu	RS	621.613	535.502	154.202	170.620	40.255	28.027	359.559	285.277
Erechim	RS	1.039.338	419.649	25.300	16.560	49.600	24.118	957.030	374.310
Venâncio Aires	RS	595.325	570.972	50.506	49.433	50.488	47.784	489.159	464.684
Santa Cruz do Sul	RS	340.538	331.608	27.738	32.034	37.412	37.337	261.732	248.828
Crissiumal	RS	216.879	173.923	33.270	28.746	32.415	25.800	148.500	116.824
Pelotas	RS	447.717	390.731	46.206	54.596	20.687	20.860	373.939	304.607
Candelária	RS	289.202	277.514	41.883	39.585	27.047	16.950	212.123	215.812
São Lourenço do Sul	RS	374.639	314.963	93.864	109.860	28.178	19.127	227.855	163.167
Soledade	RS	464.148	593.423	78.000	54.049	8.720	2.397	365.550	528.634
Camaquã	RS	195.104	200.971	59.000	73.000	14.800	11.500	100.500	100.500
Sobradinho	RS	88.072	53.348	10.016	6.320	7.713	4.000	68.900	41.377
Agudo	RS	172.250	146.109	17.762	16.159	21.900	18.012	128.966	108.708
Ibiraiaras	RS	402.955	464.117	12.085	12.348	8.935	7.036	380.000	443.927
Marau	RS	1.706.648	4.066.232	20.518	21.329	13.873	18.120	1.667.149	4.022.107
Tapejara	RS	518.827	397.038	12.540	7.677	15.100	10.050	489.900	378.050
Ibirubá	RS	99.140	107.004	17.500	17.201	19.230	30.291	53.500	51.053
Nova Palma	RS	84.674	76.853	19.683	22.010	8.995	8.020	50.723	42.040
Arroio do Tigre	RS	198.546	105.937	17.852	13.681	19.430	14.848	158.804	75.473
Encruzilhada do Sul	RS	553.864	506.123	177.965	174.707	12.533	10.432	238.773	205.787

ANEXO 8 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	TOTAL		BOVINO		SUÍNO		AVES*	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Carlos Barbosa	RS	1.235.455	1.314.517	11.000	11.550	7.750	15.600	1.215.000	1.283.822
Rodeio Bonito	RS	69.831	69.621	4.742	4.838	10.372	10.407	54.331	53.947
Getúlio Vargas	RS	103.917	194.264	8.895	8.350	15.200	13.160	79.000	171.950
Dom Feliciano	RS	168.778	147.858	30.500	23.000	17.700	17.100	100.200	90.500
Santa Rosa	RS	163.357	178.639	20.347	24.832	60.811	79.600	79.970	71.630
Chapada	RS	122.772	118.227	20.600	15.305	18.930	17.220	80.260	83.040
Encantado	RS	1.838.270	2.201.212	5.000	4.830	23.250	26.470	1.808.500	2.168.300
Três de Maio	RS	122.378	49.323	20.048	16.520	17.004	9.092	83.803	22.727
Sarandi	RS	122.867	119.383	11.460	8.900	22.750	25.280	79.160	77.500
Constantina	RS	145.522	103.164	13.260	9.890	20.090	13.800	110.990	78.790
Sananduva	RS	931.619	951.226	21.980	20.750	25.770	29.655	882.300	899.390
Passo Fundo	RS	334.437	872.643	15.369	17.855	6.392	4.635	308.587	842.408
Barros Cassal	RS	131.575	78.027	25.951	24.340	11.637	5.807	89.272	44.063
Aratiba	RS	558.447	769.766	23.900	26.450	53.770	48.024	478.770	693.670
Ijuí	RS	184.312	133.785	33.000	25.000	19.600	8.700	125.000	95.000
Espumoso	RS	100.320	86.775	36.000	28.186	4.420	2.402	54.200	52.527
Lajeado	RS	882.758	488.972	15.000	6.100	15.400	4.500	845.000	468.000
Ronda Alta	RS	107.668	107.773	14.200	8.900	11.060	10.870	80.900	86.600
Ajuricaba	RS	69.135	53.785	12.500	11.000	13.000	6.550	42.000	35.000
Rio Pardo	RS	288.564	267.097	145.558	143.191	15.158	12.122	91.275	74.641
Santo Cristo	RS	193.727	140.090	28.742	26.100	53.221	34.700	110.272	78.060
Vera Cruz	RS	301.873	215.940	17.097	17.941	13.467	6.012	269.709	190.701
Tucunduva	RS	44.675	38.928	6.760	7.950	9.600	10.422	27.648	19.921
Santo Ângelo	RS	145.706	109.770	21.850	25.700	15.380	31.310	105.800	50.700
Concórdia	SC	9.978.221	8.774.184	57.895	51.234	287.744	260.916	9.629.638	8.448.308
Canoinhas	SC	418.780	331.362	22.600	22.600	22.000	24.900	360.000	270.000
Chapecó	SC	3.609.316	3.418.994	30.630	32.866	84.690	101.860	3.486.455	3.275.000
Ituporanga	SC	117.401	117.026	12.500	11.800	15.800	17.700	86.500	85.000
Palmitos	SC	985.238	1.424.901	19.500	23.000	39.335	89.600	923.500	1.311.000
Mafra	SC	1.209.017	1.231.277	27.600	27.600	13.900	24.000	1.160.000	1.170.000
São Lourenço do Oeste	SC	571.974	579.072	18.050	18.350	32.682	39.423	519.000	519.000

ANEXO 8 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	TOTAL		BOVINO		SUÍNO		AVES*	
		2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Pinhalzinho	SC	1.542.455	1.619.617	8.805	11.375	17.829	22.630	1.511.690	1.584.300
Itapiranga	SC	1.928.638	2.449.203	26.250	23.300	63.400	68.450	1.838.000	2.356.772
Alfredo Wagner	SC	76.340	71.803	19.400	18.000	7.300	7.300	46.000	43.200
Coronel Freitas	SC	1.834.965	2.364.748	22.360	25.668	56.494	56.590	1.753.901	2.280.650
São Miguel do Oeste	SC	335.525	502.280	16.060	22.500	28.150	25.125	289.360	452.700
São José do Cedro	SC	335.272	270.132	21.130	25.930	72.090	58.420	240.780	184.510
Cunha Porá	SC	704.414	847.447	11.099	11.760	17.531	16.576	673.110	816.900
Itaiópolis	SC	679.233	679.233	17.800	17.800	15.000	15.000	640.000	640.000
Içara	SC	80.730	86.360	6.820	6.300	2.880	2.710	70.300	76.600
Seara	SC	1.631.387	1.825.479	20.968	23.430	259.458	297.769	1.349.407	1.501.444
Guaraciaba	SC	263.247	234.130	30.000	40.000	39.500	38.280	190.500	154.500

Fonte: IBGE/PPM.

* Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos.

Anexo 9: VACAS ORDENHADAS (CABEÇAS) E LEITE PRODUZIDO (MIL LITROS), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO RANKING – 2000-2003

MUNICÍPIO	UF	2000		2001		2002		2003	
		VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE
Paripiranga	BA	4.640	2.724	4.650	2.725	4.870	2.860	4.900	2.865
Santa Luzia	MA	5.984	3.331	6.074	3.280	6.681	3.608	7.649	4.188
João Pinheiro	MG	26.920	28.855	26.589	28.533	30.306	32.411	30.380	32.413
Ponta Porã	MS	6.152	6.670	6.264	6.696	6.490	7.089	6.768	7.485
São Félix do Araguaia	MT	1.713	1.190	1.647	1.143	1.744	1.210	1.492	1.035
Colíder	MT	9.289	9.939	9.619	10.246	12.137	12.926	13.299	14.163
Conceição do Araguaia	PA	26.931	13.250	27.066	13.343	27.336	13.482	28.702	14.121
Marabá	PA	16.600	5.950	16.700	6.100	41.000	14.760	42.500	15.300
Santa Maria das Barreiras	PA	5.781	3.012	5.851	3.048	5.921	3.085	6.276	3.270
Itupiranga	PA	8.500	3.050	8.600	3.100	16.000	5.760	18.000	6.480
São Félix do Xingu	PA	81.889	29.480	83.527	58.469	150.501	99.000	101.199	72.863
Eldorado dos Carajás	PA	8.500	3.000	8.700	3.150	16.250	5.850	17.300	6.228

ANEXO 9 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	2000		2001		2002		2003	
		VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE
Medianeira	PR	6.300	11.150	10.000	16.500	12.500	18.800	9.800	24.000
Cascavel	PR	13.720	15.023	11.662	10.146	12.245	10.653	12.123	10.547
Prudentópolis	PR	5.122	9.402	5.309	9.102	5.575	9.559	4.958	8.030
Pitanga	PR	6.462	8.400	6.540	8.419	6.543	8.419	6.570	8.450
Capanema	PR	12.176	13.862	7.579	16.597	10.692	21.972	10.036	21.980
Francisco Beltrão	PR	16.200	19.362	13.010	23.234	13.930	24.871	15.967	33.052
Coronel Vivida	PR	6.280	13.188	6.290	13.200	6.300	14.500	6.300	14.380
Laranjeiras do Sul	PR	2.400	4.320	2.556	4.234	2.707	4.419	3.585	9.125
Irati	PR	4.000	3.720	4.340	4.036	4.790	4.455	4.430	4.121
Marechal Cândido Rondon	PR	16.748	51.044	17.438	53.147	18.300	55.877	21.476	68.251
Palmital	PR	4.095	3.890	4.120	3.895	4.123	3.895	4.200	3.990
São João do Triunfo	PR	760	716	680	628	720	670	600	520
Chopinzinho	PR	5.100	11.016	5.150	12.360	5.000	13.000	5.250	13.650
Toledo	PR	16.600	46.836	16.283	45.942	17.250	53.518	20.913	66.409
Mangueirinha	PR	3.050	5.948	3.060	7.344	3.600	9.850	3.080	7.700
Palmeira	PR	10.000	38.691	11.000	36.701	12.000	40.937	12.980	42.000
Roncador	PR	2.750	3.000	2.790	3.019	2.794	3.019	2.800	3.024
São Mateus do Sul	PR	2.300	2.250	2.490	2.436	2.690	2.661	2.740	2.713
Ipiranga	PR	5.092	13.723	5.110	14.074	5.077	13.681	5.987	14.508
Dois Vizinhos	PR	10.370	11.694	8.630	13.939	9.490	14.333	9.876	17.184
Santa Helena	PR	12.062	26.416	11.282	24.708	11.413	30.493	12.364	33.486
Jaru	RO	44.927	18.390	41.346	48.226	54.590	63.672	74.142	60.055
Ouro Preto do Oeste	RO	43.434	53.007	29.853	36.433	42.284	51.603	80.840	65.480
Machadinho D'Oeste	RO	3.799	2.852	5.303	3.637	6.778	4.648	17.888	14.489
Novo Horizonte do Oeste	RO	6.789	5.524	10.498	5.593	14.927	7.953	11.047	6.959
Mirante da Serra	RO	8.769	8.965	10.167	10.395	12.213	12.486	20.809	16.856
Porto Velho	RO	6.509	5.190	11.426	9.111	13.940	11.116	3.362	1.513
Canguçu	RS	14.684	21.639	15.901	23.433	16.267	23.972	16.248	23.944
Erechim	RS	5.050	11.253	3.950	8.801	4.345	9.681	4.436	9.883
Venâncio Aires	RS	8.190	11.129	8.015	10.873	8.410	11.409	7.989	10.702
Santa Cruz do Sul	RS	6.450	9.683	6.192	8.918	6.605	9.513	6.367	8.942

ANEXO 9 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	2000		2001		2002		2003	
		VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE
Crissiumal	RS	10.812	21.850	12.500	35.991	12.400	31.248	11.702	29.258
Pelotas	RS	7.629	14.625	10.726	20.562	9.010	17.273	9.014	17.280
Candelária	RS	4.439	137	4.447	4.267	4.465	4.269	4.223	4.038
São Lourenço do Sul	RS	12.268	25.830	12.603	26.535	14.198	29.894	14.359	30.233
Soledade	RS	4.300	6.450	4.054	6.081	4.732	8.044	4.504	7.657
Camaquã	RS	2.800	3.600	2.500	3.000	2.200	3.200	2.000	3.000
Sobradinho	RS	1.819	2.144	931	1.053	940	1.055	925	1.038
Agudo	RS	4.050	4.983	3.726	4.469	3.780	4.534	3.753	4.466
Ibiraíaras	RS	2.680	6.168	3.370	5.695	3.500	8.963	3.570	9.231
Marau	RS	9.780	19.358	8.646	20.750	11.817	31.906	11.275	33.825
Tapejara	RS	4.230	12.352	3.650	10.600	3.540	10.389	3.715	10.699
Ibirubá	RS	6.580	21.550	6.610	21.892	6.050	20.116	6.018	20.012
Nova Palma	RS	2.995	3.819	3.024	3.767	3.099	3.857	3.090	3.847
Arroio do Tigre	RS	3.059	4.891	2.325	2.326	2.416	2.416	2.348	2.348
Encruzilhada do Sul	RS	3.101	2.206	3.057	2.052	2.878	1.932	2.944	1.950
Carlos Barbosa	RS	4.650	15.110	7.700	21.406	7.950	21.863	7.500	20.700
Rodeio Bonito	RS	1.120	1.499	1.121	1.491	1.132	1.506	1.154	1.535
Getúlio Vargas	RS	2.700	6.406	2.750	6.531	2.800	6.720	2.860	6.795
Dom Feliciano	RS	1.500	1.370	1.250	1.300	1.200	1.450	1.100	1.400
Santa Rosa	RS	7.887	17.312	9.380	17.583	6.760	17.273	5.668	14.488
Chapada	RS	5.160	9.174	5.200	10.650	5.300	12.262	5.250	13.460
Encantado	RS	1.350	2.100	1.120	1.926	1.100	1.910	1.080	2.100
Três de Maio	RS	8.350	18.346	9.930	22.965	7.448	18.067	6.151	14.699
Sarandi	RS	3.240	7.585	3.420	8.035	3.510	8.306	3.500	8.226
Constantina	RS	3.780	8.258	3.270	7.243	3.230	7.175	3.320	7.362
Sananduva	RS	4.600	10.074	4.690	10.272	4.750	10.688	4.820	10.845
Passo Fundo	RS	5.464	16.665	7.341	22.023	5.463	16.389	7.142	21.426
Barros Cassal	RS	1.803	2.496	1.633	2.262	1.697	2.350	1.646	2.303
Aratiba	RS	3.660	6.277	4.160	7.134	4.784	8.205	4.870	8.352
Ijuí	RS	10.500	25.000	8.500	22.000	7.800	20.000	7.000	18.000
Espumoso	RS	4.650	12.100	4.567	11.840	4.230	11.104	3.979	10.445

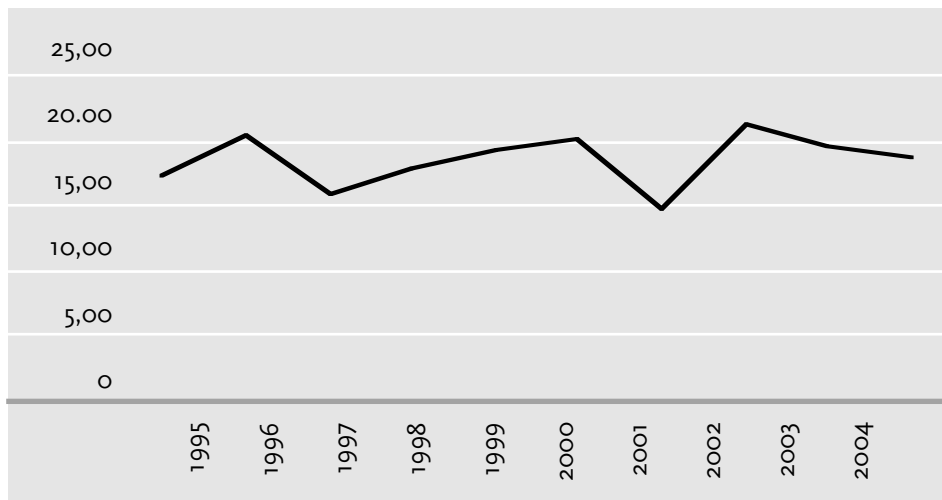
ANEXO 9 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	2000		2001		2002		2003	
		VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE	VACAS	LEITE
Lajeado	RS	3.700	10.000	1.016	2.446	850	2.036	980	2.560
Ronda Alta	RS	3.950	8.911	2.450	5.791	2.520	6.085	2.500	5.916
Ajuricaba	RS	8.500	13.000	8.700	13.000	16.250	11.500	17.300	9.500
Rio Pardo	RS	3.676	4.079	3.440	3.790	3.330	3.669	3.096	3.448
Santo Cristo	RS	12.522	27.549	14.775	27.495	11.949	27.592	13.636	31.485
Vera Cruz	RS	2.713	3.036	2.774	3.036	2.600	2.845	2.522	2.674
Tucunduva	RS	4.427	9.730	5.260	9.685	4.324	9.923	4.033	9.252
Santo Ângelo	RS	5.350	10.390	5.000	9.500	4.850	8.328	4.800	8.330
Concórdia	SC	12.563	28.895	12.949	29.135	12.735	29.036	13.371	30.178
Canoinhas	SC	3.000	7.200	2.800	7.200	2.800	7.200	2.800	7.200
Chapecó	SC	4.588	9.141	4.638	10.000	4.763	10.500	5.540	13.710
Ituporanga	SC	3.600	5.940	3.800	6.840	3.700	6.110	4.070	6.919
Palmitos	SC	8.400	14.196	8.500	18.700	8.500	24.800	9.000	24.810
Mafra	SC	3.500	10.500	3.400	10.500	3.400	10.500	3.400	10.500
São Lourenço do Oeste	SC	9.379	16.885	9.500	17.094	10.500	24.493	10.500	27.786
Pinhalzinho	SC	3.125	5.100	4.000	5.558	4.065	5.660	4.430	6.240
Itapiranga	SC	8.150	19.655	8.500	25.920	10.000	24.200	12.000	31.025
Alfredo Wagner	SC	4.500	7.430	4.300	7.654	4.500	7.434	4.000	7.430
Coronel Freitas	SC	4.066	4.878	4.083	4.884	4.255	5.125	5.133	8.600
São Miguel do Oeste	SC	3.900	6.345	4.635	8.341	6.500	15.600	7.280	17.472
São José do Cedro	SC	5.730	11.775	6.500	13.357	7.500	22.500	8.340	36.500
Cunha Porá	SC	4.553	7.690	5.000	7.700	4.600	14.000	5.060	15.400
Itaiópolis	SC	2.200	3.900	2.200	4.000	2.200	4.000	2.200	4.000
Içara	SC	1.000	1.350	1.100	1.450	1.000	1.350	900	1.250
Seara	SC	6.725	12.778	7.260	13.246	8.200	17.220	8.190	19.734
Guaraciaba	SC	10.000	15.180	10.000	18.000	10.100	15.332	11.500	18.380

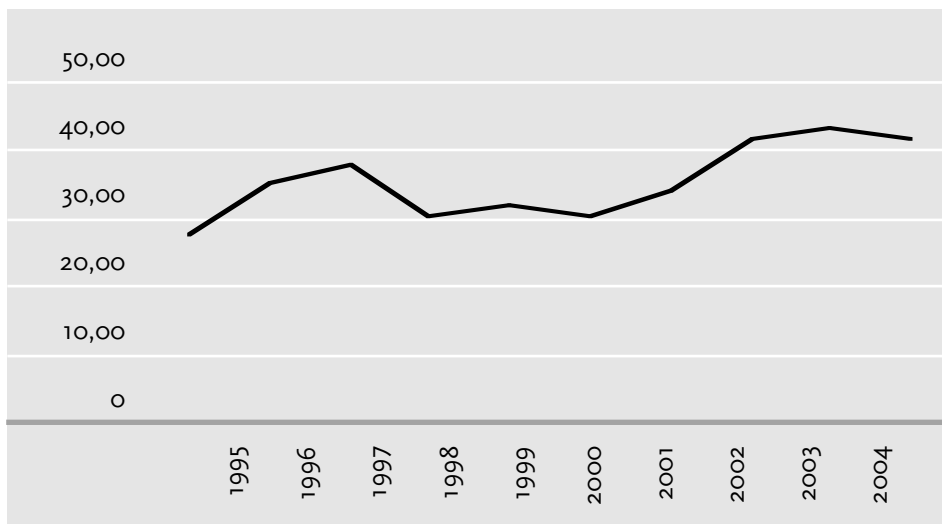
Fonte: IBGE/PPM.

**Anexo 10: VARIAÇÃO DOS PREÇOS DE PRODUTOS
AGRÍCOLAS ENTRE 1995 E 2004 (BASE = DEZ./2004)**

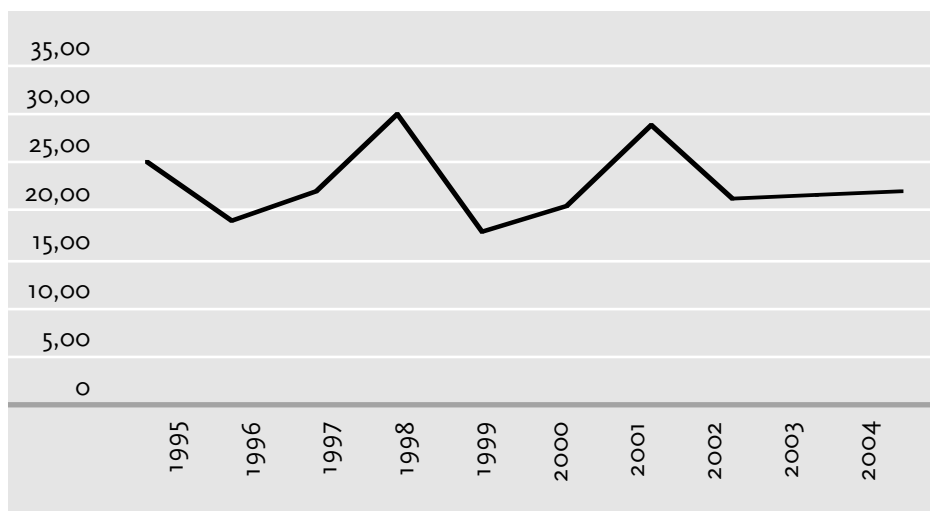
MILHO A PREÇOS DE 12/2004



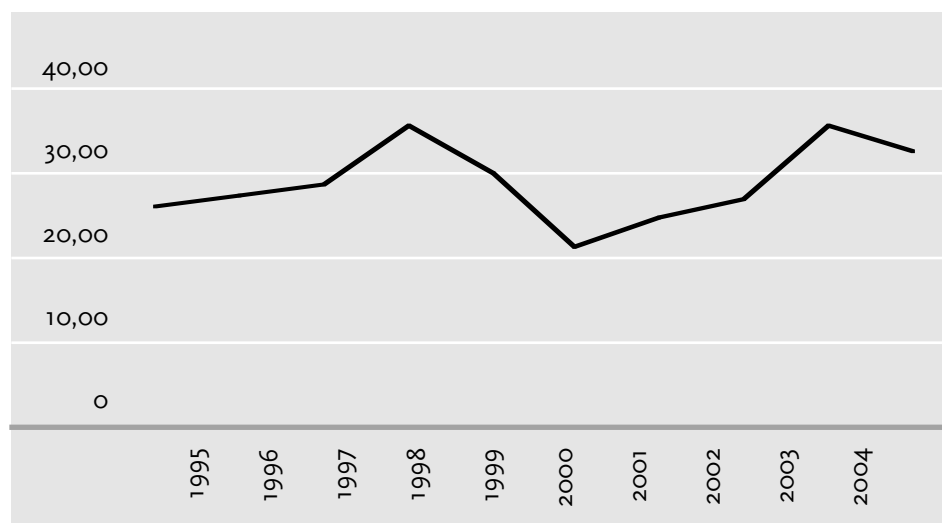
SOJA A PREÇOS DE 12/2004



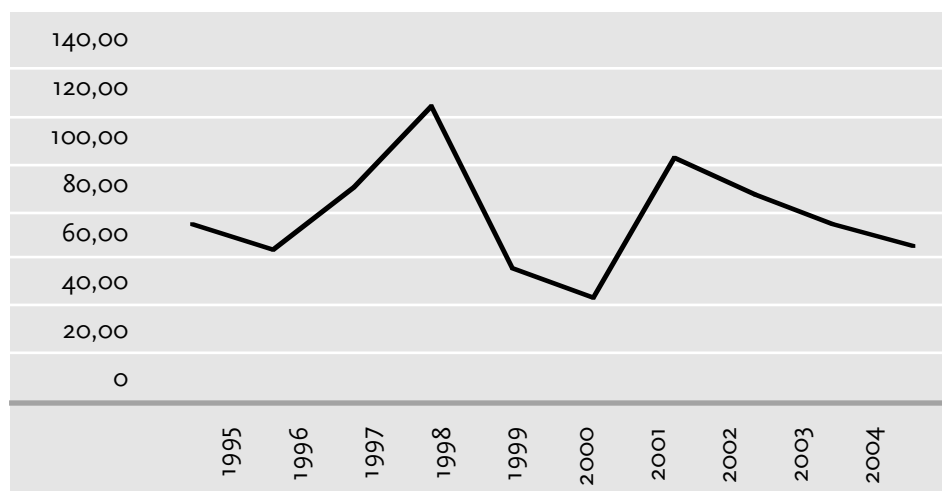
BATATA A PREÇOS DE 12/2004



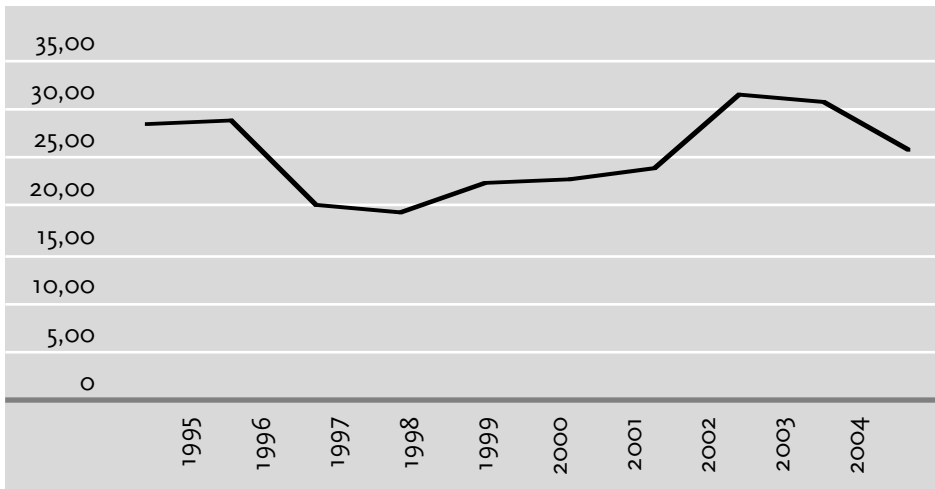
ARROZ A PREÇOS DE 12/2004



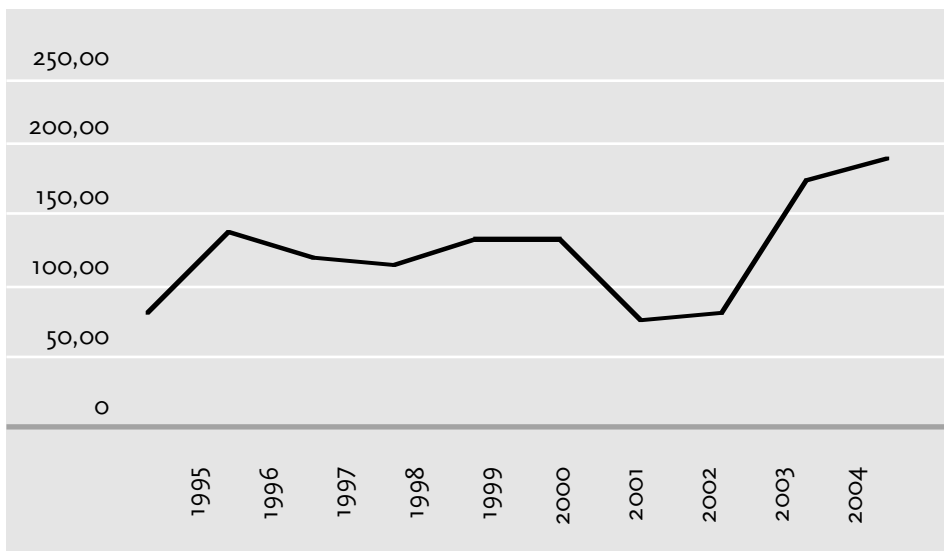
FEIJÃO A PREÇOS DE 12/2004



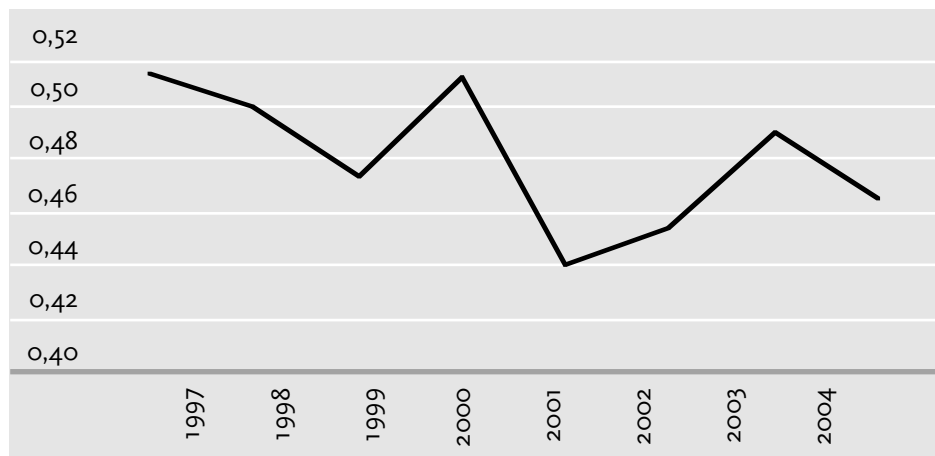
TRIGO A PREÇOS DE 12/2004



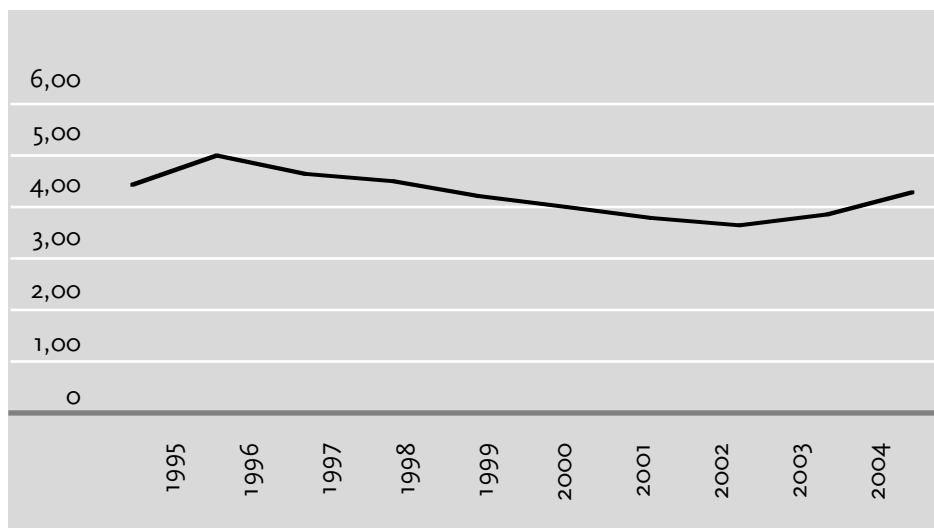
MANDIOCA A PREÇOS DE 12/2004



LEITE A PREÇOS DE 12/2004



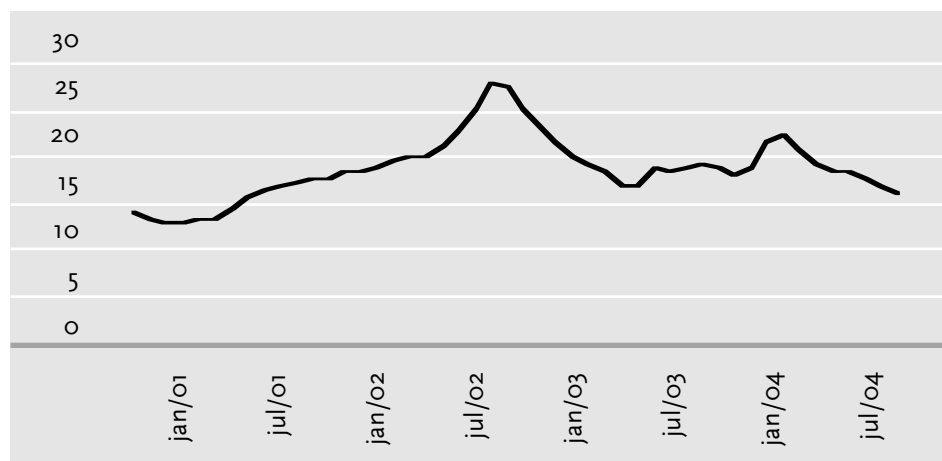
FUMO A PREÇOS DE 12/2004



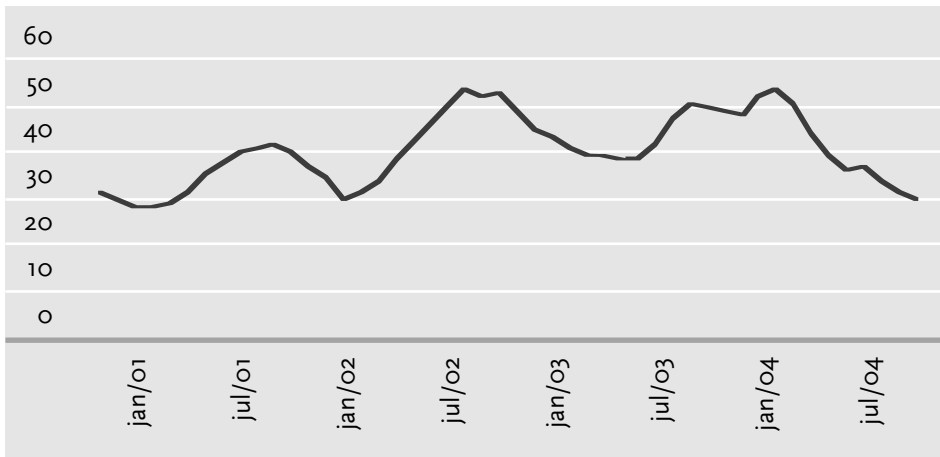
Fonte: Icepa.

**Anexo 11: VARIAÇÃO DOS PREÇOS DE PRODUTOS
AGRÍCOLAS ENTRE 2001 E 2004 (BASE = DEZ./2004)**

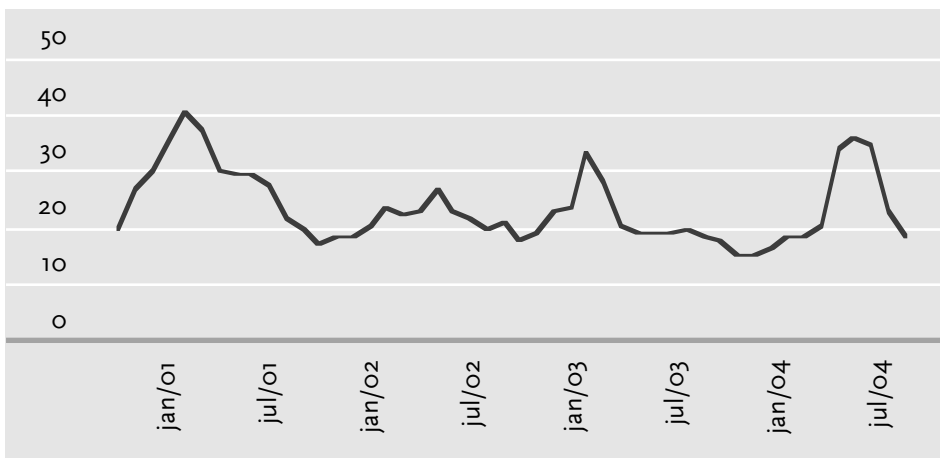
MILHO A PREÇOS DE 12/2004



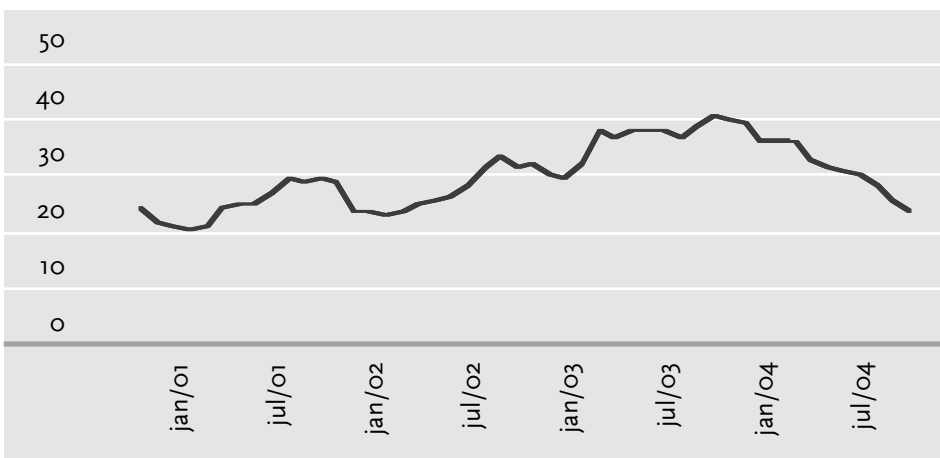
SOJA A PREÇOS DE 12/2004



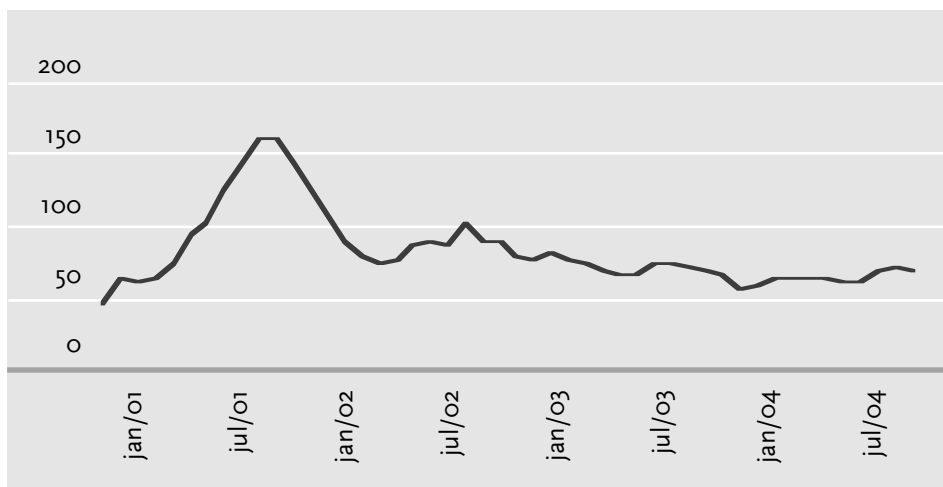
BATATA A PREÇOS DE 12/2004



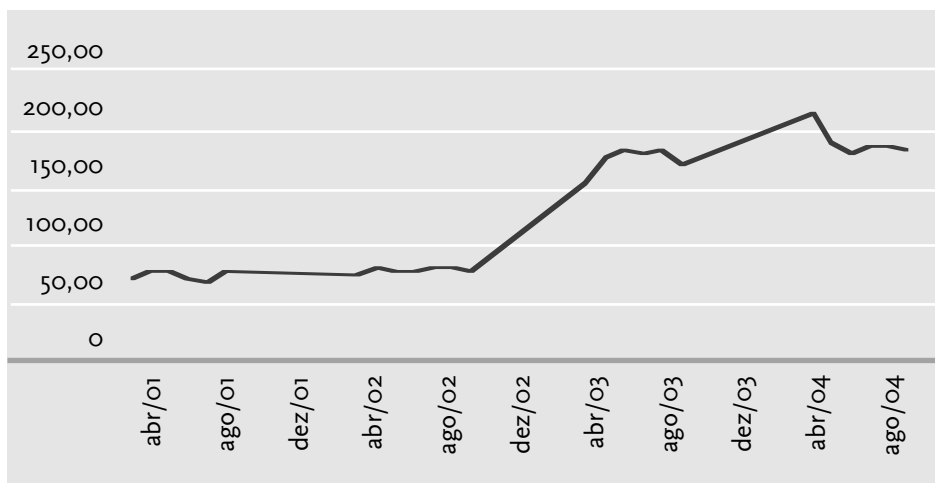
ARROZ A PREÇOS DE 12/2004



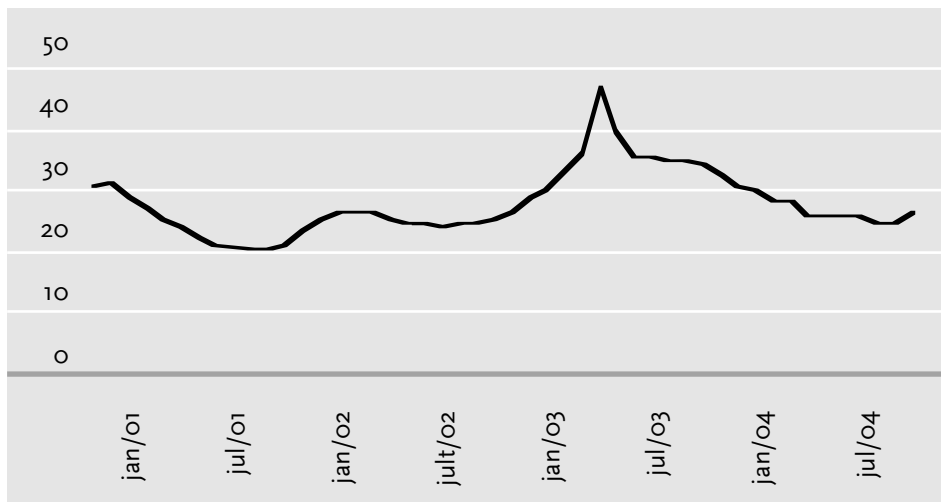
FEIJÃO A PREÇOS DE 12/2004



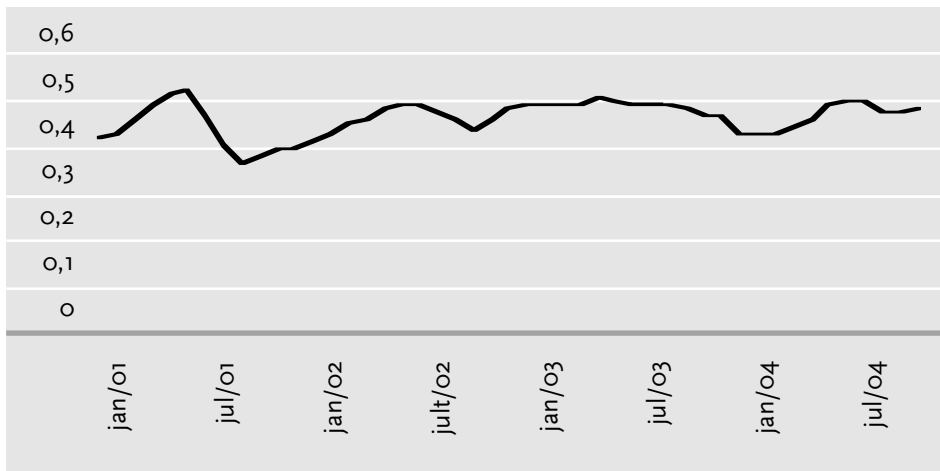
MANDIOCA A PREÇOS DE 12/2004



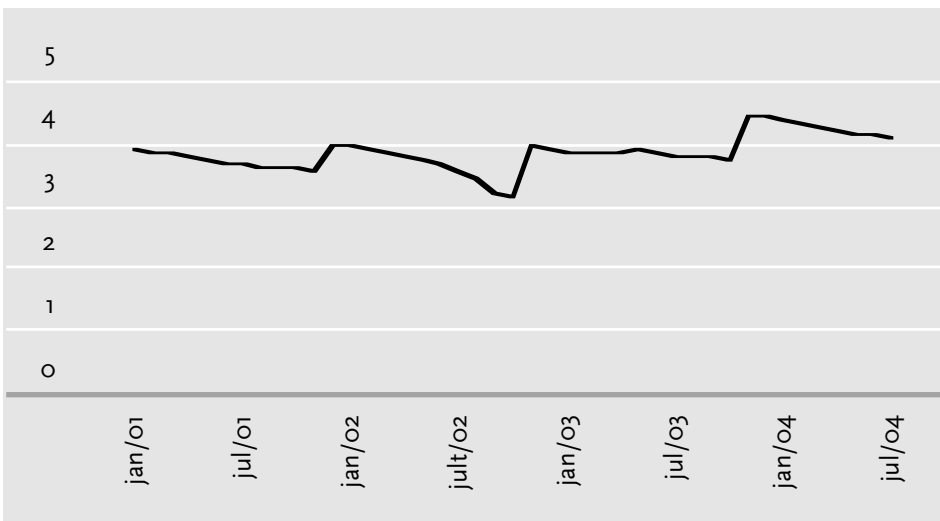
TRIGO A PREÇOS DE 12/2004



LEITE A PREÇOS DE 12/2004



FUMO A PREÇOS DE 12/2004



Fonte: Icepa.

Anexo 12: TRABALHADORES ADMITIDOS E DESLIGADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO RANKING – 2001-2004

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA												TOTAL	
		2001				2004				2001				2004	
		ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.
Paripiranga	BA	0	0	0	1	0	1	51	51	0	0	82	40	42	
Santa Luzia	MA	37	25	12	92	91	1	106	89	17	271	261	10		
João Pinheiro	MG	1.671	1.444	227	1.894	1.653	241	3.163	2.758	405	7.118	5.503	1.615		
Ponta Porã	MS	341	419	-78	334	517	-183	1.325	1.332	-7	1.683	1.822	-139		
Colíder	MT	63	72	-9	163	123	40	1.224	1.169	55	1.812	1.502	310		
São Félix do Araguaia	MT	247	218	29	418	359	59	339	332	7	635	598	37		
Conceição do Araguaia	PA	61	57	4	361	334	27	495	448	47	1.127	991	136		
Eldorado dos Carajás	PA	14	10	4	97	100	-3	44	30	14	258	242	16		
Itupiranga	PA	5	3	2	279	267	12	567	431	136	492	421	71		
Marabá	PA	153	169	-16	1.953	1.737	216	4.828	4.099	729	1798	8.246	2.552		
Santa Maria das Barreiras	PA	126	123	3	1.285	1.233	52	127	124	3	1.290	1.236	54		
São Félix do Xingu	PA	67	49	18	1.353	1.146	207	135	154	-19	1.629	1.295	334		
Capanema	PR	85	114	-29	509	400	109	949	797	152	1.054	808	246		
Cascavel	PR	922	844	78	2.861	1.907	954	24.713	21.864	2.849	31.016	26.418	4.598		
Chopinzinho	PR	55	61	-6	51	47	4	735	674	61	1.542	1.414	128		
Coronel Vivida	PR	34	38	-4	88	71	17	1.061	935	126	1.175	953	222		
Dois Vizinhos	PR	38	35	3	188	126	62	1.569	1.399	170	3.348	2.023	1.325		
Francisco Beltrão	PR	126	134	-8	197	174	23	5.591	5.010	581	7.513	5.547	1.966		
Ipiranga	PR	97	42	55	104	70	34	447	368	79	562	361	201		
Irati	PR	119	78	41	128	113	15	2.523	2.181	342	3.268	2.519	749		
Laranjeiras do Sul	PR	64	54	10	97	85	12	1.301	1.125	176	1.052	1.238	-186		
Mangueirinha	PR	44	39	5	80	75	5	316	364	-48	532	418	114		

ANEXO 12 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA												TOTAL																							
		2001						2004						2001		2004																					
		ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO																		
Marechal Cândido Rondon	PR	131	116	15	107	109	-2	3.134	2.919	215	4.193	3.611	582	57	53	4	91	78	13	2.556	2.319	237	2.894	2.439	455	148	161	-13	592	475	117	1.186	1.055	131	2.168	1.622	546
Medianeira	PR	282	189	93	201	235	-34	509	383	126	595	588	7	94	79	15	186	165	21	1.023	748	275	769	771	-2	75	57	18	79	83	-4	1.117	998	119	1.270	1.201	69
Palmeira	PR	30	35	-5	91	77	14	1.448	681	767	208	165	43	23	17	6	27	18	9	688	617	71	1.224	1.045	179	31	36	-5	38	70	-32	124	127	-3	181	189	-8
Santa Helena	PR	227	249	-22	220	243	-23	1.932	1.905	27	2.149	2.110	39	325	275	50	327	283	44	8.025	6.942	1.083	14.214	11.715	2.499	46	44	2	141	119	22	2.420	2.280	140	3.025	2.666	359
Jaru	RO	3	4	-1	63	42	21	433	307	126	934	694	240	3	4	0	18	18	0	146	171	-25	246	224	22	4	4	0	18	18	0	146	171	-25	246	224	22
Mirante da Serra	RO	7	4	3	15	10	5	29	26	3	94	83	11	51	50	1	116	110	6	1.549	1.653	-104	1.573	1.537	36	116	117	-1	489	376	113	15.282	13.706	1.576	18.481	15.923	2.558
Porto Velho	RO	42	60	-18	48	45	3	395	620	-225	514	416	98	12	12	0	7	5	2	180	136	44	238	177	61	14	16	-2	15	5	10	236	462	-226	172	138	34
Agudo	RS	1	1	0	0	1	-1	262	219	43	463	326	137	12	12	0	7	5	2	180	136	44	238	177	61	14	16	-2	15	5	10	236	462	-226	172	138	34
Ajuricaba	RS	0	2	-2	2	5	-3	82	67	15	271	383	-112	1	1	0	0	0	1	262	219	43	463	326	137	14	16	-2	15	5	10	236	462	-226	172	138	34
Aratiba	RS	0	2	-2	2	5	-3	82	67	15	271	383	-112	1	1	0	0	0	1	262	219	43	463	326	137	14	16	-2	15	5	10	236	462	-226	172	138	34
Arroio do Tigre	RS	0	2	-2	2	5	-3	82	67	15	271	383	-112	1	1	0	0	0	1	262	219	43	463	326	137	14	16	-2	15	5	10	236	462	-226	172	138	34
Barros Cassal	RS	0	2	-2	2	5	-3	82	67	15	271	383	-112	1	1	0	0	0	1	262	219	43	463	326	137	14	16	-2	15	5	10	236	462	-226	172	138	34

ANEXO 12 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA												TOTAL	
		2001			2004			2001			2004			2004	
		ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.
Camaquã	RS	144	262	-118	246	294	-48	1.875	1.908	-33	1.875	1.908	2.293	2.007	286
Candelária	RS	23	22	1	30	24	6	1.053	963	90	1.053	963	1.602	1.172	430
Canguçu	RS	82	113	-31	417	273	144	607	607	0	607	607	1.041	863	178
Carlos Barbosa	RS	34	32	2	42	43	-1	1.811	1.359	452	1.811	1.359	2.697	2.019	678
Chapada	RS	28	52	-24	32	34	-2	314	368	-54	314	368	287	378	-91
Constantina	RS	37	31	6	18	16	2	302	413	-111	302	413	455	325	130
Crissiumal	RS	26	19	7	19	15	4	515	530	-15	515	530	676	570	106
Dom Feliciano	RS	6	6	0	4	2	2	27	21	6	27	21	30	24	6
Encantado	RS	30	19	11	49	33	16	2.618	2.365	253	2.618	2.365	2.320	1.846	474
Encruzilhada do Sul	RS	95	84	11	89	71	18	631	461	170	631	461	720	520	200
Erechim	RS	313	366	-53	177	166	11	10.960	10.109	851	10.960	10.109	13.772	12.424	1.348
Espumoso	RS	23	27	-4	38	43	-5	548	525	23	548	525	688	679	9
Getúlio Vargas	RS	24	15	9	26	28	-2	946	947	-1	946	947	1.181	965	216
Ibiraiaras	RS	22	23	-1	11	7	4	213	189	24	213	189	213	152	61
Ibirubá	RS	60	77	-17	51	51	0	1.055	801	254	1.055	801	1.676	1.305	371
Ijuí	RS	84	100	-16	78	77	1	4.449	4.341	108	4.449	4.341	5.568	4.887	681
Lajeado	RS	67	54	13	58	64	-6	7.426	6.744	682	7.426	6.744	10.190	8.158	2.032
Marau	RS	55	72	-17	84	66	18	3.765	3.038	727	3.765	3.038	5.094	4.169	925
Nova Palma	RS	3	3	0	6	6	0	253	223	30	253	223	232	224	8
Passo Fundo	RS	318	308	10	370	344	26	13.611	12.476	1.135	13.611	12.476	15.649	13.335	2.314
Pelotas	RS	1.014	1.079	-65	929	924	5	18.993	19.097	-104	18.993	19.097	17.363	17.359	4

ANEXO 12 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA												TOTAL	
		2001				2004				2001				2004	
		ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.
Rio Pardo	RS	109	129	-20	63	62	1	1.274	1.290	-16	901	787	114		
Rodeio Bonito	RS	2	3	-1	10	10	0	202	147	55	185	166	19		
Ronda Alta	RS	69	75	-6	54	39	15	289	252	37	185	184	1		
Sananduva	RS	21	17	4	28	22	6	359	351	8	576	490	86		
Santa Cruz do Sul	RS	567	278	289	661	605	56	20.331	19.294	1.037	26.843	26.482	361		
Santa Rosa	RS	260	302	-42	362	339	23	3.887	3.658	229	5.356	4.187	1.169		
Santo Ângelo	RS	75	101	-26	110	113	-3	3.534	3.408	126	4.153	3.596	557		
Santo Cristo	RS	23	26	-3	34	21	13	713	716	-3	989	841	148		
São Lourenço do Sul	RS	67	76	-9	186	155	31	705	698	7	1.092	694	398		
Sarandi	RS	157	149	8	124	133	-9	1.465	1.452	13	2.311	1.701	610		
Sobradinho	RS	11	16	-5	9	17	-8	564	530	34	931	755	176		
Soledade	RS	24	43	-19	42	44	-2	1.586	1.119	467	1.324	1.272	52		
Tapejara	RS	19	18	1	22	18	4	1.568	1.131	437	2.478	2.066	412		
Três de Maio	RS	144	131	13	15	10	5	1.302	1.113	189	1.560	1.252	308		
Tucunduva	RS	53	36	17	17	15	2	238	195	43	194	214	-20		
Venâncio Aires	RS	37	59	-22	23	31	-8	9.746	9.161	585	13.603	13.266	337		
Vera Cruz	RS	24	33	-9	21	25	-4	1.133	1.372	-239	1.965	1.925	40		
Alfredo Wagner	SC	2	5	-3	12	11	1	70	77	-7	220	166	54		
Canoinhas	SC	106	97	9	94	98	-4	2.628	2.516	112	4.182	3.767	415		
Chapecó	SC	178	203	-25	465	359	106	14.949	13.616	1.333	19.580	16.144	3.436		
Concórdia	SC	134	106	28	95	89	6	6.148	5.487	661	8.219	6.310	1.909		
Coronel Freitas	SC	9	13	-4	26	28	-2	506	492	14	716	705	11		

ANEXO 12 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	AGROPECUÁRIA												TOTAL							
		2001						2004						2001						2004	
		ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO	ADM.	DESL.	SALDO		
Cunha Porã	SC	14	8	6	7	13	-6	393	345	48	677	536	141								
Guaraciaba	SC	21	16	5	16	28	-12	389	405	-16	367	289	78								
Içara	SC	2	1	1	45	34	11	2.793	2.640	153	3.565	3.031	534								
Itaiópolis	SC	28	20	8	50	50	0	455	461	-6	667	495	172								
Itapiranga	SC	400	214	186	37	37	0	1.184	784	400	2.197	1.465	732								
Ituporanga	SC	67	83	-16	25	33	-8	1.129	957	172	1.319	1.083	236								
Mafra	SC	284	540	-256	478	533	-55	3.723	4.112	-389	5.763	5.086	677								
Palmitos	SC	11	6	5	16	12	4	483	406	77	607	483	124								
Pinhalzinho	SC	12	13	-1	19	15	4	1.493	1.230	263	1.550	1.262	288								
São José do Cedro	SC	5	6	-1	14	9	5	571	538	33	741	608	133								
São Lourenço do Oeste	SC	11	20	-9	17	18	-1	1.904	1.516	388	2.449	1.939	510								
São Miguel do Oeste	SC	14	26	-12	92	69	23	2.417	1.951	466	2.934	2.474	460								
Seara	SC	19	16	3	22	20	2	1.253	974	279	1.544	1.149	395								

Fonte: Caged/MTE.

**Anexo 13: POSTOS FORMAIS DE TRABALHO NOS
MUNICÍPIOS DO RANKING – 2001-2004**

MUNICÍPIO	UF	2001		2004*	
		AGRO- PECUÁRIA	TOTAL	AGRO- PECUÁRIA	TOTAL
Paripiranga	BA	0	299	1	720
Santa Luzia	MA	160	1.126	159	1.220
João Pinheiro	MG	679	4.309	1.101	6.690
Ponta Porã	MS	1.198	5.682	1.106	6.093
Colider	MT	182	2.399	298	3.270
São Felix do Araguaia	MT	134	705	473	986
Conceição do Araguaia	PA	96	1.642	263	2.308
Eldorado dos Carajás	PA	24	125	107	444
Itupiranga	PA	10	672	182	1.283
Marabá	PA	463	11.795	1.207	2304
Santa Maria das Barreiras	PA	156	298	547	731
São Felix do Xingu	PA	69	1.039	686	1.759
Capanema	PR	711	2.023	1.090	2.644
Cascavel	PR	2.285	47.546	4.146	6145
Chopinzinho	PR	113	1.768	130	2.167
Coronel Vivida	PR	125	2.097	194	2.600
Dois Vizinhos	PR	68	4.892	322	7.231
Francisco Beltrão	PR	345	1967	364	15.361
Ipiranga	PR	179	1.224	203	1.437
Irati	PR	158	6.943	211	8.380
Laranjeiras do Sul	PR	119	2.972	142	2.940
Mangueirinha	PR	146	1.571	167	1.772
Marechal Cândido Rondon	PR	289	7.537	274	9.356
Medianeira	PR	172	6.597	190	7.639
Palmeira	PR	539	3.694	672	4.627
Palmital	PR	114	804	29	868
Pitanga	PR	250	2.767	286	3.082
Prudentópolis	PR	200	3.168	223	3.603
Roncador	PR	187	1.604	250	965

ANEXO 13 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	2001		2004*	
		AGRO- PECUÁRIA	TOTAL	AGRO- PECUÁRIA	TOTAL
Santa Helena	PR	59	2.087	70	2.842
São João do Triunfo	PR	71	652	66	709
São Mateus do Sul	PR	375	4.306	369	4.731
Toledo	PR	832	21.171	939	28.175
Jaru	RO	105	4.812	163	5.862
Machadinho D'Oeste	RO	13	1.064	43	1.776
Mirante da Serra	RO	5	557	19	606
Novo Horizonte do Oeste	RO	10	279	19	527
Ouro Preto do Oeste	RO	130	2.960	148	3.416
Porto Velho	RO	374	72.179	599	92.747
Agudo	RS	83	1.533	83	1.771
Ajuricaba	RS	38	729	53	777
Aratiba	RS	26	528	24	587
Arroio do Tigre	RS	1	1.327	0	1.476
Barros Cassal	RS	34	593	14	681
Camaqua	RS	567	7.093	627	7.965
Candelária	RS	131	2.852	109	3.441
Cangucu	RS	394	2.572	503	3.052
Carlos Barbosa	RS	68	6.649	84	7.753
Chapada	RS	117	956	132	1.210
Constantina	RS	58	792	60	1.098
Crissiumal	RS	38	1.180	47	1.727
Dom Feliciano	RS	25	522	48	527
Encantado	RS	80	5.020	51	5.361
Encruzilhada do Sul	RS	354	2.341	300	2.540
Erechim	RS	530	22.466	536	26.593
Espumoso	RS	125	1.754	124	2.095
Getúlio Vargas	RS	104	2.221	102	2.730
Ibiraiaras	RS	24	722	20	793
Ibiruba	RS	183	2.229	159	3.426

ANEXO 13 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	2001		2004*	
		AGRO- PECUÁRIA	TOTAL	AGRO- PECUÁRIA	TOTAL
Ijuí	RS	274	12.047	259	13.817
Lajeado	RS	267	18.998	240	23.346
Marau	RS	232	8.301	255	10.659
Nova Palma	RS	4	652	5	649
Passo Fundo	RS	981	32.757	1.085	37.085
Pelotas	RS	1.274	48.340	1.572	52.650
Rio Pardo	RS	338	3.966	350	3.090
Rodeio Bonito	RS	19	660	24	842
Ronda Alta	RS	85	677	100	667
Sananduva	RS	86	1.760	89	2.168
Santa Cruz do Sul	RS	537	27.105	559	28.754
Santa Rosa	RS	265	11.280	314	13.217
Santo Angelo	RS	325	10.057	322	11.501
Santo Cristo	RS	77	2.178	97	2.286
São Lourenço do Sul	RS	317	3.581	330	3.958
Sarandi	RS	434	5.038	458	4.954
Sobradinho	RS	19	1.394	14	1.935
Soledade	RS	289	3.558	128	3.857
Tapejara	RS	43	3.192	48	3.900
Três de Maio	RS	55	3.852	52	4.276
Tucunduva	RS	36	630	33	680
Venâncio Aires	RS	109	10.098	64	10.888
Vera Cruz	RS	24	2.030	19	2.725
Alfredo Wagner	SC	12	512	24	706
Canoinhas	SC	473	8.020	393	9.510
Chapecó	SC	673	33.431	915	39.739
Concórdia	SC	202	14.796	223	18.285
Coronel Freitas	SC	51	1.326	43	1.501
Cunha Porã	SC	31	1.064	18	1.474
Guaraciaba	SC	35	967	25	1.156

ANEXO 13 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	2001		2004*	
		AGRO-PECUÁRIA	TOTAL	AGRO-PECUÁRIA	TOTAL
Içara	SC	46	6.788	81	8.406
Itaiópolis	SC	66	1.277	48	1.964
Itapiranga	SC	67	2.976	200	4.636
Ituporanga	SC	61	2.475	64	3.004
Mafra	SC	491	7.702	410	9.396
Palmitos	SC	30	1.237	39	1.635
Pinhalzinho	SC	20	2.448	26	3.110
São José do Cedro	SC	18	1.298	24	1.968
São Lourenço do Oeste	SC	42	3.699	66	5.493
São Miguel Doeste	SC	116	5.811	229	7.068
Seara	SC	87	3.691	69	4.514

Fonte: Rais/Caged/MTE.

* Os dados de 2004 foram obtidos a partir da soma do estoque da Rais de 2003 e o saldo entre admitidos e desligados do Caged 2004.

Anexo 14: RECEITA TRIBUTÁRIA LOCAL PARA DOS
MUNICÍPIOS DO RANKING – 2001-2003

UF	MUNICÍPIO	REC. TRIBUTÁRIA		TAXA
		2001	2003	% A. A.
BA	Paripiranga	221.863,59	332.212,02	22,37
MA	Santa Luzia	560.158,04	1.068.483,52	38,11
MG	João Pinheiro	1.416.065,37	2.221.357,64	25,25
MS	Ponta Porá	4.782.860,16	4.302.060,37	-5,16
MT	Colíder	1.287.803,02	1.679.404,76	14,20
MT	São Félix do Araguaia	541.246,40	0,00	
PA	Conceição do Araguaia	0,00	472.549,65	
PA	Eldorado dos Carajás	183.567,06	465.647,34	59,27
PA	Itupiranga	354.401,63	593.361,38	29,39
PA	Marabá	7.487.216,78	10.276.227,93	17,15
PA	Santa Maria das Barreiras	67.669,04	180.297,73	63,23

ANEXO 14 – CONTINUAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	REC. TRIBUTÁRIA		TAXA
		2001	2003	% A. A.
PA	São Félix do Xingu	931.051,97	1.282.295,21	17,36
PR	Capanema	1.400.937,13	1.015.803,98	-14,85
PR	Cascavel	46.318.245,27	39.570.808,58	-7,57
PR	Chopinzinho	1.014.322,16	1.483.746,43	20,95
PR	Coronel Vivida	2.046.979,14	2.098.019,34	1,24
PR	Dois Vizinhos	2.544.185,35	2.593.024,90	0,96
PR	Francisco Beltrão	8.017.220,20	7.341.763,09	-4,31
PR	Ipiranga	315.818,35	504.994,49	26,45
PR	Irati	3.557.670,85	4.734.687,57	15,36
PR	Laranjeiras do Sul	1.478.730,05	1.781.266,84	9,75
PR	Mangueirinha	651.062,84	793.738,69	10,41
PR	Marechal Cândido Rondon	5.426.362,84	4.882.997,21	-5,14
PR	Medianeira	4.532.916,99	3.941.157,35	-6,76
PR	Palmeira	2.814.191,27	3.851.072,43	16,98
PR	Palmital	251.211,13	476.561,16	37,73
PR	Pitanga	1.379.321,31	1.639.174,63	9,01
PR	Prudentópolis	2.108.938,61	2.410.113,49	6,90
PR	Roncador	639.448,97	0,00	
PR	Santa Helena	563.527,39	1.329.515,96	53,60
PR	São João do Triunfo	131.900,09	216.908,52	28,24
PR	São Mateus do Sul	3.260.814,57	4.073.795,26	11,77
PR	Toledo	15.683.612,74	14.937.018,32	-2,41
RO	Jaru	1.045.613,72	1.403.448,66	15,85
RO	Machadinho D'Oeste	395.398,90	751.696,41	37,88
RO	Mirante da Serra	148.083,60	285.266,07	38,79
RO	Novo Horizonte do Oeste	76.285,89	217.747,21	68,95
RO	Ouro Preto do Oeste	1.489.563,63	1.562.383,13	2,42
RO	Porto Velho	29.398.299,70	28.987.925,05	-0,70
RS	Agudo	1.056.057,70	1.086.105,10	1,41
RS	Ajuricaba	396.996,05	468.665,14	8,65
RS	Aratiba	831.054,09	580.325,49	-16,44

ANEXO 14 – CONTINUAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	REC. TRIBUTÁRIA		TAXA
		2001	2003	% A. A.
RS	Arroio do Tigre	413.208,79	440.640,40	3,27
RS	Barros Cassal	263.652,89	518.633,09	40,25
RS	Camaquã	3.269.946,14	3.850.640,15	8,52
RS	Candelária	834.341,84	1.091.484,96	14,38
RS	Canguçu	1.587.680,78	1.662.074,89	2,32
RS	Carlos Barbosa	2.805.353,97	3.845.357,92	17,08
RS	Chapada	561.806,01	706.411,07	12,13
RS	Constantina	444.209,40	546.106,33	10,88
RS	Crissiumal	895.035,93	921.740,77	1,48
RS	Dom Feliciano	255.182,09	406.084,11	26,15
RS	Encantado	2.203.252,55	2.459.163,67	5,65
RS	Encruzilhada do Sul	956.533,00	1.240.846,50	13,90
RS	Erechim	12.425.823,72	12.502.344,80	0,31
RS	Espumoso	1.131.746,37	1.158.551,57	1,18
RS	Getúlio Vargas	1.541.142,96	1.475.496,76	-2,15
RS	Ibiraiaras	204.612,44	312.999,39	23,68
RS	Ibirubá	1.242.205,47	1.852.673,89	22,12
RS	Ijuí	4.637.830,72	6.317.708,76	16,71
RS	Lajeado	10.917.656,24	11.191.693,30	1,25
RS	Marau	3.561.349,65	3.888.753,90	4,50
RS	Nova Palma	541.994,78	319.622,42	-23,21
RS	Passo Fundo	18.523.236,58	22.708.620,43	10,72
RS	Pelotas	28.056.334,28	28.686.718,83	1,12
RS	Rio Pardo	2.054.594,58	2.016.037,16	-0,94
RS	Rodeio Bonito	256.014,57	232.042,50	-4,80
RS	Ronda Alta	261.828,27	348.088,65	15,30
RS	Sananduva	866.205,18	1.010.376,30	8,00
RS	Santa Cruz do Sul	12.775.531,66	15.962.357,41	11,78
RS	Santa Rosa	6.678.891,82	8.163.148,73	10,55
RS	Santo Ângelo	6.973.392,38	8.739.101,60	11,95
RS	Santo Cristo	1.016.270,90	1.067.158,15	2,47

ANEXO 14 – CONTINUAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	REC. TRIBUTÁRIA		TAXA
		2001	2003	% A. A.
RS	São Lourenço do Sul	1.666.091,71	2.162.631,25	13,93
RS	Sarandi	1.187.149,79	1.711.856,69	20,08
RS	Sobradinho	932.954,07	1.061.053,55	6,64
RS	Soledade	2.241.326,75	2.670.609,70	9,16
RS	Tapejara	1.458.203,89	1.800.240,39	11,11
RS	Três de Maio	1.349.222,66	1.630.785,00	9,94
RS	Tucunduva	335.144,84	424.117,84	12,49
RS	Venâncio Aires	4.105.082,78	5.109.563,78	11,57
RS	Vera Cruz	989.530,44	1.180.942,18	9,24
SC	Alfredo Wagner	327.411,51	375.960,57	7,16
SC	Canoinhas	3.217.202,36	4.450.709,42	17,62
SC	Chapecó	26.824.779,01	26.172.886,45	-1,22
SC	Concórdia	7.056.023,08	8.032.920,85	6,70
SC	Coronel Freitas	509.850,82	730.946,14	19,74
SC	Cunha Porá	449.325,61	575.406,72	13,16
SC	Guaraciaba	274.928,33	528.540,19	38,65
SC	Içara	3.265.271,00	5.566.916,81	30,57
SC	Itaiópolis	660.569,08	620.355,17	-3,09
SC	Itapiranga	760.156,26	932.886,67	10,78
SC	Ituporanga	1.511.666,67	1.443.525,06	-2,28
SC	Mafra	3.727.119,73	4.775.311,87	13,19
SC	Palmitos	699.861,05	1.163.103,29	28,91
SC	Pinhalzinho	969.199,49	1.503.361,11	24,54
SC	São José do Cedro	835.950,25	570.456,29	-17,39
SC	São Lourenço do Oeste	1.249.434,76	1.347.871,77	3,86
SC	São Miguel do Oeste	3.417.175,95	3.410.301,92	-0,10
SC	Seara	665.350,39	1.018.035,30	23,70

Fonte: STN/ Finanças do Brasil – Dados contábeis dos municípios.

* Deflacionado pelo IGP para março de 2005.

Anexo 15: REGRESSÕES

DEPENDENT VARIABLE: DPPIB				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 10:52				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	2.600362	2.431890	1.069276	0.2877
VCR	-5.82E-08	7.16E-08	-0.813537	0.4180
R-squared	0.006992	Mean dependent var		0.743717

DEPENDENT VARIABLE: DPPROD				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:01				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	11.77167	3.463605	3.398676	0.0010
VCR	-9.15E-08	1.02E-07	-0.897711	0.3716
R-squared	0.008500	Mean dependent var		8.853757

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRAGR				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:02				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	22.98212	8.161947	2.815765	0.0059
VCR	-4.66E-07	2.40E-07	-1.938052	0.0556
R-squared	0.038423	Mean dependent var		8.137591

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRTOT				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:06				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	11.38344	2.211860	5.146548	0.0000
VCR	-1.11E-07	6.51E-08	-1.710502	0.0905
R-squared	0.030186	Mean dependent var		7.832949

DEPENDENT VARIABLE: DPRETRIBLOC				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:22				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	24.64493	4.675061	5.271574	0.0000
VCR	-3.78E-07	1.38E-07	-2.746458	0.0072
R-squared	0.074284	Mean dependent var		12.59547

Anexo 16: REGRESSÕES

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRAGR				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:56				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 65				
INCLUDED OBSERVATIONS: 65 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	3.832560	2.953667	1.297560	0.1992
DPPIB	0.895075	0.386254	2.317323	0.0237
R-squared	0.078543			

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRTOT				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:59				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 65				
INCLUDED OBSERVATIONS: 65 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	5.257831	0.843032	6.236809	0.0000
DPPIB	0.343962	0.110244	3.120006	0.0027
R-squared	0.133835	Mean dependent var		6.663293

DEPENDENT VARIABLE: DPAC				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 12:17				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	1.654336	1.077741	1.535004	0.1281
DPPIBTOT	0.440555	0.199702	2.206066	0.0298
R-squared	0.049225	Mean dependent var		0.849736

DEPENDENT VARIABLE: DPRECTRIBLOC				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:53				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 65				
INCLUDED OBSERVATIONS: 65 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	8.922559	2.016184	4.425468	0.0000
DPPIB	0.515250	0.263658	1.954234	0.0551
R-squared	0.057155			

Anexo 17: REGRESSÕES

DEPENDENT VARIABLE: DPPROD				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 12:19				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	9.552494	1.259032	7.587175	0.0000
DPPIBTOT	0.382590	0.233294	1.639946	0.1044
R-squared	0.027815			

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRAGR				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 12:23				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	11.01275	2.927143	3.762286	0.0003
DPPIBTOT	1.574279	0.542390	2.902487	0.0046
R-squared	0.082250			

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRTOT				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 12:23				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	8.804856	0.769456	11.44296	0.0000
DPPIBTOT	0.532163	0.142578	3.732445	0.0003
R-squared	0.129074			

DEPENDENT VARIABLE: DPRETRIBLOC				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 12:25				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	13.72768	1.750030	7.844252	0.0000
DPIBTOT	0.619936	0.324275	1.911761	0.0590
R-squared	0.037426			

Anexo 18: REGRESSÕES

DEPENDENT VARIABLE: DPEMPRTOT				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:35				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	8.603680	0.965600	8.910194	0.0000
DPPROD	-0.087051	0.065991	-1.319140	0.1903
R-squared	0.018176	Mean dependent var		7.832949

DEPENDENT VARIABLE: DPRETRIBLOC				
METHOD: LEAST SQUARES				
DATE: 09/23/05 TIME: 11:36				
SAMPLE(ADJUSTED): 1 96				
INCLUDED OBSERVATIONS: 96 AFTER ADJUSTING ENDPOINTS				
VARIABLE	COEFFICIENT	STD. ERROR	T-STATISTIC	PROB.
C	14.52537	2.082392	6.975332	0.0000
DPPROD	-0.217976	0.142315	-1.531646	0.1290
R-squared	0.024349	Mean dependent var		12.59547

Anexo 19: TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO TOTAL, TRABALHO FORMAL E RECEITA TRIBUTÁRIA LOCAL, NOS MUNICÍPIOS DO RANKING ONDE O PIB AGROPECUÁRIO CRESCEU ENTRE 1999 E 2002

MUNICÍPIO*	UF	QD. PRODUZIDA PAM TOTAL % 03 – 99	PFT TOTAL % 04/01	RECEITA TRIBUTÁRIA % 03/00
Paripiranga	BA	4,67	34,04	22,37
Santa Luzia	MA	21,65	2,71	38,11
Colíder	MT	-42,11	10,88	14,20
São Félix do Araguaia	MT	11,59	11,83	
Marabá	PA	8,49	19,85	17,15
Santa Maria das Barreiras	PA	-1,26	34,87	63,23
São Félix do Xingu	PA	-29,66	19,18	17,36
Capanema	PR	12,93	9,33	-14,85
Cascavel	PR	9,28	8,15	-7,57
Chopinzinho	PR	11,60	7,02	20,95
Coronel Vivida	PR	8,47	7,43	1,24
Dois Vizinhos	PR	8,34	13,91	0,96
Francisco Beltrão	PR	10,91	11,89	-4,31
Ipiranga	PR	4,25	5,49	26,45
Irati	PR	21,77	6,47	15,36
Laranjeiras do Sul	PR	19,23	-0,36	9,75
Mangueirinha	PR	13,20	4,09	10,41
Marechal Cândido Rondon	PR	6,43	7,47	-5,14
Medianeira	PR	13,58	5,01	-6,76
Palmital	PR	2,24	2,59	37,73
Pitanga	PR	23,86	3,66	9,01
Prudentópolis	PR	16,86	4,38	6,90
Roncador	PR	6,29	-15,58	
São João do Triunfo	PR	9,39	2,83	28,24
São Mateus do Sul	PR	12,05	3,19	11,77
Toledo	PR	7,60	10,00	-2,41
Machadinho D'Oeste	RO	1,78	18,62	37,88
Ouro Preto do Oeste	RO	-1,11	4,89	2,42

ANEXO 19 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO*	UF	QD. PRODUZIDA PAM TOTAL % 03 – 99	PFT TOTAL % 04/01	RECEITA TRIBUTÁRIA % 03/00
Porto Velho	RO	19,62	8,72	-0,70
Ajuricaba	RS	16,71	2,15	8,65
Arroio do Tigre	RS	6,37	3,61	3,27
Barros Cassal	RS	14,00	4,72	40,25
Camaquã	RS	3,10	3,94	8,52
Candelária	RS	2,52	6,46	14,38
Canguçu	RS	17,48	5,87	2,32
Carlos Barbosa	RS	-5,79	5,25	17,08
Chapada	RS	14,66	8,17	12,13
Crissiumal	RS	11,74	13,54	1,48
Dom Feliciano	RS	-6,71	0,32	26,15
Encantado	RS	13,45	2,21	5,65
Encruzilhada do Sul	RS	24,88	2,76	13,90
Espumoso	RS	16,48	6,10	1,18
Getúlio Vargas	RS	14,56	7,12	-2,15
Ibiraiaras	RS	2,34	3,18	23,68
Ibirubá	RS	17,11	15,41	22,12
Marau	RS	17,86	8,69	4,50
Nova Palma	RS	3,59	-0,15	-23,21
Passo Fundo	RS	14,23	4,22	10,72
Pelotas	RS	-4,05	2,89	1,12
Rio Pardo	RS	17,22	-7,98	-0,94
Ronda Alta	RS	17,40	-0,49	15,30
Sananduva	RS	14,58	7,20	8,00
Santa Rosa	RS	23,91	5,42	10,55
Santo Ângelo	RS	17,03	4,57	11,95
Santo Cristo	RS	27,59	1,63	2,47
São Lourenço do Sul	RS	-4,72	3,39	13,93

ANEXO 19 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO*	UF	QD. PRODUZIDA PAM TOTAL % 03 – 99	PFT TOTAL % 04/01	RECEITA TRIBUTÁRIA % 03/00
Sarandi	RS	12,71	-0,56	20,08
Três de Maio	RS	18,01	3,54	9,94
Tucunduva	RS	19,06	2,58	12,49
Venâncio Aires	RS	5,68	2,54	11,57
Canoinhas	SC	13,85	5,84	17,62
Chapecó	SC	20,75	5,93	-1,22
Concórdia	SC	10,68	7,31	6,70
Coronel Freitas	SC	-0,59	4,22	19,74
Itaiópolis	SC	10,49	15,43	-3,09
Mafra	SC	11,85	6,85	13,19
Palmitos	SC	17,73	9,74	28,91
São Lourenço do Oeste	SC	11,21	14,09	3,86
São Miguel do Oeste	SC	20,18	6,75	-0,10

Fonte: PAM/IBGE; Rais/Caged/MTE; STN/ Finanças
do Brasil – Dados contábeis dos municípios.

Anexo 20: TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO TOTAL, TRABALHO
FORMAL E RECEITA TRIBUTÁRIA LOCAL NOS MUNICÍPIOS DO RANKING

MUNICÍPIO	UF	PRODUÇÃO TOTAL % A. A. 99-03	TRAB. TOTAL % A. A.01-04	REC. TRIBUT. LOCAL % A. A. 01-03
Paripiranga	BA	4,67	34,04	22,37
Santa Luzia	MA	21,65	2,71	38,11
João Pinheiro	MG	10,45	15,79	25,25
Ponta Porã	MS	8,77	2,36	-5,16
Colíder	MT	-42,11	10,88	14,20
São Félix do Araguaia	MT	11,59	11,83	
Conceição do Araguaia	PA	31,27	12,02	
Eldorado dos Carajás	PA	2,72	52,58	59,27
Itupiranga	PA	43,79	24,06	29,39

ANEXO 20 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUÇÃO	TRAB. TOTAL	REC.TRIBUT.
		TOTAL % A. A. 99-03	% A. A.01-04	LOCAL % A. A. 01-03
Marabá	PA	8,49	19,85	17,15
Santa Maria das Barreiras	PA	-1,26	34,87	63,23
São Félix do Xingu	PA	-29,66	19,18	17,36
Capanema	PR	12,93	9,33	-14,85
Cascavel	PR	9,28	8,15	-7,57
Chopinzinho	PR	11,60	7,02	20,95
Coronel Vivida	PR	8,47	7,43	1,24
Dois Vizinhos	PR	8,34	13,91	0,96
Francisco Beltrão	PR	10,91	11,89	-4,31
Ipiranga	PR	4,25	5,49	26,45
Irati	PR	21,77	6,47	15,36
Laranjeiras do Sul	PR	19,23	-0,36	9,75
Mangueirinha	PR	13,20	4,09	10,41
Marechal Cândido Rondon	PR	6,43	7,47	-5,14
Medianeira	PR	13,58	5,01	-6,76
Palmeira	PR	9,41	7,80	16,98
Palmital	PR	2,24	2,59	37,73
Pitanga	PR	23,86	3,66	9,01
Prudentópolis	PR	16,86	4,38	6,90
Roncador	PR	6,29	-15,58	
Santa Helena	PR	0,52	10,84	53,60
São João do Triunfo	PR	9,39	2,83	28,24
São Mateus do Sul	PR	12,05	3,19	11,77
Toledo	PR	7,60	10,00	-2,41
Jaru	RO	2,96	6,80	15,85
Machadinho D'Oeste	RO	1,78	18,62	37,88
Mirante da Serra	RO	-4,35	2,85	38,79
Novo Horizonte do Oeste	RO	-4,66	23,61	68,95
Ouro Preto do Oeste	RO	-1,11	4,89	2,42
Porto Velho	RO	19,62	8,72	-0,70

ANEXO 20 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUÇÃO	TRAB. TOTAL	REC. TRIBUT.
		TOTAL % A. A. 99-03	% A. A.01-04	LOCAL % A. A. 01-03
Agudo	RS	-3,25	4,93	1,41
Ajuricaba	RS	16,71	2,15	8,65
Aratiba	RS	22,16	3,59	-16,44
Arroio do Tigre	RS	6,37	3,61	3,27
Barros Cassal	RS	14,00	4,72	40,25
Camaquã	RS	3,10	3,94	8,52
Candelária	RS	2,52	6,46	14,38
Canguçu	RS	17,48	5,87	2,32
Carlos Barbosa	RS	-5,79	5,25	17,08
Chapada	RS	14,66	8,17	12,13
Constantina	RS	3,62	11,50	10,88
Crissiumal	RS	11,74	13,54	1,48
Dom Feliciano	RS	-6,71	0,32	26,15
Encantado	RS	13,45	2,21	5,65
Encruzilhada do Sul	RS	24,88	2,76	13,90
Erechim	RS	-10,49	5,78	0,31
Espumoso	RS	16,48	6,10	1,18
Getúlio Vargas	RS	14,56	7,12	-2,15
Ibiraiaras	RS	2,34	3,18	23,68
Ibirubá	RS	17,11	15,41	22,12
Ijuí	RS	6,05	4,68	16,71
Lajeado	RS	-17,14	7,11	1,25
Marau	RS	17,86	8,69	4,50
Nova Palma	RS	3,59	-0,15	-23,21
Passo Fundo	RS	14,23	4,22	10,72
Pelotas	RS	-4,05	2,89	1,12
Rio Pardo	RS	17,22	-7,98	-0,94
Rodeio Bonito	RS	9,76	8,46	-4,80
Ronda Alta	RS	17,40	-0,49	15,30
Sananduva	RS	14,58	7,20	8,00

ANEXO 20 – CONTINUAÇÃO

MUNICÍPIO	UF	PRODUÇÃO	TRAB. TOTAL	REC. TRIBUT.
		TOTAL % A. A. 99-03	% A. A.01-04	LOCAL % A. A. 01-03
Santa Cruz do Sul	RS	-1,99	1,99	11,78
Santa Rosa	RS	23,91	5,42	10,55
Santo Ângelo	RS	17,03	4,57	11,95
Santo Cristo	RS	27,59	1,63	2,47
São Lourenço do Sul	RS	-4,72	3,39	13,93
Sarandi	RS	12,71	-0,56	20,08
Sobradinho	RS	-10,15	11,55	6,64
Soledade	RS	23,94	2,73	9,16
Tapejara	RS	9,13	6,91	11,11
Três de Maio	RS	18,01	3,54	9,94
Tucunduva	RS	19,06	2,58	12,49
Venâncio Aires	RS	5,68	2,54	11,57
Vera Cruz	RS	1,59	10,31	9,24
Alfredo Wagner	SC	6,86	11,30	7,16
Canoinhas	SC	13,85	5,84	17,62
Chapecó	SC	20,75	5,93	-1,22
Concórdia	SC	10,68	7,31	6,70
Coronel Freitas	SC	-0,59	4,22	19,74
Cunha Porã	SC	4,43	11,48	13,16
Guaraciaba	SC	4,19	6,13	38,65
Içara	SC	4,70	7,39	30,57
Itaiópolis	SC	10,49	15,43	-3,09
Itapiranga	SC	30,63	15,92	10,78
Ituporanga	SC	1,99	6,67	-2,28
Mafra	SC	11,85	6,85	13,19
Palmitos	SC	17,73	9,74	28,91
Pinhalzinho	SC	8,76	8,31	24,54
São José do Cedro	SC	8,31	14,88	-17,39
São Lourenço do Oeste	SC	11,21	14,09	3,86
São Miguel do Oeste	SC	20,18	6,75	-0,10
Seara	SC	8,72	6,94	23,70

Fonte: PAM/IBGE; Rais/Caged/MTE; STN/ Finanças
do Brasil – Dados contábeis dos municípios.



Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural

Um novo projeto de desenvolvimento para o país passa pela transformação do meio rural em um espaço com qualidade de vida, acesso a direitos, sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar e qualificar as ações de reforma agrária, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais são os desafios que orientam as ações do *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)*, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para a produção e a difusão de conhecimento que subsidia as políticas de desenvolvimento rural.

Trata-se de um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diferentes centros de produção de conhecimento sobre o meio rural, nacionais e internacionais, como núcleos universitários, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, centros de movimentos sociais, agências de cooperação.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o *NEAD* desenvolve um projeto de cooperação-técnica intitulado Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável, que abrange um conjunto diversificado de ações de pesquisa, intercâmbio e difusão.

EIXOS ARTICULADORES

- Construção de uma rede rural de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento
- Democratização ao acesso às informações e ampliação do reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar

O *NEAD* busca também

- Estimular o processo de autonomia social
- Debater a promoção da igualdade
- Analisar os impactos dos acordos comerciais
- Difundir a diversidade cultural dos diversos segmentos rurais

PROJETO EDITORIAL

O projeto editorial do *NEAD* abrange publicações das séries *Estudos NEAD*, *NEAD Debate*, *NEAD Especial* e *NEAD Experiências*, o *Portal NEAD* e o boletim *NEAD Notícias Agrárias*.

PUBLICAÇÕES



Reúne estudos elaborados pelo *NEAD*, por outros órgãos do MDA e por organizações parceiras sobre variados aspectos relacionados ao desenvolvimento rural.



Inclui coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários.



Apresenta temas atuais relacionados ao desenvolvimento rural que estão na agenda dos diferentes atores sociais ou que estão ainda pouco divulgados.



Difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos dos próprios protagonistas.

PORTAL

Um grande volume de dados é atualizado diariamente na página eletrônica www.nead.org.br, estabelecendo, assim, um canal de comunicação entre os vários setores interessados na temática rural. Todas as informações coletadas convergem para o Portal NEAD e são difundidas por meio de diferentes serviços.

A difusão de informações sobre o meio rural conta com uma biblioteca virtual temática integrada ao acervo de diversas instituições parceiras. Um catálogo *online* também está disponível no Portal para consulta de textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos relevantes no debate nacional e internacional.

BOLETIM

Para fortalecer o fluxo de informações entre os diversos setores que atuam no meio rural, o NEAD publica semanalmente o boletim *NEAD Notícias Agrárias*. O informativo é distribuído para mais de 10 mil usuários, entre pesquisadores, professores, estudantes, universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e sindicais, organismos internacionais e órgãos de imprensa.

Enviado todas as sextas-feiras, o boletim traz notícias atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento do trabalho legislativo, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

Visite o Portal www.nead.org.br

Telefone: (61) 3328 8661

E-mail: nead@nead.gov.br

Endereço: SCN, Quadra 1, Bloco C, Ed. Brasília Trade Center, 5º andar, Sala 506
Brasília/DF CEP 70711-901

O TEXTO DESTA LIVRO FOI COMPOSTO EM ADSCALA,
COM TÍTULOS COMPOSTOS EM ADSCALA SANS, E
IMPRESSO SOBRE PAPEL OFFSET EM DEZEMBRO DE 2005.



Secretaria de
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

